

Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História

**Posse de Escravos e Produção no Agreste
Paraibano: Um Estudo sobre Bananeiras,
1830-1888.**

Dora Isabel Paiva da Costa

Dissertação apresentada ao curso
de Mestrado em História da Uni-
versidade Estadual de Campinas
como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre
em História.

Orientador: Prof. Dr. Robert (A) W. Slenes

1992

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

Este exemplar corresponde à redação final da
dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em
...20...../...11...../1992...

Robert W. Slimes

Agradecimentos

Este trabalho não teria sido possível ser realizado sem o apoio, a amizade e a colaboração de muitas pessoas. Quero agradecer especialmente a:

Peter L. Eisenberg que acolheu com muita satisfação nosso plano de trabalho e de quem recebemos valiosa orientação.
(In memorium).

Robert A. W. Slenes que, após o falecimento de Peter, prontamente se colocou à disposição para dar continuidade à orientação deste trabalho e de quem recebemos igualmente valiosa orientação.

Meus pais, pelo incentivo das primeiras letras.

Carol, companheira de muitas fases deste trabalho, de quem sempre recebi estímulos nos momentos de maiores dificuldades.

Amigos e amigas que foram generosos, pacientes e sempre estimularam o meu ânimo.

Dione, pelo carinho com que dedicou-se à revisão deste trabalho.

Paula, pela atenção com que dedicou-se à revisão das normas bibliográficas.

Abreviaturas

H.A.H.R = Hispanic American Historical Review.
A.C.P.O = Arquivo do cartório de primeiro ofício.
A.C.S.O = Arquivo do cartório de segundo ofício.
m. = maço.

Observações

Algumas citações textuais, correspondentes ao português do século passado, permaneceram com a ortografia da época, inclusive a grafia dos preços em réis, por exemplo: 1:000.000rs. significa um conto de réis.

Índice

Introdução.....	1
1. A escravidão numa economia não-exportadora ? a polêmica, os argumentos e os comentários.....	5
2. Fontes e Metodologia.....	20

Capítulo 1:

Demografia e Economia de escravos e "livres"	23
1.1. Padrões de posse de Escravos.....	23
1.2 Estrutura de distribuição da população cativa.....	28
1.3. Distribuição dos cativos por setores econômicos.....	33
1.4. Análise das variáveis sexo e idade dos cativos.....	39
1.5. Considerações Gerais.....	47

Capítulo 2:

Os Lavradores de Cana e Senhores de Engenho.....	51
2.1. Cana: o cultivo e as técnicas.....	51
2.2. Perfil sócio-econômico.....	59
2.2.1. Os senhores sem escravos.....	66
2.2.2. Os lavradores de cana e senhores de engenho donos de pequenos plantéis.....	76
2.2.3. Os lavradores de cana e senhores de engenho donos de plantéis de tamanho médio.....	80

2.2.4. Os lavradores de cana e senhores de engenho donos de grandes plantéis.....	86
2.2.5. Patrimônios, terras, maquinismos e rebanhos.....	91
2.3. Considerações Gerais.....	107

Capítulo 3:

Os Lavradores de Algodão.....	110
3.1. O algodão: o cultivo e as técnicas.....	111
3.1.1. O maquinismo: descaroçadores e prensas.....	114
3.2. Perfil sócio-econômico.....	118
3.2.1. Os lavradores de algodão sem escravos.....	123
3.2.2. Os lavradores de algodão donos de pequenos plantéis.....	128
3.2.3. Os lavradores de algodão donos de médios plantéis.....	132
3.2.4. Os lavradores de algodão donos de grandes plantéis.....	136
3.2.5. Patrimônios, terras, maquinismos e rebanhos.....	141
3.3. Considerações Gerais.....	152

Capítulo 4:

Os Lavradores de Mandioca e Criadores.....	156
4.1. A mandioca: o cultivo e as técnicas.....	157
4.1.1 A casa de farinha.....	159
4.2. O gado: seu papel na historiografia.....	163

4.2.1. A rotina: a vaquejada, os currais, as espécies de rebanhos e os trabalhadores.....	168
4.3. Perfil sócio-econômico.....	174
4.3.1. Os lavradores e criadores sem escravos.....	177
4.3.2. Os lavradores e criadores donos de pequenos plantéis.....	181
4.3.3. Os lavradores e criadores donos de médios plantéis.....	184
4.3.4. Os lavradores e criadores donos de grandes plantéis.....	186
4.3.5 Patrimônios, terras, maquinismos e rebanhos.....	190
4.4. Considerações Gerais.....	204

Capítulo 5:

Para Além dos Centros Dinâmicos: o Comércio de Escravos no Agreste da Paraíba.....	207
5.1. Escravos: sexo, idade e atividades profissionais	215
5.2. Compradores, vendedores e atividades ocupacionais	224
5.3. Considerações Gerais.....	237
Reflexões Finais.....	241
Fontes.....	253
Bibliografia.....	273

Índice de tabelas

1.1. Distribuição da propriedade escrava segundo o tamanho dos plantéis, 1830-1888.....	24
1.2. Evolução da distribuição dos escravos por tamanhos de plantéis, 1830-1888.....	31
1.3. Levantamento da população escrava por tamanhos de plantéis e por setores econômicos nos inventários <u>post-mortem</u> , 1830-1888.....	34
1.4. Levantamento quantitativo dos inventários <u>post-mortem</u> por setores econômicos entre os proprietários de escravos, 1830-1888.....	37
1.5. Aspectos Demográficos da População Escrava em relação aos setores econômicos e aos tamanhos dos plantéis, 1830-1888.....	40
1.6. Aspectos Demográficos da População Livre no Município de Bananeiras no Censo de 1872.....	47
2.1. Frequência da distribuição da propriedade e não-propriedade escrava entre as diversas classes de produtores, 1830-1888. (Em percentagem).....	62
2.2. Participação dos bens na composição da riqueza dos senhores de engenho sem escravos (Em percentagem).....	70
2.3. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de cana e senhores de engenho donos de pequenos plantéis (Em percentagem).....	78
2.4. Participação dos bens na composição da riqueza da classe dos lavradores de cana e senhores de engenho donos de plantéis de tamanho médio (Em percentagem).....	81
2.5. Participação dos bens na composição da riqueza da classe dos lavradores de cana e senhores de engenho donos de grandes plantéis (Em percentagem).....	88
2.6. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de cana e senhores de engenho proprietários e não-proprietários de escravos. (Médias de percentagens)...	90
2.7. Distribuição dos valores patrimoniais entre os inventários dos lavradores de cana e senhores de engenho não-proprietários e proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....	92

2.8. Distribuição dos valores das propriedades de terras entre os lavradores de cana e senhores de engenho não-proprietários de escravos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....	94
2.9. Valores médios das propriedades de terras dos não-proprietários de escravos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888. (Em réis).....	96
2.10. Quantidade de propriedade de terras declaradas nos inventários entre os lavradores de cana e senhores de engenho não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....	98
2.11. Presença de maquinismos entre os lavradores de cana e senhores de engenhos não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....	100
2.12. Distribuição das espécies de gado entre os lavradores de cana e senhores de engenho não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....	104
2.13. Distribuição do gado por tamanho de rebanhos entre os lavradores de cana e senhores de engenho não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....	105
3.1. Frequência da distribuição da não-propriedade e da propriedade escrava entre as diversas classes de produtores: 1830 - 1888.....	119
3.2. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de algodão não-proprietários de escravos. (Em percentagem).....	126
3.3 Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de algodão donos de pequenos plantéis. (Em percentagem).....	131
3.4. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de algodão donos de plantéis de tamanho médio. (Em percentagem).....	135
3.5. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de algodão donos de grandes plantéis. (Em percentagem).....	139
3.6. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de algodão não-proprietários e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis. (Médias de percentagens).....	140

- 3.7. Presença de maquinismos entre os lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....142
- 3.8. Distribuição das espécies de gado entre os lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....144
- 3.9. Distribuição do gado por tamanho de rebanhos entre lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....146
- 3.10. Distribuição dos valores das propriedades de terras entre os lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....147
- 3.11. Valores médios das propriedades agrícolas em relação aos lavradores de algodão não-proprietários de escravos, proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis (Em réis).....149
- 3.12. Frequência da presença das propriedades de terras entre lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....149
- 3.13. Quantidade média de propriedades de terras declaradas por inventário em relação aos lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....150
- 3.14. Frequência da distribuição dos valores patrimoniais entre os lavradores de algodão não-proprietários de escravos, proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....151
- 4.1. Frequência da distribuição da propriedade e não-propriedade escrava entre as diversas classes de produtores, 1830-1888. (Em percentagem).....175
- 4.2. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de mandioca e criadores não-proprietários de escravos. (Em percentagem).....179
- 4.3. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de mandioca e criadores donos de pequenos plantéis. (Em percentagem).....182
- 4.4. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de mandioca e criadores donos de plantéis de tamanho médio. (Em percentagem).....185

- 4.5. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de mandioca e criadores donos de grandes plantéis. (Em percentagem).....186
- 4.6. Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de mandioca e criadores não-proprietários e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis. (Médias de percentagens).....189
- 4.7. Frequência da distribuição de aviamentos de fazer farinha e gado entre os não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888. (Em percentagem).....192
- 4.8. Distribuição das espécies de gado entre os lavradores de mandioca e criadores não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....195
- 4.9. Distribuição do gado por tamanhos de rebanhos em relação aos não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis. (Em percentagem)....196
- 4.10. Distribuição de frequência da propriedade de terras em relação aos não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....198
- 4.11. Valores médios das propriedades de terras entre os grupos de não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888 (Em réis).....199
- 4.12. Distribuição de frequência das quantidades de propriedades de terras declaradas entre não-proprietários de escravos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....200
- 4.13. Distribuição de frequência dos preços das propriedades de terras entre não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888. (Em percentagem).....201
- 4.14. Distribuição de frequência dos valores patrimoniais entre os não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.....203
- 5.1. Frequência da Compra e Venda de Escravos na Comarca de Bananeiras, 1860-1888.....209
- 5.2. O Comércio de Escravos em Relação à Idade e Sexo, 1860-1888.....218

- 5.3. Composição por sexo de escravos nos diversos setores da vida econômica no censo de 1872. (Município de Bananeiras).....221
- 5.4. Distribuição da frequência dos escravos comprados e vendidos em relação ao tamanho dos plantéis, 1860-1888..225
- 5.5. Distribuição de frequência dos escravos comprados e vendidos em relação aos tamanhos de plantéis, à estrutura de posse de cativos e à distribuição da população cativa...231
- 5.6. Distribuição de frequência dos escravos comprados e vendidos em relação às atividades dos compradores e dos vendedores de escravos, 1860-1888.....233
- 5.7. Distribuição de frequência dos escravos comprados e vendidos em relação às atividades dos cultivadores, à estrutura de posse dos cativos e à distribuição desta população por setores de produção agrícola.....236

INTRODUÇÃO

A historiografia ao focalizar a história econômica do Nordeste durante o período colonial e imperial enfatiza a produção de cana-de-açúcar, de algodão e de tabaco para exportação com o emprego de mão-de-obra escrava. A idéia da presença da plantation (1) escravista ainda é uma imagem muito forte nestes estudos onde Bahia e Pernambuco concentram a maior parte das investigações.

A província da Paraíba é uma região pouco estudada, especialmente no que diz respeito à área do agreste durante os últimos anos da escravidão. Como a Zona da Mata concentrou a maior parte da produção de cana, os poucos estudos realizados se concentraram nesta região. O presente estudo investiga o município de Bananeiras pertencente à região agreste e insere-se na discussão sobre a utilização de escravos na produção de gêneros para exportação, tais como o açúcar e o algodão, e, concomitantemente, na produção de mandioca e de gado, atividades caracterizadas por baixos índices de mercantilização e uma limitada divisão social do trabalho.

A presente investigação relaciona-se numa agenda temática que tem reivindicado estudos de natureza local, com menos ênfase nas regiões tradicionalmente constituídas por plantations agroexportadoras, e por pesquisas com conteúdos mais empíricos,

1. O conceito plantation é entendido tradicionalmente a partir de critérios formulados por Ulrich B. Phillips, "Life and Labor in Old South". Boston, 1929, p.339. De acordo com este estudo eram consideradas plantations as fazendas com 20 escravos ou mais que exigiam o emprego de um supervisor.

usando fontes massivas, seriais e evitando grandes generalizações. Focaliza uma região da província onde uma historiografia tradicional regional - sem tratamento metodológico mais adequado -, vê uma produção agrícola diversificada de cana-de-açúcar, algodão, mandioca, gado, e no último quartel do século dezanove, de café em pequena escala. Distingue-se pelo fato de ser organizado por duas ordens de problemas:

1. Aborda o papel da mão-de-obra escrava nos últimos anos da instituição servil em plantios e culturas diversas, num contexto em que a proporção de escravos na população total era relativamente pequena, quando comparada com esta mesma população em províncias como Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo. Neste sentido, buscamos entender a utilização da força de trabalho cativa nas lavouras voltadas para exportação (cana e algodão) e para o abastecimento das populações locais (mandioca e gado).

2. Aborda as possibilidades de uma estratificação social e diversificação econômica muito mais complexas do que a imagem retratada pela historiografia que aponta uma população formada por senhores proprietários de latifúndios, escravos, moradores, agregados, parceiros e arrendatários. Esta segunda problemática está associada à primeira e será a partir desta última que testaremos a primeira.

A origem da primeira problemática associa-se a um debate recente na historiografia econômica brasileira. Dois pólos, ou duas tendências, concentram os argumentos principais desta

discussão. ROBERTO MARTINS e AMILCAR MARTINS FILHO (2) com o seu trabalho sobre Minas Gerais no século dezanove, gerador da polêmica, no qual argumentam que a grande população escrava mineira teria sido importada graças à importância isolada da produção e consumo de bens trocados nos mercados locais.

ROBERT SLENES (3), discordando dos autores acima, argumenta que a grande população escrava mineira teria sido importada graças à articulação da produção voltada para exportação com a produção voltada para os mercados locais.

GAVIN WRIGHT(4) elaborou um modelo no qual a presença de uma maior quantidade da mão-de-obra escrava significaria uma produção voltada para mercados de longa distância e, por outro lado, a presença de uma menor quantidade desta força de trabalho significaria uma produção destinada aos mercados locais e regionais (de curta distância). Este modelo nos pareceu útil para testar as hipóteses do debate dos MARTINS com SLENES.

2. MARTINS, Roberto e MARTINS FILHO, Amilcar - "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited." H.A.H.R., v. 63, n. 3, p. 537-568, ago.1983. Veja também a resposta: "Slavery in a Nonexport Economy: A Reply". H.A.H.R., v.64, n.1, p. 135-146, fev. 1984.

3. SLENES, Robert A. W. - "A Escravidão numa Economia ligada à Exportação (Perspectivas Alternativas sobre Minas no século XIX)". Cadernos IFCH, UNICAMP, n. 17, jun. 1985. Saiu também uma versão em inglês intitulada - "Comments on Slavery in a Non-Export Economy" (I). H.A.H.R., vol. 63, n.3, ago. 1983, p. 569-581. Veja também sua tréplica: "Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX". Cadernos IFCH, UNICAMP, n. 17, jun. 1985, p. 39-80.

4. WRIGHT, Gavin - "The Political Economy of the Cotton South". New York, 1978. Veja especialmente o capítulo 3: The Microeconomics of Plantation and Farm, p. 43-89.

Há outros que participam deste debate, porém seus trabalhos não discutem a temática de maneira exaustiva. São eles: WARREN DEAN (5), STANLEY ENGERMAN e EUGENE GENOVESE (6), FRANCISCO VIDAL LUNA e WILSON CANO (7) e JAMES IRWIN (8).

A origem da segunda problemática está associada ao esforço de construção de uma imagem onde a estratificação social e a diversificação econômica aparecem muito mais complexas, neste sentido, os trabalhos de STUART B. SCHWARTZ (9) e HEBE MARIA MATTOS DE CASTRO (10) discutem o grau de concentração e difusão da mão-de-obra escrava nos diversos tipos de cultivos, e constituem-se em referências importantes para testar as hipóteses de maior complexidade social e econômica na qual

5. DEAN, Warren - "Comments on Slavery in a Nonexport Economy". (II) H.A.H.R., vol.63, n.3, ago. 1983, p. 582-584.

6. ENGERMAN, Stanley L. e GENOVESE, Eugene D. - "Comments on Slavery in Nonexport Economy". (III) H.A.H.R., vol. 63, n.3, p. 585-590, ago. 1983.

7. LUNA, Franciso Vidal e CANO, Wilson - "A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (século XIX): Uma Hipótese." Cadernos IFCH, UNICAMP, n. 8, out. 1983.

8. IRWIN, James R. - "Escravidão e Trabalho em Sistema de Plantation: Notas sobre Minas Gerais e o Piedmont Virginiano em Meados do Século XIX". Revista do Departamento de História, UFMG, Belo Horizonte, n. 6, p.5-14, jul. 1988.

9. SCHWARTZ, Stuart B. - "Padrões de Propriedade de Escravos nas Américas: Nova Evidência para o Brasil". Estudos Econômicos, v. 13, n. 1, p. 259-287.

10. CASTRO, Hebe Maria Mattos - "A Escravidão fora das Grandes Unidades Agroexportadoras". In: CARDOSO, Ciro Flamaron (org.) Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, p. 32-46. Veja também de sua autoria: "Ao Sul da História". São Paulo, Brasiliense, 1987. Neste último aborda-se um amplo segmento de produtores escravistas de café e mandioca dirigidos para o mercado interno.

pequenos e grandes proprietários escravistas desenvolviam diferentes atividades produtivas. Portanto, percebe-se uma associação entre a primeira e a segunda problemática.

Nosso trabalho faz incursões não só na temática econômica escravista stricto sensu, mostrando uma diferenciação das estruturas produtivas, mas também retrata uma sociedade fundamentalmente rural e estratificada de forma mais complexa, na qual cerca de 59% - em média - dos inventariados eram proprietários de escravos ao longo dos quase 60 anos pesquisados. Nesta vasta camada de proprietários escravistas pudemos observar uma variedade hierarquizada de produtores rurais, cultivadores de lavouras de cana, algodão, mandioca, e criadores de gado, ora consoante com as visões correntes da historiografia, ora revelando uma gama relevante (56%) de proprietários escravistas que se constituíam em criadores e lavradores de mandioca.

1. A escravidão numa economia não-exportadora ? A polêmica, os argumentos e os comentários.

ROBERTO B. MARTINS e AMILCAR MARTINS FILHO, em seu artigo intitulado "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited" (11), chegaram a conclusões instigantes as quais confrontam-se com a visão tradicional da historiografia que enfatiza a associação entre trabalho escravo e produtos de

11. MARTINS, Roberto e MARTINS FILHO, Amilcar - "Slavery in a Nonexport Economy..."

exportação. Os MARTINS argumentam que Minas Gerais durante o século dezanove segurou e importou uma grande população escrava graças à produção e ao consumo de bens trocados nos mercados locais. Além disto, afirmam que Minas, ao contrário do que se costuma afirmar, não exportou escravos, mas importou-os, devido à sua economia peculiar, diversificada e não orientada para a exportação. Mostram que os setores minerador, cafeeiro e têxtil eram muito pequenos em relação à economia provincial e pouco empregadores de mão-de-obra servil. O setor cafeeiro exportador é visto a partir do conceito de enclave (12), e não teria promovido impactos consideráveis na economia da província como um todo, não podendo explicar a sobrevivência e o crescimento daquela população. Caracterizam a economia mineira como não-constituída por plantations nem orientada para a exportação: auto-suficiência, diversificação e isolamento dos mercados externos seriam os traços peculiares da economia mineira durante o século XIX. Finalmente explicam que a sobrevivência da escravidão em Minas deveu-se não à existência de plantations, pois elas inexistiam, mas à razão formulada por Wakefield (13): a

12. Os MARTINS afirmam: "We argue that the Mineiro coffee plantations' being essentially an export enclave, with very limited, if any, impact on the provincial economy, cannot explain the survival and growth of the slave system of the province." Op. cit., p. 539. Depreende-se do contexto acima que o conceito de enclave possui um significado no qual o território caracteriza-se por não possuir relações com as áreas circunvizinhas, exceto, pela relação de exportação com outras regiões distantes.

13. WAKEFIELD, E. G. - "A View of the Art of Colonization". Nova York, 1969. Este trabalho foi escrito em 1849 sobre a experiência inglesa da colonização na Austrália. Os Martins também se apoiam nas formulações teóricas de NIEBOER, H. J. - "Slavery as an Industrial System: Ethnological Researches" Haia, 1900; e em

existência de terras livres (fronteiras abertas).

SLENES escrevendo comentários sobre o surpreendente artigo dos MARTINS produziu uma réplica e uma tréplica. A primeira, intitulada "A Escravidão numa Economia ligada à Exportação (Perspectivas Alternativas sobre Minas no século XIX)" aponta vários pontos críticos importantes, tais como cifras de entradas de escravos africanos em Minas, o valor calculado das exportações, o contrabando, e as ligações entre o setor exportador e o setor de produção para o consumo interno. Este último, ao nosso ver, constitui-se no aspecto de maior peso e de maior importância, porém difícil de ser documentado empiricamente. Em sua tréplica, "Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX," SLENES reafirma e demonstra através de dados sobre valor per capita das exportações que o setor exportador mineiro não era tão fraco nem insignificante, apesar de ter apresentado um declínio gradual; por conseguinte, constituía-se no centro dinâmico da economia. SLENES insiste, ao lado de ENGERMAN e GENOVESE (14), que o setor exportador não pode ser visto desarticulado do setor de produção de mantimentos, e afirma: "baseando-se em dados de exportações de gêneros alimentícios - especialmente de mantimentos como milho, feijão e arroz -, (...), a economia escravista de Minas, no fundo, fazia parte do complexo cafeeiro". Os MARTINS contestam isto com o argumento de que SLENES advoga

DOMAR, Evsey - "The Causes of Slavery or Serfdom: A Hypothesis". Journal of Economic History, mar. 1970.

14. ENGERMAN e GENOVESE - Op. cit.

um modelo simples de "divisão regional do trabalho". Na verdade, contudo, a produção escravista de milho parece ter se associado à demanda dos produtores escravistas de porcos, cuja produção era destinada ao abastecimento do mercado da cidade do Rio de Janeiro. Quanto ao argumento que os Martins usam da existência de terras livres (fator Wakefield), ele responde afirmando que Minas se constituía em regra e não em exceção, pois, o resto do Brasil também apresentava um relativamente fácil acesso ao uso do solo.

WRIGHT pensa um modelo no qual a mão-de-obra escrava está associada aos cultivos de alto e baixo grau de mercantilização e, neste sentido, utilizamos tal modelo para testar as hipóteses acima referidas. Nele a plantation e a propriedade camponesa (farm) aparecem associadas à oferta elástica de terras acessíveis. A oferta do fator trabalho é vista como elástica para a expansão das plantations escravistas. Tal situação não ocorria nas propriedades camponesas familiares onde a oferta deste fator possuía características de maior inelasticidade. A diferença fundamental entre as plantations escravistas e as propriedades camponesas familiares residia na escolha dos cultivos, direcionados ou não para o mercado. WRIGHT explica os motivos: os riscos que a pequena produção familiar corria eram muito grandes quando tal unidade voltava-se para a produção direcionada à troca de gêneros mercantis, cujas características se ligavam a objetivos de longo prazo. Importava sobretudo para este tipo de unidade familiar assegurar a auto-subsistência a curto prazo e, eventualmente, colocar seus excedentes no mercado.

A presença de escravos representaria, neste contexto, uma tendência que caracterizaria um maior grau de inserção no processo de produção voltada especialmente para o mercado. A não-presença de escravos, por outro lado, configuraria uma certa propensão à produção camponesa familiar. Dito de outro modo: a maior presença de escravos em um dado sistema agrário configuraria uma produção voltada essencialmente para o mercado. Por outro lado, quanto menor a presença de escravos, maior a propensão à produção familiar, esta, fundamentalmente, voltada para os mercados locais de curta distância.

Julgamos da maior importância para o estudo do caso brasileiro, em particular da região focalizada por nós, a utilização do modelo pensado por WRIGHT. Se pensamos na variável terras na região investigada, e para o Brasil como um todo, o acesso a este tipo de propriedade ficou muito mais restrito a partir da Lei de Terras de 1850 (15). Porém, o acesso à posse, ou ao uso do solo, tinha configurações diferenciadas. Categorias como moradores, agregados, parceiros, arrendatários, indicam a relativa facilidade com que grupos expropriados experimentaram o acesso ao uso da terra. A variável trabalho, nesta região, também possui semelhanças com o modelo de WRIGHT. Havia uma certa inelasticidade deste fator no que diz respeito às possibilidades do pequeno proprietário, do morador, do agregado, lidando com

15. DEAN, Warren - "Latifúndia and Land Policy in Nineteenth Century Brasil". H.A.H.R., v. 51, n.4, p. 606-625, nov. 1971. Veja também: VIOTTI DA COSTA, Emília - "Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos". In: Da Monarquia à República. Momentos Decisivos. Segunda edição, S. Paulo, Ciências Humanas,

cultivos de mantimentos e com cultivos de algodão e de cana em pequena escala, expandirem sua produção para além da utilização da mão-de-obra familiar. Neste sentido, a presença ou a não-presença de cativos pode configurar um certo grau de inserção das unidades agrícolas na produção orientada para o mercado. Os donos de plantations, ou ainda, os grandes proprietários, apesar de sofrerem também restrições em relação à aquisição ou à arregimentação de mão-de-obra, especialmente em momentos de bons preços de seus produtos no mercado internacional podiam, através de várias estratégias, atrair um certo contingente da força de trabalho nas fases de expansão da produção. Dentre as várias estratégias possíveis havia, por exemplo, a cessão de partes de terras aos grupos de moradores e agregados a fim de produzirem a subsistência familiar e, periodicamente, trabalhar para este mesmo grande proprietário.

DEAN (16), comentando o artigo citado dos MARTINS, fez algumas observações importantes. Primeiro, observou que os estudos sobre a escravidão em outras economias de plantation têm assumido que quando a força de trabalho é importada, a produção é essencialmente destinada para exportação; por outro lado, quando a força de trabalho é nativa, embora escravizada, a conexão entre plantation/exportação não é necessária nem exclusiva. Cita em apoio a este argumento o caso da escravidão dos ameríndios que em muitas situações desenvolviam atividades ligadas à produção para os mercados locais ou de auto-subsistência. Neste sentido, 1979, p. 127-148.

raciocina na mesma direção de SLENES ao enfatizar o nexo escravidão/lavouras de exportação. Mais adiante, comentando o crescimento da população escrava em Minas, argumenta que enquanto esta população na região produtora de café crescia através de importações, nas regiões não-cafeeiras teria crescido através de fatores naturais. Neste último aspecto em particular, LUNA e CANO parecem concordar com DEAN. Vejamos.

LUNA e CANO (17) argumentam que o pequeno grau de mercantilização da economia mineira não teria permitido a importação de uma grande leva de escravos africanos, e apontam fatores naturais - balanço positivo entre nascimentos e mortes - como o fato explicativo para o crescimento daquela população. SLENES (18) discorda desta explicação e sustenta que não só os MARTINS, assim como LUNA e CANO minimizam o papel do setor exportador e de seu impacto na economia interna da província. As atividades de exportação não só teriam permitido um grande tráfico de cativos, como também teriam se constituído no centro dinâmico, produzindo efeitos multiplicadores para o conjunto da economia.

ENGERMAN e GENOVESE (19), comentando o artigo dos MARTINS, colocam questões igualmente importantes. Questionam se a presença acentuada de escravos em atividades domésticas no censo

16. DEAN - "Comments on Slavery in a Nonexport Economy".

17. LUNA e CANO - Op. cit.

18. SLENES - "Os Múltiplos..." p.9.

19. ENGERMAN e GENOVESE - Op. cit. p.585-586.

de 1872 não teria ligações com a produção de mantimentos dirigidos às áreas de plantation. Sendo assim, dizem eles, a importância das plantations escravistas de Minas seria comparável com a visão tradicional da natureza das economias escravistas de modo geral. Neste aspecto, ambos concordam com SLENES quando este chama a atenção dos MARTINS para a grande presença de escravos domésticos naquele censo, indicando uma produção têxtil doméstica voltada para os mercados regionais (20). Por outro lado, lembram que, as áreas não-cafeeiras de Minas só podem ser caracterizadas como autárquicas se não exportavam mantimentos para outras áreas do Rio e de São Paulo ligadas às lavouras de exportação. Neste sentido, o estudo sobre o estado da Virgínia, no sul dos Estados Unidos, deveria ser pensado de modo análogo. Esta região produzia tabaco e trigo com mão-de-obra escrava, assim como exportava escravos para os estados do extremo sul. Os autores querem mostrar com este exemplo que a sobrevivência da escravidão na Virgínia dependia muito mais da integração ou articulação com outras economias orientadas para exportação. Neste último aspecto em particular, ambos raciocinam na mesma direção de SLENES quando este pensa a necessária articulação entre os setores ligados ao comércio de longa (exportação) e curta distância (local e

20. SLENES - "Os Múltiplos...", p.20-21. Veja também o recente e interessantíssimo artigo do prof. Douglas Cole Libby - "Proto-industrialisation in a Slave Society: The Case of Minas Gerais". Journal of Latin American Studies, v. 23, p.1, feb. 1991, p.1-35. Ele mostra a surpreendente e significativa presença de mulheres livres e escravas na produção doméstica de têxteis na fase de proto-industrialização de Minas, bem como concorda com Slenes em relação ao importante papel da indústria têxtil doméstica mineira, e com Luna e Cano em relação à importância dos fatores naturais para o crescimento da população escrava.

regional).

IRWIN (21), escrevendo sobre o Piedmont Virginiano e utilizando dados manuscritos dos censos de 1850 e 1860, chegou a conclusões interessantes. A primeira parte de seu artigo resume o trabalho dos MARTINS e a segunda parte delinea traços contrastantes entre as economias escravistas mineira e virginiana. IRWIN formula o seguinte raciocínio: os MARTINS rejeitam o estereótipo segundo o qual atividades tais como "o cultivo de cereais e a criação de animais " eram "incompatíveis com o trabalho forçado". Em sua pesquisa sobre Virgínia do século XIX, existem evidências disponíveis que sugerem que esse estereótipo deve ser repensado. Conclui que seus "dados não se reconciliam facilmente com os estereótipos quanto à escravidão das plantations do Novo Mundo, e sob este ângulo, fornecem munição ao ímpeto revisionista da análise que os Martins apresentam para a província mineira do século XIX." De fato, seu quadro sobre padrões de produção de acordo com os tamanhos de plantéis das unidades produtivas mostra que os índices de participação das fazendas que produziam trigo aumentavam à medida em que aumentava o número de escravos nestas unidades. De modo contrário, surpreendentemente, as fazendas livres (sem escravos) tiveram os menores índices de participação na produção de trigo, apesar das visões correntes de que o trigo era uma cultura associada ao trabalho livre.

21. IRWIN - Op. cit.

SCHWARTZ (22), trabalhando com a zona do Recôncavo Baiano em 1816, principal área agroexportadora da Colônia, chegou a conclusões diferentes das visões correntes da historiografia: que a maioria dos proprietários daquela região possuía menos de 5 escravos e que a maior parte dos cativos estavam em unidades com menos de 20 escravos. Um ponto mereceu destaque de forma definitiva: a difusão da propriedade escrava estava presente para além das unidades agroexportadoras. Outras duas conclusões igualmente importantes apareceram: existia uma diversificação espacial e econômica interna ao Recôncavo, com paróquias voltadas para culturas alimentares, como também uma diversificação social muito mais complexa do que até então se imaginava, retratando uma sociedade que se distanciava dos quadros teóricos explicativos para compreensão da sociedade brasileira da época colonial. Demonstrou também que na proporção em que as paróquias se especializavam na produção de açúcar o grau de concentração da propriedade escrava tendia a aumentar.

Em trabalho recente CASTRO (23) mostrou um segmento de proprietários escravistas donos de plantéis de dimensões pequenas cuja produção de café e de mandioca voltava-se para o mercado interno. Em outro trabalho (24), a autora aponta a possibilidade de se pensar a gênese e o processo de constituição do campesinato

22. SCHWARTZ - "Padrões de Propriedade de Escravos nas Américas..."

23. CASTRO - "Ao Sul da História".

24. CASTRO - "A Escravidão fora das Grandes Unidades Agroexportadoras..."

brasileiro a partir da diversificação e da estratificação social. Indaga sobre as implicações e as repercussões no padrão de posse de cativos com o fim do tráfico de escravos em 1850 e as alterações na organização e na estratificação social em diversas regiões do país. Elabora uma síntese de vários trabalhos de outros autores e chegou à conclusão de que " a concentração e o crescimento da população cativa parecem ter estado fortemente ligados não à plantation, em sentido estrito, mas sim à acumulação de capital, num sentido amplo." Debatendo com os MARTINS sobre Minas, CASTRO raciocina de modo análogo a SLENES (25) e a WRIGHT (26): o crescimento da população cativa mineira

25. SLENES - "Os Múltiplos...", p.22-23, e nota número 21, p. 35-36. Pensando em estruturas diferenciadas dos mercados nacional e regionais, afirma: "Surgiram diferenças significativas no preço da mão-de-obra forçada entre esses mercados, e o resultado foi um tráfico interno de escravos bastante grande. Outros fatores permanecendo iguais, seria de se supor que esta situação de aumento e de diferença de preços refletisse principalmente diferenças no retorno sobre o investimento em escravos em vários mercados, provenientes de diferenças neste sentido entre tipos de atividades econômicas. Neste caso, a transferência de escravos teria sido de atividades orientadas para o suprimento da unidade doméstica (agricultura de subsistência e serviço doméstico) para o setor comercial, especialmente para as indústrias que eram mais lucrativas (presume-se no caso - seguindo a maioria de historiadores - a agricultura de exportação)."

26. WRIGHT - Op. cit. p. 7. Discorrendo sobre seu modelo afirma: "... a simple model in which the character of labor supply is the main constraint on the expansion of individual farms in the early nineteenth century. Slave plantations are seen as family farms for which this constraint has been relaxed, allowing an expansion in scale which family farms in the free states could not achieve. Within the South, the primary difference between plantations and farms is not in the efficiency of production but in the choice of outputs, specifically the division between marketed and nonmarketed production. Under slavery, " labor was a commodity " and its allocation is well explained by the principles of price theory; but this was not so for family labor on smaller farms, where immediate risks and long-range objectives dictated a more limited production for the market."

deve ser visto a partir das possibilidades maiores de comercialização da produção agropecuária mineira em comparação com a goiana. CASTRO e SLENES trazem à discussão, de modo comparativo, as regiões mineradoras de Goiás e Minas. Na primeira região, o declínio da mineração foi seguido por um decréscimo da população cativa regional, diretamente relacionada à estreiteza do dinamismo comercial das atividades agropecuárias que ali substituíram a mineração. O fator terras livres estava presente tanto em Minas quanto em Goiás, não se seguindo daí a manutenção da população escrava nesta última província. Diferentemente do caso mineiro, após o ciclo minerador goiano, houve uma tendência ao predomínio do trabalho familiar por parte dos proprietários de terras, suprido eventualmente ou em escala minoritária, por escravos, jornaleiros ou agregados. O preço dos cativos era menos valorizado em Goiás do que em Minas, apesar da maior distância da primeira província. Esta menor valorização parece ser indicador de um mercado de escravos formado por transferências locais e de uma estrutura produtiva com baixos índices de mercantilização (27). Concordando com SLENES, CASTRO reafirma: "a agroexportação pode ter constituído o "centro dinâmico" da economia, (...), mas gerou efeitos multiplicadores diversos no tempo e espaço, engendrando outras possibilidades de investimento também baseadas na força de trabalho cativa".

FRAGOSO (28), investigando a expansão do sistema agrário

27. SLENES - "Os Múltiplos..." p. 22-23 e nota número 21, p. 35-36.

escravista mercantil do Rio de Janeiro, através do movimento de reprodução ampliada das unidades agro-exportadoras, num período de refluxo do ciclo de Kondratieff (1815-1850), encontrou evidências contrárias às "teses tradicionais, vigentes na historiografia brasileira, acerca de uma dependência das flutuações coloniais em relação aos ritmos do mercado internacional. Ao contrário do que elas propõem, a queda dos preços internacionais na época tratada não levou a uma retração da agroexportação ou do mercado interno da região Sudeste. Por conseguinte, as flutuações coloniais, dentro de certos parâmetros, tinham uma relativa autonomia. Reforçando isto, nota-se, o crescimento das produções ligadas ao abastecimento interno num nível superior ao das destinadas à exportação." A economia brasileira seria mais complexa do que uma simples plantation escravista ligada ao mercado internacional, e isto se evidenciaria através da criação da agroexportação em áreas de fronteira, movimento no qual participaram capitais acumulados no abastecimento interno. Daí segue como corolário a existência de um mercado interno dinâmico, porém restrito, uma acumulação endógena capaz de se reproduzir na esfera da produção de gêneros de agroexportação. A reprodução ampliada do capital não estaria portanto ligada às casas mercantis estrangeiras, mas aos chamados comerciantes de grosso trato da praça do Rio. Tal modelo o faz supor que, também em Minas Gerais, teria havido algo semelhante,

28. FRAGOSO, João Luís - "O Império Escravista e a República dos Plantadores. A Economia Brasileira no Século XIX: Mais do que uma plantation escravista-exportadora". In: LINHARES, Maria Yedda (org.) História Geral do Brasil. 3a. edição, Rio de Janeiro, Campus, 1990. p.142-146.

ou seja, a criação de sistemas agrários escravistas (ou não), ligados ao abastecimento interno, os quais teriam sido montados por capitais resultantes do comércio de curta distância (local e regional). Neste sentido, pensamos que este modelo é útil para entender, pelo menos teoricamente pois não o testaremos empiricamente, a compra de milhares de cativos em Minas no século XIX, assim como o comércio local de escravos em Bananeiras. Vale ressaltar que neste modelo o autor não desarticula sistemas agrários escravistas ligados à exportação dos sistemas agrários escravistas (ou não) ligados ao abastecimento interno, como o fazem os MARTINS, ao conceber o sistema agrário escravista exportador de Minas como um enclave em relação aos sistemas agrários voltados para trocas locais. Tal modelo vai na mesma direção dos de SLENES e WRIGHT onde há uma nítida articulação dos dois sistemas.

"Posse de Escravos e Produção no Agreste Paraibano: um Estudo sobre Bananeiras, 1830-1888" insere-se na discussão das relações entre a economia escravista voltada para a exportação e para a produção de mantimentos, promovendo um pequeno mercado de escravos a nível local, como também nas discussões onde concebe-se uma maior complexidade das estruturas sociais no período imperial.

A eleição do município de Bananeiras para investigação deveu-se às suas principais características. Tratava-se de uma região voltada para produção de cultivos ligados ao comércio de longa distância (exportação) e de cultivos ligados ao comércio de

curta distância (mercados locais e regionais). O sentido da ocupação deste território esteve ligado originalmente a terras doadas para a criação de gado e cultivos de lavouras para a manutenção das populações (29). Constatamos este sentido da ocupação a partir da leitura de 1.138 cartas de doação de sesmarias nos "Apontamentos para a História Territorial da Parahyba", do jurista e historiador João de Lyra Tavares (30). As primeiras doações aconteceram por volta do início do século XVIII e, já no final deste, há menção de doações de terras para fins de implantação de engenhocas. Só a partir da década de 1850 aparecem na documentação cartorária os registros de equipamentos mais aperfeiçoados de engenhos de ferro com caldeiras e alambiques. As descaroçadoras de algodão já estão presentes desde o final do século XVIII, e já no início deste, designações como "criações de gados vaccum e cavallar e plantações de lavouras e roças" são muito frequentes, confirmando o sentido da ocupação desta parte do território paraibano.

29. JOFFILY, Irineu - "Notas sobre a Parahyba". Brasília, Theasaurus, 1978. A primeira edição é de 1892, p. 199-200.

30. TAVARES, João de Lyra - "Apontamentos para a História Territorial da Parahyba." Mossoró, Centro Gráfico do Senado Federal, 1982, coleção mossoroense, v. CCXLV, p. 771.

2. Fontes e Metodologia

"Posse de Escravos e Produção no Agreste Paraibano..." é um trabalho cuja fonte principal constitui-se na coleção completa de inventários post-mortem da comarca de Bananeiras, município situado numa área de transição entre a Zona da Mata e o sertão da província da Paraíba; é também denominado de brejo por apresentar um grau relativamente alto de umidade. Bananeiras foi transformada em vila em 1833 e em comarca em 1857. Possuía então dois termos: Bananeiras e Araruna. Foram levantados todos os 779 inventários da referida comarca até 1925; entretanto, para fins deste trabalho, foram usados 447 peças até o ano de 1888. Escrituras de compra e venda de cativos foram coletadas dos Livros de Notas; relatórios de presidentes da província e o censo de 1872 foram usados também. A opção original pelo recorte temporal - 1830 até 1925 - deveu-se à idéia inicial de estudar o momento pós-abolição cuja intenção mantém-se viva, porém em direção à realização de futuros artigos. No momento, a investigação restringe-se à questão do papel da mão-de-obra escrava em relação à diversificação das unidades produtivas e aos mecanismos de diferenciação social ao longo dos últimos anos da instituição servil. Partindo da hipótese delineada há algum tempo atrás pelo prof. PETER EISENBERG (31), de que a transição da mão-

31. EISENBERG, Peter L. - "Modernização sem Mudanças". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. Especialmente a parte II, p. 145-251.

de-obra escrava em direção ao trabalho "livre", no Nordeste, já vinha se dando há muito tempo, antes mesmo da extinção do tráfico de negros, começamos a definir o recorte no momento da fundação da vila - 1833 -, prolongando até 1888. Desta forma, tendo como suposto tal hipótese, investigamos as articulações escravos/cultivos para exportação e escravos/cultivos de gêneros alimentícios ligados ao abastecimento das populações.

Para fazer esta trajetória concebemos, a partir da análise sistemática da documentação, uma classificação dos produtores em três categorias, designadas ao longo do trabalho por classes: a primeira, refere-se aos lavradores de cana e senhores de engenho; a segunda, aos lavradores de algodão; e a terceira, aos lavradores de mandioca e criadores. Tal classificação, trouxe-nos inúmeros problemas, entre eles, o de denominar sob um mesmo conceito, uma diversidade de situações, como por exemplo: os indivíduos que chamamos de lavradores de cana e senhores de engenho, constituíram-se em uma categoria muito mais complexa que exercia uma diversidade de atividades: produzia algodão e mandioca, e outras vezes, criava grandes rebanhos de gado. Situação semelhante foi observada em relação aos lavradores de algodão; estes também cultivavam mandioca, e outras vezes, criavam gado. A única categoria cuja denominação correspondeu às suas características essenciais foi a dos lavradores de mandioca e criadores.

A designação lavradores neste trabalho não adquire

necessariamente o significado preciso e tradicional que a historiografia lhe empresta, no sentido de se constituírem em apenas plantadores strito sensu, não possuidores de maquinismo para processamento de seus produtos. Tal designação apenas possui significado histórico preciso no capítulo referente aos lavradores de cana e senhores de engenho. De resto, a palavra lavradores pode ser entendida por plantadores ou cultivadores em sentido genérico.

Utilizamos a designação grupos para examinar a situação dos indivíduos em relação à propriedade escrava. Assim, concebemos os seguintes grupos: primeiro, dos não-proprietários de escravos; segundo, dos donos de pequenos plantéis possuidores de 1 a 3 escravos; terceiro, dos donos de médios plantéis possuidores de 4 a 9 escravos; e quarto, dos donos de grandes plantéis possuidores de mais de 10 escravos.

O trabalho está dividido em 5 capítulos. O primeiro aborda de maneira genérica alguns aspectos da demografia e da economia na região focalizada; o segundo, trata dos lavradores de cana e senhores de engenho; o terceiro, aborda os lavradores de algodão; o quarto, trata dos lavradores de mandioca e criadores; e o quinto, situa o mercado de escravos a nível local.

1. DEMOGRAFIA E ECONOMIA DAS POPULAÇÕES ESCRAVA E LIVRE.

Neste capítulo focalizaremos fundamentalmente os indivíduos escravizados e seus senhores. A historiografia em geral quando discute as condições destes indivíduos tende a generalizar situações de plantation para o resto da experiência escrava. Entretanto, como SCHWARTZ (1) demonstrou, na Bahia colonial a maioria dos plantéis era de pequeno porte, especialmente nas áreas onde plantavam-se culturas de subsistência e cana em pequena escala. Uma das conclusões mais reveladoras então era de que a propriedade de escravos no Brasil estava muito mais difundida do que até então se imaginava, se fosse comparada com a experiência da propriedade de escravos do Caribe.

1.1. Padrões de posse de escravos

A tabela abaixo mostra-nos a estrutura distributiva e a evolução da propriedade escrava entre os donos de plantéis de

1. SCHWARTZ, Stuart - "Padrões de Propriedade de Escravos nas Américas: Nova Evidência para o Brasil." Estudos Econômicos. v.13, n. 1, p. 262-263, jan./abr. 1983. Nas paróquias de Jaguaripe e Maragogipe onde plantava-se cultivos de alimentos e cana em pequena escala, o número médio de escravos por proprietários era inferior a 5.

tamanhos diversos (2). Os números em *itálico* equivalem às quantidades em termos absolutos da propriedade de escravos, correspondente ao N. Os outros números equivalem às quantidades em percentagens (%).

Tabela 1

Distribuição da propriedade escrava segundo o tamanho dos plantéis, 1830-1888.

Tam. de Plan- téis!	1830-1849		1850-1859		1860-1869		1870-1879		1880-1888		Total
	N	(%)	N								
Peq.	36	57	50	54	31	62	19	46	11	50	150
Méd.	20	31	32	34	12	24	14	34	11	50	85
Gra.	7	12	11	12	7	14	8	20	0	0	34
Total	63	100	93	100	50	100	41	100	22	100	269

Fontes: 269 inventários post-mortem dos arquivos dos cartórios de primeiro e segundo ofícios da comarca de Bananeiras.

N = se refere aos números absolutos (em *itálico*).

% = se refere aos números percentuais.

Peq. = plantel de tamanho pequeno (de 1 a 3 escravos).

Méd. = plantel de tamanho médio (de 4 a 9 escravos).

Gra. = plantel de tamanho grande (a partir de 10 escravos).

2. Utilizamos a propriedade de escravos a partir do arrolamento realizado em cada inventário. Tal procedimento cria um problema do ponto de vista daqueles proprietários que possuíam mais de uma propriedade de terras e a dispersão deste tipo de mão-de-obra nelas.

A fatia dos proprietários de pequenos plantéis evoluiu de 57% no período 1830-49 para 62% na década de 60, enquanto, a fatia dos proprietários de plantéis de tamanho médio caiu de 31% para 24%, e, a fração dos proprietários dos grandes plantéis subiu ligeiramente de 12% para 14%. O que importa perceber, neste movimento da distribuição da propriedade, é que ao longo de 39 anos (1830-1869), a propriedade de escravos modificou-se, apresentando um movimento ascendente e simultâneo em relação à pequena e à grande propriedade, e um movimento descendente em relação à média propriedade. Este movimento significa que os médios proprietários, pelo menos parte deles, desfizeram-se de seus cativos, os quais foram, como veremos no capítulo 5 referente ao comércio de escravos, em parte, incorporados aos grandes plantéis. Possivelmente, os proprietários de médios plantéis transformaram-se em donos de pequenos plantéis, engrossando o número destes últimos.

Logo após este período ocorreu um movimento descendente da pequena propriedade de 62% para 46%, e um movimento ascendente da média e da grande propriedades de 24% para 34% e de 14% para 20%, simultânea e respectivamente. Este movimento evidencia uma tendência à concentração da propriedade de escravos, a partir da década de 70, em direção às médias e às grandes propriedades. Por outro lado, durante a década de 80 não ocorreu nenhum caso de grande propriedade de escravos.

COSTA e LUNA observaram, em seu estudo sobre 10 municípios

paulistas no início do século passado, que 70% dos proprietários detinham plantéis de 1 a 5 escravos, enquanto 25% detinham plantéis de 6 a 20 escravos, e 5,2% deles, plantéis de 21 a 100 escravos (3). KNOX mostrou que 89% dos proprietários de escravos eram donos de pequenos e médios plantéis na província do Piauí (4). Nossos dados mostram uma tendência muito semelhante a esta última província: 87% dos proprietários de escravos se constituíam em donos de pequenos e médios plantéis na região de Bananeiras (5).

De outro modo, se fizermos um cruzamento de dados referentes à tabela 1, alusiva à distribuição da posse de cativos, com os dados da tabela 2, alusiva à distribuição desta população em relação aos diversos tamanhos de plantéis, notaremos que 87% dos proprietários detiveram 57% (6) dos escravos em pequenos e médios plantéis. Enquanto isso, os outros 13% (7) dos

3. COSTA, Iraci e LUNA, Francisco V. - " Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX." Estudos Econômicos, v.13, n.1, jan./abr. 1983, p. 211-221.

4. KNOX, Miridan Britto - " Demografia Escrava no Piauí". História e População: Estudos sobre a América Latina. Cedhal - Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina, USP, 1990, p.248. Agradeço aqui o trabalho gentilmente cedido pela autora.

5. Veja na tabela 1 a coluna e a linha denominadas Total: 150 propriedades de pequenos plantéis + 85 propriedades de médios plantéis = 235 : 269 = 87%.

6. Veja na tabela 2 a coluna e a linha denominadas Total: 280 escravos distribuídos nos pequenos plantéis + 481 escravos distribuídos nos médios plantéis = 761 : 1.331 = 57%.

7. Veja na tabela 1 a coluna e a linha denominadas Total: 34 : 269 = 13%.

proprietários detiveram os outros restantes 43% (8) dos escravos em plantéis de tamanho grande. KNOX observou que 61% dos escravos moravam em pequenos e médios plantéis na província do Piauí, semelhantemente a esta região da província da Paraíba (9). Em relação à década de 80, observamos uma notável mudança onde 50% dos proprietários detiveram 20% dos escravos em pequenas propriedades. Enquanto isso, a outra metade dos proprietários, detiveram os 80% restantes dos cativos em propriedades de tamanho médio. Ao longo dos 58 anos examinados, 1830-1888, a pequena propriedade sozinha constituiu-se em uma fatia muito maior (150 posses) do que a fatia das médias e grandes propriedades juntas (85 + 34 = 119 posses). Tal resultado sinaliza um aspecto interessante do perfil da propriedade escrava da região, uma vez que, se se comprova que a maioria dos municípios brasileiros, ao longo do século dezenove, estava voltada principalmente para uma agricultura de alimentos e de subsistência, e secundariamente, para uma agricultura voltada para exportação, do ponto de vista demográfico, pode-se legitimamente inferir que a experiência da vida escrava brasileira estaria longe da experiência retratada para as situações de plantation e de grandes propriedades. Se tal hipótese se demonstra, um novo conjunto de problemas se colocará no futuro no sentido de suprir novas pesquisas.

8. Veja na tabela 2 a coluna e a linha denominadas Total: 570 : 1.331 = 43%.

9. KNOX - Op. cit., p.248.

1.2. A Estrutura de distribuição da população escrava.

A Tabela 2 abaixo resume a distribuição dos escravos por tamanhos de plantéis na região de Bananeiras ao longo de quase 60 anos. Nota-se uma razoável estabilidade nos padrões de distribuição dos cativos durante estes anos, exceto na última década, a de 80. Tal estabilidade assume patamares impressionantemente constantes ao longo do tempo: a presença de cativos nos chamados pequenos plantéis, mostra um indicador estável, em torno dos 20% até fins da década de 60; por outro lado, os cativos localizados nos plantéis de tamanho médio, mantiveram-se distribuídos em torno de um índice também estável, 30%, inclusive ao longo da década de 70 com tendência ao crescimento; finalmente, os cativos localizados nos grandes plantéis mantiveram-se distribuídos em níveis que podem ser considerados também estáveis, porém, com ligeira e suave tendência ao crescimento da concentração desta população, particularmente durante a década de 70, como já foi observado.

Vale assinalar que a metade dos cativos estava vivendo em pequenos e médios plantéis, o que reforça os resultados dos dados colhidos por SCHWARTZ (10), trabalhando com freguesias da Bahia colonial, por LUNA (11), estudando alguns municípios mineradores

10. SCHWARTZ - Op. cit., p. 262-263.

11. LUNA, Francisco Vidal - "Minas Gerais: Escravos e Senhores - Uma Análise da Estrutura Populacional de Alguns Centros

também do mesmo período, por KNOX (12), trabalhando com os Livros de Classificação para a província do Piauí no século XIX, e por COSTA e LUNA (13), pesquisando 10 municípios paulistas do mesmo período. Em todos estes trabalhos, os resultados dos dados coletados mostram a existência significativa de pequenos e médios plantéis em regiões econômica e geograficamente diferentes. Apesar da compra e venda de escravos ter se intensificado a partir da década de 1850, segundo os historiadores, no sentido intra-provincial, nenhuma mudança notável se observou na distribuição da população cativa durante o período investigado, exceto na década de 1880, no município ora em exame.

A partir da década de 70, observa-se uma mudança acentuada em relação à distribuição dos escravos na região: houve uma queda da presença da população escrava que estava distribuída em pequenos plantéis ao longo dos 49 anos (1830-1879). A distribuição dos escravos nos plantéis de tamanho médio manteve-se relativamente estável com uma suave tendência ascendente até a década de 70, e um notável crescimento na década de 80. Finalmente, em relação aos grandes plantéis, a distribuição da população cativa apresentou uma tendência de crescimento constante ao longo do tempo, mostrando uma concentração relativamente acentuada de 51% desta população na década de 1870,

Mineratórios." Dissertação de doutorado, São Paulo, IPE-USP, 1981.

12. KNOX - Op. cit., p.248.

13. COSTA e LUNA - Op. cit., p. 211-221.

e por outro lado, um esvaziamento total dos grandes plantéis durante a década de 80.

Tabela 2

Evolução da distribuição dos escravos por tamanhos de plantéis, 1830-1888.

Tam. de Plantéis	1830-1849	1850-1859	1860-1869	1870-1879	1880-1888	Total					
	N	(%)	N	(%)	N	(%)	N				
Peq.	84	26	94	20	54	23	32	14	16	20	280
Méd.	108	34	156	34	70	30	83	35	64	80	481
Gra.	126	40	213	46	110	47	121	51	0	0	570
Total	318	100	463	100	234	100	236	100	80	100	1.331

Fontes: 269 inventários post-mortem dos arquivos dos cartórios de primeiro e segundo ofícios da comarca de Bananeiras. Este número corresponde a todos os inventários declarantes de escravos: 59% do total levantado.

N = número absoluto de escravos escrutinados (em itálico).

% = número percentual dos escravos localizados em diversos tamanhos de plantéis, por período.

Peq. = plantéis pequenos com 1 a 3 escravos.

Méd. = plantéis médios com 4 a 9 escravos.

Gra. = plantéis grandes com 10 ou mais escravos.

A pergunta que se segue a estas observações é a seguinte: que fatores teriam influenciado o desempenho dos padrões de distribuição da população cativa, bem como a propriedade deste tipo de mão-de-obra? Bananeiras assim como boa parte da região do Agreste foram ocupadas através da agricultura de subsistência associada ao cultivo de algodão e uma posterior implantação de engenhos por volta das primeiras décadas do século passado. A

produção de açúcares de qualidade inferior bem como a produção de aguardente e rapaduras marcou a estrutura produtiva da região associada à produção de algodão, ora em lã, ora em caroço, como também de produtos alimentares, tais como mandioca e gado, este último utilizado para corte e leite, e ainda, milho, feijão, arroz e, posteriormente, café, cujo mercado era regional. Tal estrutura produtiva manteve-se mais ou menos constante sem grandes transformações ao longo do período examinado. Do ponto de vista da mão-de-obra escrava, as mudanças não foram relevantes mesmo ao examinarmos o movimento de padrões distributivos a partir da década de 1850 quando, segundo a historiografia, as províncias exportadoras (isto é, a economia açucareira) teriam recebido um forte impacto com o comércio inter-provincial (14). O

14. Para situar esta discussão leia também o capítulo 5 sobre o mercado de escravos e a bibliografia a respeito: TOPLIN, Robert B. - "The Abolition of Slavery in Brazil". Nova York, 1972, p.19. Foi o autor que mais enfatizou a idéia de que os plantadores de cana foram os primeiros a venderem seus cativos. EISENBERG, Peter L. - "Modernização sem Mudança." R.J., Paz e Terra, 1978, p. 174-177. O autor comenta sobre o tráfico inter-provincial como um fator entre outros que contribuiu para a abolição gradual no Nordeste e assevera: " Os cultivadores de cana vendiam seus escravos em pequenos lotes, cada ano, para cobrir os débitos com seus agentes de Recife, e 760 escravos saíram em média por ano, legalmente, da província." Veja também a posição diversa de: KLEIN, Herbert - "The Internal Slave Trade in Nineteenth Century Brazil: A Study in Slave Importations into Rio de Janeiro in 1852." H.A.H.R., v. 51, n.4, nov. 1971, p. 567-585, especialmente, p.582-583. Argumentou que a importância do tráfico intra-regional foi muito maior que o tráfico inter-regional no suprimento de mão-de-obra para as plantações de café. Afirma que a maioria dos escravos no tráfico inter-regional não teria vindo das plantações de cana do Nordeste. Veja também: GALLOWAY, J.H. - "The Last Years of Slavery in Sugar Plantations of Northeastern Brazil". H.A.H.R., v.51, n.4, nov.1971, p.589. Argumenta que os proprietários de escravos donos de pequenos plantéis e plantadores marginais teriam sido os primeiros a venderem seus cativos aos plantadores do eixo Centro-Sul. Veja ainda CONRAD, Robert - "Os Ultimos Anos da Escravatura no

que os dados mostram é que pequenas mudanças existiram, como as já assinaladas acima, salvo a partir da década de 60, quando caiu pela metade o efetivo populacional da mão-de-obra cativa. No global, os padrões estruturais de posse mantiveram-se relativamente estáveis sem transformações notáveis, exceto durante a última década da instituição servil, onde o grosso desta população, 80%, encontrava-se nos médios plantéis.

1.3. A distribuição dos cativos por setores econômicos.

Na tabela 3 abaixo examinaremos, a partir dos setores econômicos ligados à cana, ao algodão, ao cultivo de mandioca e à criação de gado, a presença numérica em termos absolutos e relativos de escravos, focalizando os plantéis de diversos

Brasil." R.J., Civ. Bras., 1978, p.63-87. Observou que os políticos nordestinos no congresso estavam mais dispostos a votar a favor da abolição gradual que os políticos do Centro-Sul. Atribui esta atitude à importância declinante da escravidão no Nordeste. Mostra que esta pouca importância se deveu a dois fatores: a incapacidade da população escrava de se reproduzir tão rapidamente quanto a população livre e a crescente e contínua sangria de mão-de-obra escrava através do tráfico inter-provincial. Veja especialmente as tabelas números 21, 24 e 25, pp.362-364. E SLENES, Robert A. W.- "The Demography and Economics in Brazilian Slavery: 1850-1888." Tese de doutoramento. Stanford University, 1976, p.120-233 especialmente os capítulos III e IV. Este autor identifica as áreas exportadoras e importadoras no tráfico inter e intra-regional, concluindo: "The great majority of bondsmen who were sold in the inter and intraregional trades in Brazil did not come from the plantations, but from the urban areas or regions of non-plantations agriculture". p. 214.

tamanhos.

Tabela 3

Levantamento da população escrava^a por tamanhos de plantéis e por setores econômicos nos inventários post-mortem, 1830-1888.

Setores ^b Econômicos	Pequenos Plantéis		Médios Plantéis		Grandes Plantéis		Totais por Setores ^c	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Cana	15	5	69	14	301	53	385	29
Algodão	69	25	213	44	183	32	465	35
Gado/mand.	196	70	199	42	86	15	481	36
Totais	280	100	481	100	570	100	1.331	100

Fontes: 269 inventários post-mortem de indivíduos proprietários de escravos.

a - total da população escrava escrutinada: 1331

b - Os setores econômicos se referem aos lavradores de mandioca e criadores, lavradores de algodão e lavradores de cana e senhores de engenho.

c - Esta coluna se refere às somas setoriais.

N = é o número absoluto de escravos (em itálico).

% = é o número percentual.

O escrutínio da população escrava por tamanhos de plantéis e por setores da vida econômica nos revelou aspectos interessantes: a distribuição desta população mostrou-se bastante semelhante entre os três setores. Todavia, ao agregarmos os dois setores de maior grau de mercantilização (algodão + cana),

constatamos que a maior parte desta população, 64%, esteve vivendo sob um regime econômico voltado para exportação (15). A outra parte da população escrava, 36%, estava ligada ao cultivo de mandioca e criação de gado em pequena escala. É notável, entretanto, a distribuição relativamente semelhante da população escrava em relação aos três setores.

Outro aspecto importante é o grau de concentração da população escrava em relação aos tamanhos de plantéis e aos setores econômicos. No setor canavieiro por exemplo, a maioria dos escravos - 53% - vivia em grandes plantéis. No setor algodoeiro, a maior parte - 44% - vivia em plantéis de tamanho médio. No setor ligado ao cultivo da mandioca e ao criatório, 70% deles, viviam em pequenos plantéis. Este resultado corrobora o trabalho de SCHWARTZ onde ele demonstra que o grau de concentração da propriedade escrava tende a aumentar à medida em que as paróquias se especializavam na produção de açúcar e, a diminuir, quando a cana aparece associada ao cultivo da mandioca

15. Para uma instigante discussão sobre a relação escravidão e economias de subsistência/exportação, leia o debate na introdução deste trabalho e a bibliografia: AMILCAR Martins Filho e MARTINS, Roberto - "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited." H.A.H.R., v. 63, n.3, p. 537-568, ago. 1983. SLENES, Robert - "Comments on Slavery in a Nonexport Economy" (I). Ibidem, p. 569-581. DEAN, Warren - "Comments..." (II). Ibidem, p.582-584. GENOVESE, Eugene e ENGERMAN, Stanley - "Comments..."(III). Ibidem, p. 585-590. Veja também a resposta dos Martins: "Slavery in a Nonexport Economy: a Replay." H.A.H.R., v.64, n. 1, fev. 1984, p. 135-146. Também: LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson - "Economia Escravista em Minas Gerais." Cadernos IFCH, UNICAMP, n.10, out. 1983. SLENES, Robert - "Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX." Cadernos IFCH, UNICAMP, n.17, jun. 1985.

(16). COSTA e LUNA também observaram esta mesma tendência em 10 municípios paulistas no início do século dezanove: o significado do papel desempenhado pela atividade açucareira foi marcante em relação a participação dos senhores com mais de 10 cativos, contrastando com outras atividades onde havia o predomínio maciço dos proprietários que detinham 5 ou menos cativos (17).

Vejamos agora a tabela seguinte onde demonstra-se tendência semelhante aos resultados colhidos por estes estudos acima assinalados.

16. SCHWARTZ, Stuart - Op. cit, p.265.

17. COSTA, Iraci e LUNA, Francisco V. - Op. cit., p.215.

Tabela 4

Levantamento quantitativo dos inventários post-mortem por setores econômicos entre os proprietários de escravos, 1830-1888.

Setores Econômicos	Número de inventários	Distribuição por setor(%)	Número médio de escravos/inventário
Cana	40	15	9,3
Algodão	79	29	6,0
Gado e mandioca	150	56	3,2

Fontes: 269 inventários post-mortem dos grupos de proprietários de escravos existentes nos arquivos dos cartórios de primeiro e segundo ofícios na comarca de Bananeiras.

Na tabela 4 acima vê-se um levantamento quantitativo de inventários por setores produtivos. A primeira coluna, da esquerda para a direita, refere-se à contagem de números absolutos dos inventários levantados; a segunda, refere-se à contagem em números percentuais; e a última, o número médio de escravos encontrados nos inventários por setor econômico.

Mais da metade, 56%, da propriedade de escravos da região estava relacionada com a criação de gado e a produção de mandioca; a média da presença escrava neste setor foi de 3,2 escravos por inventário. A segunda maior cifra em relação a presença de inventários por setor produtivo, 29% , foi de inventariados ligados à atividade algodoeira; a média da participação de escravos por inventário, foi de 6,0. A presença

de produtores ligados à atividade de cultivo da cana-de-açúcar ficou em torno de 15% e a presença média de cativos por inventário, foi 9,3.

Nos dados colhidos por SCHWARTZ (18) na Bahia colonial nas freguesias de Jaguaripe e Maragogipe, regiões onde cultivava-se mandioca, a média observada de escravos por proprietário foi de 4,5. Na região do Sertão onde plantava-se mandioca e criava-se gado, a média foi de 5,2 cativos por proprietário. Na região do Recôncavo, onde plantava-se cana-de-açúcar e mandioca, a média foi de 6,6; na outra parte do Recôncavo, onde só plantava-se cana-de-açúcar, 11,7 (19). Se compararmos estes dados com os nossos descritos acima, veremos que são compatíveis e podemos afirmar que talvez este padrão tenha se mantido em boa parte dos municípios com características econômicas semelhantes.

Por outro lado, a estrutura ocupacional das paróquias do Recôncavo Baiano, à época do censo de 1816-17, demonstra uma região voltada essencialmente para a produção de açúcar: 29,2% dos indivíduos recenseados foram classificados como senhores de engenho e lavradores de cana, enquanto apenas 8,8% deles foram classificados como plantadores de mandioca e donos de sítio ou fazenda. Na região de Bananeiras apenas 15% dos inventariados

18. SCHWARTZ, Stuart - "Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial." S. Paulo, Cia. das Letras, 1988, p. 356-376.

19. Idem, ibidem, p.359. Na tabela 52 o autor está utilizando como fonte o recenseamento de 1788 onde o arrolamento foi feito por domicílio, portanto, o número médio de escravos é dado por chefe de domicílio.

eram proprietários de escravos e estavam ligados à produção da cana. Enquanto isto, 29% dos proprietários escravistas estavam cultivando algodão, e outros 56% estavam ligados às atividades do cultivo da mandioca e à pecuária, a julgar pela estrutura patrimonial dos indivíduos. Tal estrutura relaciona-se com o sentido da ocupação da terra. Na Bahia, a região apontada no estudo de SCHWARTZ foi ocupada primordialmente por unidades que produziam cana para transformação em açúcar. A região do agreste paraibano foi ocupada por unidades agrícolas voltadas fundamentalmente para a produção de alimentos; só quase em meados do século passado apareceram, em maior quantidade, unidades produtoras de cana e açúcar.

1.4. Análise das variáveis sexo e idade dos cativos.

Na tabela que segue mostramos algumas variáveis demográficas básicas em relação aos setores econômicos e aos diversos tamanhos de plantéis.

Tabela 5

Aspectos Demográficos da População Escrava em relação aos setores econômicos e aos tamanhos dos plantéis, 1830-1888.

Variáveis Demográficas!	Cana (%)			Algodão (%)			Gado/mandioca (%)		
	Peq.	Méd.	Gran.	Peq.	Méd.	Gran.	Peq.	Méd.	Gran.
Homens	45	48	58	43	54	52	45	45	56
Mulheres	55	52	42	57	46	48	55	55	44
Crianças ^a	15	25	32	18	26	32	29	41	20
Adultos ^b	60	46	41	45	37	32	35	30	31
Velhos ^c	15	13	11	20	13	8	10	10	6
Indefinidos ^d	10	16	16	17	24	28	26	19	43

Fontes: 269 inventários post-mortem de proprietários de escravos.

a - Faixa etária de 0 a 14 anos de vida.

b - Faixa etária de 15 anos a 40 anos de vida.

c - Faixa etária de 41 anos para acima.

d - Indefinidos significa aqueles que não apresentaram registros de idade nos inventários.

A apresentação destes dados torna-se importante para se pensar as possibilidades de existência de famílias escravas, suas condições de vida, de reprodução natural, etc. (20). Alguns

20. SLENES, Robert - "The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888." Stanford University, 1976, tese de doutoramento. Especialmente p. 412-483. Este autor examinando as possibilidades da instituição familiar escrava, observou: "On the large plantations, where the slave force was relatively stable, institutions such as Church-sanctioned marriage, stable family units and compadrio could function effectively as instrument of social control. By creating ties of affection and obligation among bondsmen and between master and slave, these institutions could help to insure that the plantation would not be simply a forced labor camp - a collection of disparate individuals who had nothing in common except their bondage and their resentment of slavery - but rather a community."

autores pensando sobre as relações família e escravidão argumentam que os grandes plantéis possibilitavam a existência de famílias escravas em proporção maior do que os pequenos plantéis, pois, em tais circunstâncias, os cativos possuíam maior autonomia e desenvolviam relações de compadrio que asseguravam uma certa coesão familiar e ajudas mútuas (21).

O nosso objetivo com a síntese da tabela acima foi observar os resultados sobre algumas variáveis demográficas, associando-as com as atividades econômicas e os tamanhos de plantéis. Não nos preocuparemos em discorrer sobre as questões apontadas acima, tais como a existência ou não de famílias de cativos, relações de compadrio, etc., mas tão-somente em anotar os resultados.

No que se refere à variável sexo, a partir do recorte por setor e por tamanho de plantéis, encontramos uma presença maior de homens em relação aos grandes plantéis, 58%, 52% e 56%, respectivamente aos setores, cana, algodão e gado/mandioca.

21. NERY, Tânia Maria Gomes - "Compadrio de Escravos em Três Grandes Plantéis no Norte Fluminense." Mimeo. Trabalho apresentado na Mesa Redonda de História Agrária/UFF no XVI Simpósio da ANPUH, 1991. Agradeço aqui o trabalho gentilmente cedido pela autora. Veja ainda os seguintes trabalhos que vão nesta direção: FARIA, Sheila - "Família e Produção: Mobilidade Social na Colônia Brasileira". Mimeo. Trabalho apresentado na Mesa Redonda de História Agrária/UFF no XVI Simpósio da ANPUH, 1991. Agradeço também este trabalho gentilmente cedido pela autora. Da mesma autora: "Escravidão e Relações Familiares no Rio de Janeiro". Cadernos do ICFH, UFF, n. 23, ago. 1990, p.54-103. CASTRO, Hebe Maria Mattos de - "Trabalho Familiar e Escravidão: Um Ensaio de Interpretação a partir dos Inventários post-mortem." Ibidem, p. 1-54. RÍOS, Ana Maria Lugão - "Família e Compadrio entre Escravos das Fazendas de Café: Paraíba do Sul, 1871-1888." Ibidem, p.103-128.

Prevaleceu uma tendência relativamente acentuada da presença masculina escrava no setor canavieiro. Este ponto é importante pois a historiografia sobre o Nordeste enfatiza a idéia de uma população escrava marcadamente feminina, infantil e envelhecida, consequência do tráfico inter-provincial. Se compararmos estes índices com os da população livre (Cf. tabela 6), veremos que a variável - razão de masculinidade - era muito semelhante entre estes dois segmentos populacionais. Vale lembrar que, como vimos na tabela 2 deste capítulo, quase a maioria dos cativos viveu os últimos anos da escravidão em grandes plantéis. Por outro lado, a outra metade viveu em pequenos e médios plantéis nos quais os resultados demográficos sobre a presença mais forte de mulheres pode ser confirmado. Entretanto, merece ser assinalado que, apesar destes resultados, a razão de masculinidade não pode ser considerada muito díspar, uma vez que os pontos percentuais que traçam o perfil da presença masculina em relação à presença feminina não se distanciam muito marcadamente dos índices da população livre (Cf. tabela 6).

Os plantéis de tamanho médio no setor algodoeiro apresentaram um ligeiro desvio dos padrões, dado que a participação masculina - 54% - foi maior que a feminina - 46% - se os compararmos com os outros plantéis deste mesmo tamanho dos setores ligados à cana e à mandioca.

Os pequenos e médios plantéis, de uma forma geral, apresentaram uma participação maior quanto ao sexo feminino, o

que pode significar uma propensão a existência de mulheres cativas como chefes de famílias. Tal presença confirma uma tendência da historiografia que argumenta que setores menos produtivos e mais endividados teriam sido os primeiros a liquidar seus cativos homens (mais caros). A maior presença de mão-de-obra feminina nos pequenos e médios plantéis se distancia dos padrões da presença da população feminina entre a população livre (Cf. tabela 6).

Em resumo, a análise de dados demográficos a partir do instrumento de análise - tamanho de plantéis - mostrou-se muito útil, uma vez que os pequenos e médios plantéis apresentaram características semelhantes entre si, e diferentes em relação aos grandes, do ponto de vista da variável sexo.

No que diz respeito às faixas etárias, em relação à população cativa, outro resultado surpreende: as crianças mostram uma presença significativa, se as compararmos com a população livre infantil. Nos setores de cultivo de algodão e cana-de-açúcar nos grandes plantéis, a cifra 32% aproxima-se muito da cifra da população livre, 35%, na paróquia de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras, e até ultrapassando os 30% da cifra da paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Araruna (Cf. tabela 6). Estes resultados podem se constituir em indicadores da existência de uma população mais estável, de famílias escravas, e até uma reprodução natural desta população. Vale assinalar que autores como DEAN, LUNA, CANO e LIBBY lembram que setores de

menor produtividade poderiam ter relaxado o nível de exploração física dos cativos e permitido um aumento nos índices de reprodução natural(22). O setor de criação de gado e cultivo de mandioca apresentou o resultado mais baixo do grupo dos donos de grandes plantéis, 20%. A hipótese de uma grande exploração física dos trabalhadores não seria muito útil para se entender este índice tão baixo, pois as atividades de criação e de cultivo de mandioca estão longe de serem vistas como de grandes desgastes físicos. O grau de pobreza/miséria talvez possa explicar melhor os índices mais baixos de mão-de-obra cativa infantil. Isto é: os proprietários destes plantéis talvez tenham vendido seus pequenos cativos para saldar dívidas ou adequar melhor seu fator trabalho com sua produção. Contudo, um fator muito forte, que está influenciando este resultado é o de natureza documental: 43% da população cativa dos grandes plantéis, do setor gado/mandioca, não apresentou dados sobre idades em inventários, o que torna a tarefa do historiador mais dificultada.

Portanto, em relação à presença infantil em alguns grandes plantéis e, comparativamente, à população infantil livre, os resultados são muito semelhantes, não se confirmando a assertiva da historiografia de que haveria uma população marcadamente infantil, pois os índices desta faixa etária aproximam-se muito

22. DEAN - "Comments..." (II). H.A.H.R. v. 63, n.3, aug. 1983, p.582-584. LUNA e CANO - "Economia Escravista em Minas Gerais." Cadernos IFCH UNICAMP, n.10, out. 1983, p.1-45. E LIBBY, Douglas C. - "Proto-industrialisation in a Slave Society." Journal of Latin American Studies, v.23, p.1, feb. 1991, p. 1-35.

com os da população livre. Tal idéia da historiografia fundamenta-se nas visões sobre o tráfico inter-provincial onde argumenta-se que, a venda em massa de cativos homens na faixa de idade adulta, teria desestabilizado a relação entre os sexos e as faixas etárias. Por outro lado, os índices da presença da população infantil dos pequenos e médios plantéis, também não corroboram a visão da historiografia, pois aí os índices mostram-se bem menores que os índices da população infantil livre. Uma notável exceção se deu nos plantéis de tamanho médio do setor gado/mandioca nos quais o índice da presença da população infantil chegou a 41%.

Em relação à faixa etária adulta, os maiores índices ficaram com o setor canavieiro e os pequenos plantéis. O setor canavieiro sempre foi considerado pela historiografia como o locus classicus de uma mão-de-obra cativa mais numerosa, mais adulta, que exigia "bons braços". Os donos de pequenos plantéis por sua vez necessitavam de adultos para as lides agrícolas, uma vez que sendo donos de plantéis diminutos, a carência por escravos adultos se impunha muito mais do que por mão-de-obra infantil ou idosa. As percentagens maiores da presença de cativos adultos ficou mesmo por conta do setor canavieiro, seguido do algodoeiro, e, por último, o criatório e o cultivo de mandioca. Tais índices declinantes em relação às diferentes atividades podem ser explicados a partir: primeiro, do grau de dificuldade atinente às tarefas, pois como veremos em capítulo posterior, as

tarefas ligadas à cultura do algodão eram muitas vezes desenvolvidas por crianças como observaram os contemporâneos, assim como as ligadas à pecuária e ao cultivo de mandioca; segundo, da existência de uma ampla categoria de indefinidos no setor gado/mandioca.

Em relação à faixa etária de velhos, apenas o setor algodoeiro associado aos pequenos plantéis apresentou o nível 20%, bastante próximo ao da população livre. Resta assinalar ainda que os baixos índices da população idosa podem estar associados à ausência de registros nesta faixa etária, pois os negros africanos e mesmo os brasileiros natos eram na sua grande maioria analfabetos, o que certamente dificultava a definição de idades nos momentos de recenseamento e arrolamento de inventários. Todavia, vale também ressaltar que a matrícula neste caso seria uma documentação disponível mais apropriada para a aproximação etária dos cativos, mesmo assim, os proprietários, por motivos vários, tinham interesses em falsear tal informação às autoridades. Estas atitudes dificultam sobremaneira a tarefa do historiador, o que não a torna impossível, porém esta situação configura um limite para os nossos propósitos.

Tabela 6

Aspectos Demográficos da População Livre no Município de Bananeiras^a no Censo de 1872.

Variáveis	Paróquia de Bananeiras		Paróquia de Araruna	
	N. absolutos	(%)	N. absolutos	(%)
Homens	6.353	52	5.559	57
Mulheres	5.776	48	4.271	43
Crianças ^b	4.237	35	2.990	30
Adultos ^c	5.519	45	4.784	49
Velhos ^d	2.350	20	1.973	20
Indefinidos ^e	23	-	83	-
Totais	12.129	-	9.830	-

Fontes: I Recenseamento Geral do Brasil a que se procedeu no dia 1 de setembro de 1872. p. 34-37. Trata-se da parte referente à "População considerada em relação às idades".

a - O município de Bananeiras possuía então duas paróquias.

b - Faixa etária de 0 a 14 anos de vida.

c - Faixa etária de 15 a 40 anos de vida.

d - Faixa etária de 41 anos para cima.

e - Indefinidos significa aqueles que não apresentaram registros de idade no Censo de 1872.

1.5. Considerações Gerais

A distribuição da propriedade escrava segundo os tamanhos dos plantéis mostrou que 87% dos donos de escravos eram proprietários de pequenos e médios plantéis, enquanto que apenas 13% deles eram proprietários de grandes plantéis. A evolução da distribuição desta propriedade manteve-se relativamente estável

de 1830 até 1879, notando-se uma ruptura apenas na década de 1880.

A distribuição da população escrava por tamanhos de plantéis mostrou que 57% dos escravos viviam em pequenos e médios plantéis, enquanto que 43% deles viviam em grandes plantéis. A evolução da distribuição desta população manteve-se relativamente estável de 1830 até 1879, observando-se uma grande mudança a partir da década de 1880, quando nenhum grande plantel apareceu, e 80% dos escravos passaram a viver em médios plantéis e apenas 20% deles, em pequenos plantéis.

Foi notável também que a partir da década de 1860 o número da população escrava se reduziu à metade, não significando grandes mudanças nos padrões de distribuição desta população como também de posse. Tal fenômeno pode ter sido resultado de fatores como o tráfico inter e intra provincial, falecimentos naturais, pestes e a cessão de alforrias.

O levantamento da população escrava, por setores econômicos e por tamanhos de plantéis, mostrou uma distribuição bastante homogênea nos setores da cana, algodão e gado/mandioca. Foi notável que a maior parte dos escravos, 53%, que vivia no setor canavieiro, estava nos grandes plantéis. Enquanto isto, 44% dos escravos do setor algodoeiro vivia em plantéis de tamanho médio. Por outro lado, coerentemente com o que se esperaria em relação ao setor gado/mandioca, 70% desta população vivia nos pequenos

plantéis.

Analisando o levantamento da população inventariada proprietária de escravos por setores econômicos, observou-se que 15% dela estava desenvolvendo atividades ligadas à cana; 29% estava ligada ao cultivo de algodão; e, 56% estava criando gado e cultivando mandioca. Por outro lado, o maior número médio de escravos por inventário esteve ligado ao cultivo da cana, 9,3, vindo em seguida o cultivo de algodão, 6,0 e, gado/mandioca, 3,2. Notou-se também uma tendência à concentração desta população em grandes plantéis no setor de plantação de cana, em médios plantéis no setor algodoeiro e, em pequenos plantéis no setor mandioca/gado. Pode-se concluir que a articulação da mão-de-obra escrava com lavouras de exportação e com lavouras de subsistência aproximou-se do modelo de WRIGHT e distanciou-se do modelo dos MARTINS.

O exame de aspectos demográficos e econômicos mostrou:

1. Uma presença ligeiramente superior de homens escravos em relação às mulheres escravas nos grandes plantéis. A maior diferença se deu no setor canavieiro.
2. Uma presença maior de mulheres escravas em relação aos homens nos pequenos e médios plantéis.
3. Uma presença significativa de crianças escravas nos grandes plantéis, nos setores da cana e do algodão, assemelhando-se muito aos índices da população livre infantil.

4. Uma presença significativa de escravos adultos nos pequenos plantéis como também no setor canavieiro.
5. Uma presença significativa de escravos velhos nos pequenos plantéis do setor algodoeiro, assemelhando-se com os índices da população livre velha.

Nossa abordagem realizada por tamanhos de plantéis, por setores econômicos e por variáveis demográficas básicas mostraram-se úteis, em termos de instrumentos de análise, porque possibilitou perceber distintamente padrões diversos de possibilidades da experiência escrava, apontando para novos questionamentos e problemas nas áreas da história social e das mentalidades.

2. MAIS DO QUE LAVRADORES DE CANA E SENHORES DE ENGENHO

A parte que segue compõe-se da análise dos inventários post-mortem de indivíduos que estavam ligados principalmente à atividade da cana-de-açúcar, como também do algodão, da mandioca e da criação de gado. A diversificação da atividade econômica é a característica principal deste segmento da população, tornando-se assim bastante difícil sua conceituação enquanto apenas lavradores de cana e senhores de engenho. SCHWARTZ (1), trabalhando com a Bahia colonial, constatou uma diversificação espacial das unidades produtoras de cana no Recôncavo, apresentando uma produção de mandioca com utilização da mão-de-obra escrava. CASTRO (2), trabalhando com o município de Capivary, província do Rio de Janeiro, constatou também uma expressiva produção de café e mandioca para o mercado interno em unidades que utilizavam também este tipo de mão-de-obra.

2.1. Cana-de-açúcar: o cultivo e as técnicas

O primeiro engenho fundado na Paraíba se deu em 1586 em

1. SCHWARTZ, S. B. - "Padrões..."p. 261-271.

2. CASTRO, Hebe Maria Mattos de - "Ao Sul da História." S.Paulo, Brasiliense, 1987.

terras banhadas pelo rio Tibiri. Ao longo dos anos seguintes continuou aumentando o número de estabelecimentos, chegando a 40 no final do século XVII. O açúcar constituía uma parcela significativa no comércio de exportação ainda na primeira metade do século XIX (3).

A segunda metade daquele século não foi muito positiva para os produtores de açúcar no Brasil, pois a concorrência do açúcar de beterraba da Europa atuou simultaneamente com o aperfeiçoamento dos processos que aumentaram a produção e a qualidade deste açúcar. A França e a Alemanha, com maquinismos modernos, abasteciam o mundo com açúcares de qualidade superior e preços inferiores. Restava ainda Cuba que com a modernização dos processos fabris, melhorara a qualidade e ainda reduzira os preços. Como a ilha localizava-se bem mais próxima aos centros consumidores, ainda havia o custo menor de transporte (4).

A oscilação dos preços dos açúcares foi uma constante ao longo dos últimos 50 anos do século passado, caindo bruscamente nas décadas de 80 e 90. As melhorias eram episódicas, em geral, decorrentes das depressões cambiais.

A variedade plantada era a cana crioula que apresentava

3. MARIZ, Celso - "Evolução Econômica da Paraíba." J. Pessoa, A União, 1939.

4. Idem, ibidem, passim.

qualidade inferior à variedade caiana que maturava em menos tempo, em maior quantidade, com melhor rendimento na cristalização do produto açúcar. Calculava-se um rendimento superior a 4 vezes. Ao relatar para a assembléia provincial em 1855 sobre a rotina nos processos e o atraso dos maquinismos, assim se expressava o presidente da província: "Os processos continuam os mesmos; apenas alguns aperfeiçoamentos têm recebido as rodas d'água em alguns engenhos" (5).

IRINEU JOFFILY, cronista paraibano, descrevendo a rotina dos processos agrícolas já bem no final do século passado, escrevia em 1894: "A respeito dos conhecimentos profissionais o agricultor parahybano de hoje é o mesmo de cento e cinquenta anos atrás: a rotina tem-se mantido inalterável. Os instrumentos de trabalho não augmentarão em quantidade e nem mudarão de fôrma; não passam do machado, foice, enxada e pá. O arado alguns têm visto, mas por ninguém é usado; (...) " (6).

Sobre o processo de tratamento dos solos, continuava JOFFILY: " Com o machado e a foice faz-se a broca, que é a

5. Relatório apresentado à Assembléia Provincial da Parahyba do Norte pelo Vice-Presidente Dr. Flávio Clementino da Silva Freire em 2 de outubro de 1855. p.26.

6. JOFFILY, Irineu - "Notas sobre a Parahyba". Brasília, Thesaurus, 1978, p.202. (Fac-símile da edição de 1892).

derriba do matto; deixa-se seccar durante dias, depois do que, feito o aceiro que as leis municipais impõem, é lançado fogo em diversos pontos das extremidades, afim de que o incendio se encaminhe para o centro. Se o roçado tem boa cama, isto é, abundância de folhiço ou capim secco por baixo das arvores derribadas, o fogo tudo devora, deixando a terra denegrida, apenas com os troncos mais grossos, e apta para ser cavada e plantada a semente." (7).

Este processo de tratamento já era percebido como depredador dos solos, pelo menos por alguns poucos segmentos, sem porém, existir a mobilização de um ensino amplo que possibilitasse aos milhares de agricultores, mudanças na qualidade das mudas, nas técnicas de cultivo:

" O barbaro processo das brocas e especialmente o das queimadas, que frequentemente, apesar dos aceiros, transpõem os limites dos roçados, e alastrão-se pelos terrenos circumvisinhos, vão transformando o aspecto e clima desta fertil zona; as mattas se achão muito reduzidas, havendo sitios, como já notámos, que nem capoeiras possuem, donde possam tirar a lenha do consumo ordinario. É a este facto que se deve attribuir a diminição das nascentes perennes: alguns riachos, como o Mandahú, Macahyba, Urucú e outros, já não sustentão as suas correntes (...) " (8).

7. Idem, ibidem, p.203.

8. Idem, ibidem, p. 202-204

Os maquinismos usados na Paraíba, ao que tudo indica, não foram objetos de modernização no período. Além das referências esparsas comentadas pelos presidentes de província, Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 1852, e Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, em 1855, sobre alguns melhoramentos nos maquinismos de processamento da cana com a introdução de engenhos movidos a água, nada mais inovava aquela rotina implacável, submetida a preços altamente competitivos no mercado internacional.

As tradicionais moendas eram puxadas a bois e cavalos. Eram máquinas morosas que giravam lentamente. O sistema de transmissão de força que ligava o eixo da almanjarra diretamente ao rolo central da moenda, exigia uma volta completa dos animais para cada volta dos rolos. Quando tracionadas por cavalos, as almanjarras podiam adquirir maior velocidade, mas a pouca resistência destes animais obrigava a mudança em cada 2 horas. Com as rodas d'água o problema era exatamente o oposto. Era preciso reduzir sua velocidade (9).

A importância numérica dos engenhos d'água na manufatura do açúcar no Brasil tem sido objeto de algumas discussões. Ninguém discute sua presença no país desde os primórdios da

9. GAMA, Ruy - "Engenho e Tecnologia". S. Paulo, Duas Cidades, 1983, p.133.

colonização, registrada pelos cronistas e historiadores. No "Relatório sobre as Capitanias Conquistadas no Brasil pelos Holandeses", escrito por Adrien Van Der Dussen em 1639, continha dados sobre o número de engenhos d'água: " (...) na Paraíba eram 12 os engenhos d'água, num total de 20 ". (10)

Os chamados engenhos de rapaduras e aguardente eram mais toscos. RUI GAMA em seu livro "Engenho e Tecnologia" identifica as enghocas enquanto processos bem primitivos, produtores de rapaduras (11).

Depois da invenção do motor a vapor e dos melhoramentos introduzidos por James Watt, que o colocaram na condição de motor universal, quem dispusesse de uma queda d'água não precisava deixar de usá-la. O motor a vapor não substituía a queda d'água, mas oferecia uma alternativa desvinculada da topografia e da hidrologia. O motor a vapor entrou no engenho para utilização no cozimento ou nos aparelhos à vácuo e as rodas d'água mantiveram sua utilidade. Não encontramos na documentação da região nenhum maquinismo com semelhante descrição, pois nossas fontes apresentam-nas de maneira muito sumária e em geral vêm inseridas na descrição geral da propriedade, como nos exemplos que seguem : " 1/2 légua de terras denominadas Canafístula, neste termo da

10. Idem, ibidem, p.131.

11. Idem, ibidem, p.153.

vila de Bananeiras, com casa de tijolo para vivenda, casa de engenho, engenho de ferro, taxos de cobre, tudo avaliado por 10:000.000rs " (12); "... uma parte de terras, valendo 800.000 rs e uma casa com engenho de pau, valendo 30.000rs " (13); "... uma moenda de ferro e quatro taxos de ferro, valendo 1:000.000 rs " (14); "... um engenho de ferro com utensílios, valendo 600.000 rs " (15); "... uma casa para purgar açúcar, 1:000.000 rs e uma moenda de moer canas com 4 taxos, 350.000rs " (16).

Pelas características das descrições, pode-se afirmar que os engenhos da região de Bananeiras não possuíam o nível de aperfeiçoamento quanto alguns da região mais próxima ao litoral da Mata Sul da província de Pernambuco. Inúmeros engenhos localizados nesta pesquisa soam mais parecidos com aqueles produtores de rapadura e aguardente. Havia porém, alguns poucos em quantidade que, pelo valor, pode-se deduzir que se tratavam de maquinismos mais caros e fabricavam o açúcar com melhor qualidade. Identificamos um pertencente ao

12. Inventário do tenente-coronel João de Andrade Freitas Cupaoba, 1873, m.18, A.C.S.O.

13. Inventário de Bartholomeu Bezerra da Silva e Anna Maria da Conceição, 1861, m.1, A.C.S.O.

14. Inventário de Joaquina Francelina da Cunha, 1867, m.7, A.C.S.O.

15. Inventário de Anna Joaquina do Carmo, 1868, m.14, A.C.S.O.

16. Inventário do tenente-coronel Leonardo Bezerra Cavalcante, 1859, m.4, A.C.S.O.

capitão Nicolao José de Carvalho, proprietário do Engenho Tanques, que descreve seu maquinismo com detalhes: " um engenho de ferro com casa de engenho, caldeiras e com os assentamentos, 1:600.000 réis; uma casa de purgar, 400.000 réis; uma casa com balcão de secar açúcar e um alambique de cobre, 300.000 réis." No item correspondente ao gado, declara " 32 éguas destinadas a roda de engenho". Ele próprio possuía mais dois engenhos os quais denominava "engenhocas de pau com seus cobres e assentamentos, cada uma valendo, 150.000 réis", localizadas em duas outras suas propriedades pertencentes a mesma divisão judiciária. Em nenhum inventário declarou-se explicitamente maquinismos de roda d'água ou a vapor.

Os melhoramentos eram feitos em áreas em que as condições de clima, solo, e relevo eram mais favoráveis à cultura canavieira e só muito depois atingiram as regiões periféricas, assim os engenhos a vapor só surgiram nos vales açucareiros da Paraíba nas últimas décadas do século passado (17).

Encontramos patrimônios familiares que evidenciam uma certa estagnação e outros um certo aperfeiçoamento nos maquinismos e processos fabris.

17. MARIZ, Celso - "Evolução Econômica da Paraíba", p.78

2.2. Perfil econômico e social dos lavradores de cana e senhores de engenho.

Para apreendermos a diversidade da região que trabalhamos descreveremos a documentação para que o leitor perceba aspectos singulares e seu significado.

Pretendemos neste capítulo mostrar o comportamento dos lavradores de cana e/ou senhores de engenho em relação às seguintes variáveis: o tamanho dos plantéis, o nível de riqueza patrimonial, o grau de concentração das propriedades fundiárias (valores e quantidades), o grau da diversidade da produção agrícola e o grau do estágio tecnológico. Dividimos os plantéis em três tamanhos. Os pequenos se referem àqueles proprietários que possuíam de 1 a 3 escravos; os médios, aqueles com 4 a 9 cativos; e os grandes, aqueles com 10 ou mais escravos. Esta classificação obedeceu a duas ordens de parâmetros. O primeiro, o estatístico, refere-se à média da presença quantitativa de escravos por inventário, isto é, dividimos 1331 cativos por 269 inventários (expurgamos os inventários não declarantes de cativos), resultando em 4,9 escravos por inventário. O segundo, o historiográfico, fundamenta-se no estudo de SCHWARTZ (18) para as paróquias que produziam cana-de-açúcar em pequena escala e gêneros de

18: SCHWARTZ - "Padrões..."

subsistência na Bahia colonial, observando uma média de 5 escravos por proprietário; o trabalho de LUNA (19) que investiga a zona mineradora também no período colonial, anotou uma média de 4 escravos por proprietário; CASTRO (20), pesquisando Capivary, município produtor de café e mandioca para o mercado interno, quantificou uma média de 3 escravos por proprietário até a data de 1875, tendo caído para 2 logo em seguida. Assim, a associação do parâmetro de natureza estatístico com o paradigma de natureza historiográfico, pareceu-nos consistente esta classificação.

Para pensar as classes, 1) lavrador de cana e senhor de engenho, 2) cultivador de algodão, e, por último, 3) lavrador de mandioca e criador de gado, elaboramos uma hierarquia na qual seriam considerados indivíduos ligados às tais atividades, se deixassem explícitos indícios de que plantavam tais culturas mesmo de forma não-exclusiva. Por exemplo: ao aparecer um inventário onde existe uma declaração de propriedade de um engenho de cana, mais um engenho de moer algodão, casa de farinha e algumas centenas de cabeças de gado, optamos por presumir que este inventário tratava-se de um senhor de engenho. De maneira semelhante,

19. LUNA, Francisco Vidal - "Minas Gerais: Escravos e Senhores - Uma análise da Estrutura Populacional de alguns Centros Mineratórios." Tese de doutorado, São Paulo, IPE-USP, 1981.

20. CASTRO, Hebe Maria Mattos de - "Beyond Masters and Slaves: Subsistence Agriculture as a Survival Strategy in Brazil during the Second Half of Nineteenth Century."

se nouro inventário, aparece um engenho de descaroçar algodão e uma casa de farinha, optamos por classificá-lo enquanto cultivador de algodão e desprezamos, para efeito de classificação, a atividade de cultivo de mandioca. Classificamos enquanto criadores e lavradores de mandioca, exclusivamente, aqueles que desenvolviam atividades ligadas à criação de rebanhos e ao cultivo de mandioca (21).

H.A.H.R, v. 68, n. 3, p. 461-485, 1988.

21. Este critério baseado na historiografia tradicional pode apresentar algumas discrepâncias, por exemplo, um senhor de engenho pode ter se tornado inativo em relação ao cultivo e ao fabrico de açúcar. Entretanto, tentamos amenizar este problema metodológico e conceitual, quantificando a presença de outros maquinismos, tais como de algodão, de fazer farinha e os tamanhos de rebanhos nas tabelas de modelos 11, 12 e 13. Desta maneira, tem-se um perfil da diversidade de atividades. Este procedimento foi o mesmo para as classes de cultivadores de algodão e de lavradores de mandioca e criadores. A escassez de fontes para a história do século XIX em relação à província da Paraíba é muito grande. Não existem almanaques, censos, listas de habitantes, etc, e não foram ainda localizados registros de terras, atas de câmaras, ofícios, etc.

Tabela 1

Frequência da distribuição da propriedade e não-propriedade escrava entre as diversas classes de produtores: 1830-1888. (Em percentagem).

Lavradores de cana e senhores de engenho	10,0 %
Não-proprietários de escravos.....	1,2 %
Donos de pequenos plantéis.....	1,8 %
Donos de médios plantéis.....	3,0 %
Donos de grandes plantéis.....	4,0 %
Outras classes de produtores.....	90,0 %
Lavradores de algodão	26,0 %
Lavradores de mandioca e criadores.....	64,0 %
Todas as classes de produtores.....	100,0 %

Fontes: 447 inventários post-mortem. As percentagens 1,2 + 1,8 + 3,0 + 4,0 = 10 representam toda a população que apresenta características da classe dos lavradores de cana e senhores de engenho proprietários e não-proprietários de escravos, totalizando 46 patrimônios.

Vamos nos deter a seguir na análise da classe dos lavradores de cana e senhores de engenho, e para tanto, queremos chamar a atenção para três aspectos da tabela 1:

O primeiro aspecto refere-se à percentagem global da população que se dedicava ao cultivo e/ou processamento da cana. Na região de Bananeiras, em torno de 10% (1,2 + 1,8 + 3,0 + 4,0 = 10%) dos inventariados exerciam alguma função ligada à cana. Em números absolutos achamos 46 patrimônios ligados à cana dos quais 6 não possuíam escravos (1,2% do

total); 8 eram donos de pequenos plantéis (1,8%); 13 eram donos de plantéis de tamanho médio (3,0%); e 19 de grandes plantéis (4,0%). É possível que mesmo em outros patrimônios tivessem havido tal cultivo. Entretanto, devido as características específicas da região - essencialmente policultora e de tardia montagem de engenhos -, duvidamos que tivesse havido muitos outros senhores de engenho. EISENBERG (22), trabalhando com um espécie documental muito mais precisa do ponto de vista da análise ora empreendida, as Listas de População que é um tipo de recenseamento da capitania de São Paulo, afirmou: " Em 1809, quase vinte anos depois do início da explosão de açúcar, 3/4 dos chefes de fogos ainda trabalhavam em lavouras de alimentos. Os donos de engenho e os plantadores de cana representavam apenas 12% das unidades domésticas ". SCHWARTZ (23) encontrou um índice de 29,9% no Recôncavo entre senhores de engenho e lavradores de cana. Vale assinalar estes fatos de maneira análoga. É possível que em momentos de bons preços esta cifra tenha se elevado para 15% ou 20%, em relação aos lavradores despossuídos de engenho para fabricação do açúcar, na região focalizada. Estes patamares, contudo, parecem pouco prováveis, já que, pelo fato destas plantações

22. EISENBERG, Peter L. - "Açúcar e Mudança Social no Brasil: Campinas, São Paulo 1767-1830." In: Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores Livres no Brasil dos séculos XVIII e XIX. Campinas, Ed. Unicamp, 1989, pt. 4, p.343-367.

23. SCHWARTZ - "Padrões..." p. 269.

distarem muito mais daquelas que ganhavam no custo diferencial -localizadas na Zona da Mata -perto dos portos de embarque, tenderiam a longo prazo, no decorrer do período 1830-88, tornarem-se, comparativamente, desvantajosas do ponto de vista estritamente econômico. Vale ainda lembrar que nesta classe de produtores de cana, mais particularmente os senhores de engenho, a possibilidade de ter havido um sub-registro de inventários post-mortem é muito remota, pois trata-se de um segmento dos mais ricos da região e, portanto, o falecimento de seus membros seria fato notório, do ponto de vista do controle dos agentes fiscais. Há ainda um segundo argumento em direção da inexistência de sub-registro: sendo estes os maiores patrimônios da região, seus membros tenderiam a se preservar de possíveis alienações e perdas, tendo o maior interesse em integrar as colações e todos os outros bens no momento de arrolamento e realização da partilha. O sub-registro que pode existir se refere àqueles classificados como lavradores de cana, uma vez que, não sendo possuidores de maquinismos, eles entram nesta classificação apenas quando aparecem explicitamente as lavouras de cana. Avaliar o grau de significância e de sub-registro nesta camada fica muito difícil, uma vez que Listas de População e outras fontes censitárias inexistem para o caso da província da Paraíba.

O segundo aspecto refere-se à associação de duas

variáveis: a propriedade e não-propriedade do trabalho servil visto também a partir do tamanho dos plantéis, relacionando-os com o cultivo da cana. Pode-se observar uma tendência ascendente na associação da utilização do trabalho escravo com a frequência das unidades produtivas ligadas à cana. Ou seja, a medida em que o tamanho dos plantéis vai aumentando, a frequência de plantadores de cana vai crescendo: a relação entre estas duas variáveis é crescente. Qual o significado desta evidência? Como mostraremos mais adiante nos textos referentes ao cultivo do algodão e da mandioca, a associação entre estas duas variáveis, ou seja, trabalho escravo/algodão e trabalho escravo/mandioca e gado será descendente no que diz respeito à associação com os tamanhos dos plantéis. Este resultado em si não parece inovador. Soa como algo da tradição da historiografia sobre o assunto. O que pode ser considerado uma contribuição é muito mais a demonstração da presença do trabalho servil nas culturas de algodão e mandioca; e, para além de tal demonstração do grau de difusão da mão-de-obra escrava nestas lavouras, mostraremos em que medida esta relação está presente, isto é, quantificaremos o grau associativo destas variáveis.

O terceiro aspecto ao qual queremos chamar a atenção são as magnitudes (cifras) encontradas. Pensa-se geralmente em grandes plantéis de escravos trabalharem nas lavouras da cana quando associa-se estas idéias ao Nordeste colonial e

até imperial. Para os cronistas, viajantes e historiadores, Nordeste é quase sempre pensado a partir do Recôncavo Baiano e da zona da Mata sul de Pernambuco. Mesmo os estudos de autores mais atuais concentram-se naquelas regiões e no máximo mudam o período abordando o século dezenove. O que encontramos é uma situação bastante diversa do que habitualmente estamos acostumados a ver, ou seja, uma percentagem relevante de senhores operando seus engenhos com reduzidíssimos plantéis, e alguns não possuíam um escravo sequer. FERLINI trabalhando com a Bahia colonial, particularmente com o engenho Sergipe do Conde, estipula uma média de 80 escravos para os plantéis em relação aos senhores de engenhos, e 20 para os lavradores de cana (24).

2.2.1. Os lavradores de cana e senhores de engenho sem escravos.

Passaremos a descrever o nível de vida dos senhores de engenho despossuídos de escravos. O primeiro patrimônio que localizamos foi o da viúva Marianna Thereza de Jesus (25) que ao falecer em 1837 deixou 15 herdeiros. No arrolamento

24. FERLINI, Vera Lúcia Amaral - "Terra, Trabalho e Poder." São Paulo, Brasiliense, 1988, p.102-236.

25. Inventário de Marianna Thereza de Jesus, 1837, m.6, A.C.S.O. Não houve colações no momento de arrolamento dos bens, portanto, não houve transferências de escravos por meio de dotes ou doações ainda em vida do casal.

de seus bens constavam duas partes de terras com medições, o que era raro, uma denominada Canabraba, com uma légua e meia por uma légua de fundo, valendo 1:200.000 réis. Outra, com uma légua por duas de fundo, na ribeira do rio Curimataú, valendo 300.000 réis, de criar. No item benfeitorias aparecem uma caldeira, 3 taxos, um engenho de bronze, tudo avaliado em 131.800 réis.

Em 1859 João Baptista Ribeiro (26) procedeu ao inventário dos bens do casal após o falecimento de sua esposa Ignácia Maria da Conceição. Eram cinco partes de terras em lugares diferentes, uma das quais para criação, todas valendo 800.000 réis. Um aviamento de fazer farinha e um alambique de cobre (velho), valendo 28.000 réis. Dois cavalos, 100.000 réis. Mais objetos em ouro, prata e mobília, avaliados em 123.000 réis. E finalmente, uma casa de telha e taipa, 80.000 réis.

Ao falecer o marido de Rozalina Rangel de Jesus (27) no ano de 1863, arrolou-se 3 partes de terras, valendo 1:095.000 réis. Doze cabeças de gado, sendo 9 vacum e 4 cavalos, valendo 298.000 réis. Um partido de canas, 400.000 réis. Uma roda de engenho para descarregar algodão, 5.000

26. Inventário de João Baptista Ribeiro, 1859, m.4, A.C.S.O. Neste também não houve colações de antigos dotes.

27. Inventário de Rozalina Rangel de Jesus, 1863, m. 21, A.C.S.O. Também não houve colações de antigos dotes de escravos.

réis. Ouro e mobília, 88.700 réis. Uma casa, 120.000 réis. Duas dívidas passivas, 103.000 réis.

Luis Geminiano de Freitas (28) ao falecer sua esposa deixando 12 herdeiros em 1869, arrola " uma propriedade de terras agrícolas valendo 6:134.290 réis, em Serraria, com um engenho de ferro de fabricar açúcar, uma casa de vivenda e uma casa com aviamentos de fazer farinha". Dois cavalos, 90.000 réis. Ouro, prata, cobre e mobília, 37.800 réis. Oito dívidas passivas, 950.040 réis.

Por último, Manuel Fernandes de Souza (29), em 1872 declara com a morte de sua mulher, uma parte de terras com 175 braças de testada com 300 braças de fundo no lugar Pau d'Arco, valendo 1:750.000 réis. Uma engenhoca de pau com 5 taxos e casa de caldeira, 91.000 réis. Uma caixa com material de sapateiro, 2.000 réis. Cem pés de café, 20.000 réis. Dois partidos de cana, 200.000 réis. Cinco mil covas de mandioca, 50.000 réis. Seis cabeças de gado: um da espécie vacum e outros cinco, cavalar. Em dinheiro, cobre, ouro e mobília, 116.480 réis. Nove dívidas ativas, 150.200 réis e 6 passivas, 191.240 réis.

28. Inventário de Luis Geminiano de Freitas, 1869, m.14, A.C.S.O. Também não houve colações de antigos dotes de escravos.

29. Inventário de Manuel Fernandes de Souza, 1872, m. 8, A.C.S.O. Não houve colações de antigos dotes de escravos.

As tabelas seguintes mostram a natureza da composição dos bens e a participação em números percentuais da riqueza destes proprietários a partir de seis variáveis, a saber:

1. terra refere-se ao conjunto de todas as propriedades fundiárias declaradas nos inventários;

2. benfeitorias significa maquinismos, currais, açudes declarados;

3. escravos o conjunto total de cativos que formavam um plantel;

4. produto diz respeito às plantações declaradas, colhidas ou não, ou na forma de um bem final, por exemplo, açúcar, ou ainda gado;

5. dívidas ativas todas as quantias das quais o inventariante era credor;

6. dívidas passivas todas as quantias das quais o inventariante era devedor.

Tabela 2

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de cana e senhores de engenho sem escravos. (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
1-	92	8	-	-	-
2-	71	2	9	-	-
3-	54	(i)	20	-	5
4-	98	*	1	-	15
5-	64	3	19	5	7
	76	3	12	5	9

Fontes: 5 inventários post-mortem. Onde há o asterisco (*), o valor deste item encontra-se embutido na descrição geral da propriedade. Onde há hífen (-), não foram apresentados valores nos documentos, portanto, inexistindo tal item. Onde há um (i), significa que o valor é insignificante, muito baixo, aquém de 1%.

(a) Riqueza é igual ao patrimônio bruto que é medido em réis.

(b) Benfeitorias significa maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) O produto declarado refere-se às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

A última linha horizontal inferior corresponde às médias aritméticas dos valores das colunas.

As somas das colunas não correspondem a 100 % na horizontal porque não entraram nesta tabela itens como casas, mobília, jóias, etc.

Estes senhores acima descritos faziam parte da camada mais empobrecida dentro da classe de lavradores de cana e senhores de engenho. Apenas um, Luis Geminiano de Freitas, apresentou maquinário mais aperfeiçoado. Os outros três

apresentaram engenhocas; um, não apresentou maquinismo algum para o processamento da cana e, outro, um alambique velho. Estes podem ter participado da camada dos lavradores de cana que moíam suas plantações em engenhos mais aperfeiçoados de outras propriedades.

TOLLENARE (30), viajante europeu, registrou de passagem pela província de Pernambuco, durante o século dezenove, que cada engenho possuía de 3 a 2 fornecedores, e que se tratavam de homens brancos possuidores de 6 a 7 escravos. EISENBERG (31), analisando os lavradores de cana, também conhecidos por rendeiros e parceiros, tratando do mesmo período em Pernambuco, descobriu que em 1842, esta categoria possuía 30% dos escravos dentre 383 engenhos. Em 1852, produziam 42% do açúcar de Jaboatão e em 1878, a metade do açúcar exportado pela província. Eram indivíduos que recebiam lotes de terras dos latifundiários e, às vezes, mudas para a primeira safra, além do que, recebiam permissão para cultivar produtos alimentícios para suas famílias e escravos. O lavrador tinha de plantar, cultivar e transportar a cana para o engenho em época determinada pelo

30. TOLLENARE, L. F. - "Notas Dominicais, tomadas durante uma residência em Portugal e Brazil nos annos de 1816, 1817 e 1818." Trad. Alfredo de Carvalho, Salvador, Progresso, 1956. Originalmente publicado em português em 1904, p. 93.

31. EISENBERG, Peter L. - "Modernização sem Mudança." Trad. João Maia. Rio de Janeiro, Paz e Terra/Unicamp, 1977, p. 201-221; e sua pesquisa mais recente: "Senhores de Engenho e Plantadores de Cana em Campinas, 1798-1829." (Relatório de Pesquisa). In: Homens Esquecidos... Campinas, Unicamp, 1989, p. 369-391.

proprietário. Pagava com a metade da safra de cana^f ou do açúcar a terra usada, e também, a metade de todos os outros produtos residuais, aguardente, melação, etc. Este mesmo autor, trabalhando com dados das Listas de População para Campinas, constatou que entre 3.500 chefes de domicílios, 236 se declararam senhores de engenho e 80 apenas, lavradores de cana, entre os anos de 1767 e 1829, e assevera: " Se esses fornecedores de cana para os engenhos foram importantes na Bahia colonial do século XVII e se viriam a constituir um grupo muito considerável em Pernambuco na metade do século XIX, é claramente visível que, em São Paulo, não desempenharam nenhum papel comparável"(32).

PETRONE, analisando Bens Rústicos de Jundiaí e Piracicaba, afirma que não houve nenhum caso de lavradores sem engenhos, e declara: " Havia ainda os que plantavam canas de partido em terra própria, mas que para moê-la tinham que recorrer a engenhos vizinhos. Ambos os casos, ao que parece, eram bastante raros em São Paulo. Nos Bens Rústicos de Itu, levantados em 1818, são arrolados ao todo 135 fazendas de cana, das quais somente onze não possuíam engenho, plantando portanto, cana de partido" (33).

32. EISENBERG, Peter L. "Açúcar e Mudança Social ..."p. 350.

33. PETRONE, Maria Thereza Schorer - "A Lavoura Canavieira em São Paulo." São Paulo, Difel, 1968, p. 55-56.

LISANTI FILHO observou que " muitos conseguiram acumular o suficiente para se tornarem donos de engenho, mas depois, com maior rapidez, seu número diminui devido à queda do açúcar após 1810 " (34).

QUEIROZ levantou a hipótese de que os plantadores de cana tinham maior importância nas áreas mais novas, mas que a tendência em São Paulo, ao longo do tempo, era de que os fornecedores independentes de matérias-primas desaparecessem (35).

DEAN, pesquisando um município de grande lavoura, observou: "Em Rio Claro, nunca surgiu a classe de fornecedores de cana para usineiros. Ao contrário do que ocorria no Nordeste, onde havia numerosos rendeiros e cultivadores sem engenhos, em São Paulo, quase toda a cana era cultivada pelo proprietário do engenho, em suas terras e com seus escravos." E conclui: "Sem dúvida, esta exclusividade se devia à pequena capacidade dos engenhos de Rio Claro - apenas três dentre eles, em 1835, produziam mais de mil arrobas" (36). Entretanto, EISENBERG questiona esta

34. LISANTI FILHO, Luis - "Comércio e Capitalismo. O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX: o exemplo de três vilas paulistas, Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828." Tese de doutorado, USP, 1962.

35. QUEIROZ, Sueli Robles Reis de "Algumas Notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial." Anais do Museu Paulista. São Paulo, 1967, p. 109-277.

36. DEAN, Warren - "Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de

conclusão, pois: "...em Campinas, onde as dimensões médias dos engenhos em 1809 eram menores do que em 1829, o número de plantadores de cana era, no primeiro ano, maior do que no segundo" (37).

Esta classe existia desde o século dezesseis no Nordeste e, por volta do dezenove autores contemporâneos comentavam ... " ser uma camada pequena porém crescente da classe média rural". EISENBERG duvida sobre tal informação pois, a divisão de trabalho entre lavradores de cana e senhores de engenho, segundo ele, tendia cada vez mais a aprofundar o fosso entre os dois setores no final do século com a criação dos engenhos centrais. Esta divisão favorecia os donos de engenhos pois com os preços declinantes dos açúcares, a delegação do cultivo aos lavradores minimizava os custos e riscos dos donos de engenho(38).

Na região que focalizamos encontramos apenas dois lavradores de cana que eram donos de plantéis de tamanho médio (4 escravos cada): um pertencia ao casal Josefa Maria de Jesus e José Ferreira Rocha, em 1834, e outro a João Soares de Albuquerque e Manoela Ignácia de Jesus, em 1883;

Grande Lavoura, 1820-1920." Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 40-41.

37. EISENBERG, Peter L. - "Açúcar e Mudança Social..." p.351.

38. EISENBERG, Peter L. - "Modernização sem Mudança", passim.

dois outros patrimônios com traços que caracterizavam lavradores eram possuidores de apenas 1 escravo, em 1837. Todos porém, diferentemente daqueles descritos por TOLLENARE, eram donos de terras, exceto um deles, possuidor de um plantel de tamanho médio. Se faz importante agora uma observação de natureza metodológica: apesar de termos levantado toda a documentação relativa a inventários post-mortem da comarca, a característica básica desta fonte é de se constituir em uma amostragem, pois não se trata do retrato de todos os patrimônios rurais da comarca em questão; trata-se de uma amostra no sentido de que, o corpo documental serial define um perfil ou perfis. O que queremos enfatizar com esta digressão de método é que não podemos fazer uma projeção da quantidade em números absolutos deste grupo como o fez EISENBERG. Este autor trabalhou com o Ensaio sôbre a Estatística de Figueira de Mello, com as atas dos Trabalhos do Congresso Agrícola para Pernambuco e com as Listas de População para Campinas. Contudo, podemos afirmar que os quatro lavradores de cana localizados, não possuidores de engenhos, perfaziam uma cifra em torno de 1% do total de todos os indivíduos inventariados na comarca. Ou seja, o que esta cifra quer dizer é que 1% de toda a população inventariada apenas declarou plantações de cana sem a apresentação de engenhos. Por outro lado, é possível que outros proprietários de terras e de escravos não-declarantes de engenhos tenham cultivado cana em algum momento e tenham escapado à coleta do nosso material, uma

vez que o registro do partido de cana plantado só apareceria se estivesse na terra no momento do arrolamento dos bens. Portanto, não podemos afirmar conclusivamente a importância quantitativa da parcela da população em relação àqueles indivíduos ligados à atividade do cultivo da cana-de-açúcar. Trata-se antes de tudo de mostrar alguns indícios.

2.2.2. Os lavradores de cana e senhores de engenho donos de pequenos plantéis.

Neste segmento onde se incluem lavradores de cana e senhores de engenho, ambos proprietários de pequenos plantéis, encontram-se 8 inventários, correspondentes a 1,8% de todos os indivíduos que deixaram arrolamentos de bens no período. Dentre estes, apenas um patrimônio mostrou explicitamente constituir-se de lavrador de cana (39). Este inventário declarava apenas um escravo de 40 anos do sexo masculino, dois engenhos de moer algodão, um de prensar a lã e um aviamento de fazer farinha. Aparecem também: um partido de cana, 3 arrobas de fumo, 80 arrobas e 1/2 de lã ensacadas, e catorze cortiços de abelha, tudo somando 596.500 réis. Duas partes de terras, valendo

39. Inventário de (ilegível), 1837, m.13, A.C.S.O.

1:400.000 réis. O casal ainda tinha em crédito doze dívidas ativas no valor de 162.220 rs. O monte-mor atingia a cifra de 3:168.191 réis que decrescido das nove dívidas passivas, 2:155.190 rs. fazia o monte-menor chegar a 1:013.001 rs. Este patrimônio entrou neste grupo por declarar um partido de cana. Poderia também estar incluído na categoria cultivador de algodão que utilizava mão-de-obra escrava. Porém, devido a criação critérios formulados, já explicitados anteriormente, optamos em deixá-lo nesta categoria.

Tabela 3

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de cana e senhores de engenho donos de pequenos plantéis. (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
1- 44	2	13	19	5	68	
2- 9	4	45	14	1	7	
3- 41	3	26	6	2	21	
4- 26	12	20	30	2	11	
5- 12	39	17	16	14	40	
6- 30	6	43	8	-	60	
7- 21	21	40	8	4	-	
8- 29	15	30	21	-	-	
	26	16	29	15	5	35

Fontes: 8 inventários post-mortem.

(a) Riqueza é igual ao patrimônio bruto que é medida em réis.

(b) Benfeitorias significa investimentos em maquinismos, açudes, currais.

(c) Produto declarado refere-se às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

A última linha horizontal inferior corresponde às médias aritméticas dos valores das colunas.

As somas das colunas não correspondem a 100 % na horizontal porque não entraram nesta tabela itens como casas, mobília, jóias, etc.

Francisco Rodrigues Vianna (40) declarou, em 1844, duas partes de terras de plantar e uma de criar, todas somando 230.000 réis. Três cativos a 1:100.000 rs., 70 cabeças de

40. Inventário de Izabel Maria da Conceição, 1844, m. 14, A.C.S.O. Corresponde ao inventário de número 2 da tabela 3.

gado bovino, equino, caprino e ovino a 539.520 rs. Um partido de canas, 2 arrobas de fumo, 66.000 rs. Um engenho de moer cana, um carro, e uma casa com aviamentos de fazer farinha, 100.000 rs.

Chrispiniano Antonio de Miranda Henriques e Maria do Rozário Venceslau Fernandes (41) apresentaram o maior patrimônio do grupo, chegando a 13:097.918 rs; 26% deste valor se constituía em terras, 12% em benfeitorias e 20% em cativos. O produto (plantações + gado) declarado atingiu a cifra de 30% do total do valor do patrimônio bruto, uma cifra um tanto alta se confrontamos com outros de seu grupo (42), e mesmo se fizermos este procedimento com outros grupos que desenvolviam a mesma atividade e possuíam plantéis maiores.

Este grupo como um todo apresentou uma média de 26% em relação ao valor das terras sobre o patrimônio total, 16% em benfeitorias e 30% em escravos. A média do produto agregado sobre o valor patrimonial agregado foi de 15%.

41. Inventário de Chrispiniano Antonio de Miranda Henriques e Maria do Rozário Venceslau Fernandes, 1857, m.3, A.C.S.O. Corresponde ao inventário de número 3 da tabela 3.

42. Veja a relação dos inventários deste grupo, discriminados por ordem cronológica, na seção de fontes.

2.2.3. Os lavradores de cana e senhores de engenho donos de plantéis de tamanho médio.

Na tabela que segue trataremos dos indivíduos possuidores de plantéis de tamanho médio (43). O que chamou mais a atenção foi a forma como os inventariantes declararam os valores das propriedades agrícolas. A metade incluiu o valor das benfeitorias (utensílios e maquinismos) nos valores das terras. Por isto encontraremos índices tão altos na primeira coluna da esquerda (Cf. Tabela 4). A média da participação da riqueza em terras e benfeitorias chegou a 44%. A participação em escravos a 27%. A percentagem da participação média do produto chegou a 14%. A participação média das dívidas passivas atingiu 17% enquanto os senhores donos de pequenos plantéis (referimo-nos ao grupo analisado anteriormente) demonstraram-se mais endividados com a participação média de 35%. Tal situação de maior endividamento (do grupo anterior) talvez possa ser explicada pela incapacidade de responder às dívidas com as vendas de cativos ou mesmo de terras. Tais dívidas podem significar um endividamento dos pequenos em relação aos plantadores mais ricos. Enquanto isto, aqueles senhores detentores de maiores plantéis poderiam abdicar de um ou dois cativos e equacionar

43. Veja também a relação dos inventários deste grupo, discriminados por ordem cronológica, na seção de fontes.

parte ou o total de suas dívidas passivas.

Tabela 4

Participação dos bens na composição da riqueza^a da classe dos lavradores de cana e senhores de engenho donos de plantéis de tamanho médio (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
1- 1	-		53	1	3	24
2- -	-		41	17	40	13
3- 30	*		24	14	(i)	-
4- 26	16		34	17	-	34
5- 57	*		43	-	-	19
6- 74	*		10	2	10	17
7- 44	12		36	5	-	3
8- 48	(i)		31	13	1	39
9- 63	*		13	16	(i)	10
10-68	*		10	18	2	11
11-73	*		13	13	1	13
12- 5	6		20	37	7	9
	44	11	27	14	7	17

Fontes: 12 inventários post-mortem. Onde há o sinal de asterisco (*), leiam-se os valores das benfeitorias inclusos nos valores das terras. Onde há hífen (-), não houve valores apresentados. Onde há um (i), significa valores insignificantes, muito baixos, aquém de 1%. Na última linha horizontal estão as médias aritméticas das colunas.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.

(b) Benfeitorias são os maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) Produto declarado refere-se às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas das colunas não correspondem a 100% na horizontal porque não entraram nesta tabela itens como casas, mobília, jóias, etc.

Passaremos agora a descrever alguns patrimônios deste grupo para que o leitor possa fazer uma idéia de quem

estamos falando.

O patrimônio de Josefina Emília Carneiro da Cunha por ocasião da morte de seu marido, em 1881, o senhor Francisco Xavier de Mello, possui traços de unidades produtivas de dimensões modestas, se comparadas com algumas unidades do Recôncavo Baiano, do litoral sul de Pernambuco e mesmo com outras desta região. O patrimônio de D. Josefina e de mais seis herdeiros foi estimado no valor de 6:155.034 réis. Uma parte de terras descritas como agrícolas, valendo 200.000 réis, outra parte com indícios de que seria usada para o gado, valendo 95.000 réis. O gado, 7 da espécie bovina e 9 da equina, somavam 1:016.000 réis. O que chama mais a atenção pela particularidade é o cultivo de diversas culturas associadas com a cana. Vejamos. A inventariante declara:

1 partido de cana.....	100.000 rs.
15.000 covas de mandioca.....	150.000 rs.
6 rolos de fumo.....	25.000 rs.
2.000 pés de café.....	1:000.000 rs.
	<hr/>
	1:275.000 rs.
9 cabeças de gado equino.....	450.000 rs.
7 cabeças de gado bovino.....	560.000 rs.
	<hr/>
	1:016.000 rs.

No item destinado às benfeitorias assim descreve a viúva:

1 casa de farinha	50.000 rs.
1 casa com caldeira.....	100.000 rs.
1 moenda de ferro e 3 taxos.....	800.000 rs.
1 jogo para rapadura.....	6.500 rs.
	<hr/>
	956.000 rs.

Ainda arrolou alguns bens em prata, cobre, ferro, mobília e 229.000 rs. em dinheiro. Quatro escravos, três do sexo masculino e um do sexo femenino, todos valendo 1:200.000 rs. Este patrimônio possui características curiosas. Primeira, trata-se de um dos inventários mais modestos do grupo; segundo, a participação do valor em terras é muito pequena, 5%.; terceira, é um dos poucos inventários que apresentou a lista de maquinismos e utensílios de forma muito discriminada; quarta, apresenta de forma detalhada as lavouras; neste aspecto, em particular, a participação do valor do produto (lavouras + gado) torna-se bastante alta, 37%, apesar da relativa modesta acumulação. A participação da riqueza cativa assumiu um patamar - 20% - mais ou menos em torno da média do grupo (27%). Vale notar que o cultivo de café na década de 80 assumia proporções muito atraentes para os agricultores da região.

Agora nos deteremos em dois outros inventários. Primeiro começaremos com o patrimônio do capitão da guarda nacional Nicolao Jozé de Carvalho Britto cujos inventários abertos em 1851 e 1882, ocasião da morte de sua esposa e sua própria, respectivamente, delineiam traços que apontam para serem entendidos como os mais ricos do grupo. Aqui cabe uma ressalva de ordem metodológica: quando falamos de senhores de engenho, cultivadores de algodão ou lavradores de mandioca e criadores, nos referimos aos indivíduos

inventariados e suas propriedades; não estamos tratando das unidades produtivas per si, pois se por um lado, alguns possuíam mais de um engenho e propriedade de terras (de cana ou algodão, por exemplo), outros passavam a mesma propriedade sucessivamente às mãos das viúvas, dos herdeiros ou dos compradores. Portanto, cada um destes inventariados aparece como um novo senhor de engenho, ou um novo cultivador de algodão, etc.

Trinta anos passados entre um ponto e outro, percebe-se aspectos curiosos nas declarações de bens do capitão Nicolao. No primeiro momento, ele arrolou 32 escravos, constituindo-se num senhor de engenho dono do segundo maior plantel da região (o primeiro, pertenceu a João Nunes da Crus, cujo falecimento se deu em 1834, era cultivador de algodão e possuía um plantel de 33 escravos). Porém, este dado não lhe dava o status de ser proprietário de terras mais valorizadas da região. Muitos outros senhores com uma quantidade menor de escravos eram detentores de um conjunto de propriedades mais valorizadas. Passadas três décadas, no inventário da morte do capitão, contou-se apenas 9 escravos. Fizemos um rastreamento das compras e vendas deste senhor de engenho e observamos o seguinte: das cinco vezes que ele apareceu na amostra dos compradores e vendedores, três ele aparece vendendo e 2 vezes comprando. Todas as três vezes nas quais vendeu escravos, ele se desfez de peças caras e comprou outras mais baratas porque eram bem mais jovens. É

possível que este padrão tenha se realizado na região; ou seja, senhores detentores de grandes plantéis tenham vendido parte de suas peças mais caras e comprado outras mais baratas. Neste contexto observa-se uma exploração mais intensiva da mão-de-obra infanto-juvenil. A participação da riqueza em cativos no grupo dos donos de plantéis de tamanho médio, é uma das mais baixas, 13%, e a média do produto de seu grupo, 16%. A participação das terras mais benfeitorias chega a 63%.

Analisando um outro seu colega do mesmo grupo, que deixou também dois inventários, o major Antonio Candido Thaumaturgo de Farias, um em 1876 e outro em 1882, se nos coloca um paradoxo. Em 76 ele possuía um patrimônio dos mais ricos da região, 47:144.520 réis, e um grande plantel de 13 cativos. Em 1882, ele ainda possuía uma boa fortuna para a região, 27:356.520 réis e apenas 6 escravos. Rastreamos sua participação no comércio de escravos na região e encontramos a presença do major dezoito vezes, das quais, catorze na compra e quatro na venda. Analisando a atividade da compra observa-se que metade dos cativos podiam ser considerados "boas peças", pois se tratavam em geral de escravos adultos, caros para a localidade. A outra metade, de jovens púberes. Na atividade de venda, observa-se um perfil de peças caras também. Assim, se compararmos as atitudes do capitão Nicolao com as do major Antonio, pode-se inferir que além das trocas locais se darem entre uma força de trabalho mais

cara por uma mais barata, porque mais jovem, havia também uma outra atitude que adquiria braços caros. Provavelmente estes, que adquiriam mão-de-obra mais cara, eram os plantadores ligados aos cultivos voltados para exportação, em momentos de pico de preços e produção. Enquanto aqueles mais modestos, voltados para os cultivos de algodão e mandioca, se dirigiam para a aquisição de cativos mais baratos. Tal idéia é coerente com o trabalho de SLENES (44) no qual mostrou que a queda de preços dos escravos no Nordeste estava associada ao declínio de preços de produtos tais como algodão e açúcar. Finalizando a análise do inventário do major, este possuía uma participação em terras e em benfeitorias de 68%, 10% em negros e 18% em produto, esta última cifra mostrou-se ligeiramente superior a média de seu grupo.

2.2.4. Os lavradores de cana e senhores de engenho donos de grandes plantéis.

Neste grupo encontramos 17 inventários, na sua maior parte, grandes fortunas para os padrões da localidade (45).

44. SLENES, Robert A. W. - "The Demography and Economics of Brazilian Slaves." Stanford University, tese de doutoramento, 1976, p. 179-233.

45. Veja a relação dos inventários deste grupo,

A maior delas pertencia ao casal Josefa Emília da Costa e Antonio Jozé da Cruz Marques, moradores na propriedade denominada Alagoa D'Antas, medindo 2 léguas em quadro, valendo 35:000.000 réis. Declarou-se também uma propriedade situada no município denominado Mamanguape com engenho de fabricar açúcar, valendo 8:000.000 réis. Foi o único patrimônio que apresentou terras na área tradicional de plantação de açúcar e no Agreste, simultaneamente, apesar da historiografia, enfatizar que a presença de propriedades agrícolas do agreste pertenciam aos senhores de engenho das várzeas açucareiras. Continuando. O casal listou 16 cativos os quais participavam na riqueza total em apenas 10%; o valor conjunto das terras e benfeitorias atingiu o patamar de 66% e o produto apresentado atingiu uma cifra muito baixa, 4,1%.

Por outro lado, também encontramos patrimônios que representavam uma riqueza modesta para o grupo, mas que apresentaram produtos substantivos. É o caso do terceiro inventário (pela ordem da tabela 5) cujo valor em terras e benfeitorias chegava ao nível de 20%, a percentagem da escravatura a 41%, e o produto declarado atingiu o patamar de 31%, alto para a região e mesmo para todos os grupos.

Tabela 5

discriminados por ordem cronológica, na seção de fontes.

Participação dos bens na composição da riqueza^a da classe dos lavradores de cana e senhores de engenho donos de grandes plantéis. (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
1- 13		6	56	15	-	-
2- 6		*	23	1	61	-
3- 20		*	41	31	3	-
4- 24		14	42	17	-	11
5- 13		3	53	3	24	16
6- 28		6	56	2	-	22
7- 20		11	40	17	3	5
8- 20		2	76	-	-	22
9- 41		3	41	13	-	-
10- 10		*	57	9	(i)	-
11- 46		6	37	7	1	-
12- 32		4	40	5	(i)	3
13- 50		*	47	-	-	-
14- 36		7	25	19	7	2
15- 70		6	13	9	(i)	8
16- 66		*	10	4	17	-
17- 38		4	33	15	-	-
	31	6	40	11	12	11

Fontes: 17 inventários post-mortem. Onde há asterisco (*) leiam-se os valores das benfeitorias inclusos nos valores das terras; onde há hífen (-), não há dados, e onde há (i), os valores são insignificantes, muito baixos, pois estão aquém de 1%. Na última linha horizontal estão as médias aritméticas dos valores da coluna vertical.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.

(b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) O produto declarado refere-se às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas das colunas não correspondem a 100% na horizontal porque não entram nesta tabela itens como casas, mobília, jóias, etc. A última linha horizontal inferior corresponde às médias aritméticas dos valores das colunas.

O grupo como um todo apresentou uma participação em terras em torno dos 30%. As benfeitorias, em magnitudes relativas, atingiu um patamar pequeno, 6,0%, apesar dos valores em termos absolutos serem maiores do que dos grupos anteriores. A participação média em cativos atingiu 40%. E o produto declarado atingiu a média de 11%.

Falar em engenhos de açúcar e mesmo escravidão nesta região e, suspeito, em algumas outras, significa referenciar-se às situações diferenciadas para os dois segmentos da população, senhores e escravos. Como mostraremos mais adiante, analisando cultivadores de algodão e lavradores de mandioca e criadores, a categoria escravismo torna-se imprópria, pois que muito abrangente para entender situações tão diferentes de trabalho, de vida e mesmo de estruturas econômicas e sociais. Pensar categorias tão amplas torna difícil a compreensão de particularidades que são, no nosso ponto de vista, situações inusitadas representantes de mudanças, de movimentos novos no processo histórico. Assim sendo, peculiaridades, especificidades, diversidades são situações nas quais se colocam elementos novos engendrados pelo processo histórico, que ao lançar mão de categorias tão amplas, reduz-se a complexidade da região focalizada, e não mais correspondem às necessidades do atual debate historiográfico.

Na tabela abaixo resume-se as relações entre os

diversos itens nos espólios dos lavradores de cana e senhores de engenho de todos os grupos (não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis). As colunas tratam das percentagens representadas em médias, onde mostram os pesos dos itens para a classe como um todo.

Tabela-síntese 6

Participação dos bens na composição da riqueza dos lavradores de cana e senhores de engenho proprietários e não-proprietários de escravos. (Médias de percentagens).

	terras	benfeitorias	escravos	produto	div.at.	div.pas.
Não-prop.76	3	-	12	5	9	
Pequenos 26	16	29	15	5	35	
Médios 44	11	27	14	7	17	
Grandes 31	6	40	11	12	11	

Fontes: 46 inventários post-mortem. As categorias da primeira coluna da esquerda correspondem à classificação dos não-proprietários de cativos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis. Os valores correspondem às percentagens médias dos grupos referidos.

Nota-se que a coluna referente ao item terras apresenta cifras mais altas do que comparativamente à correspondente à classe dos lavradores de algodão. Ou seja, a participação do bem terras em relação ao resto do conjunto patrimonial é bem alta. É alta também a participação das benfeitorias em relação à classe ligada à atividade da cana. No item escravos, a relação se apresenta de forma invertida. As cifras são menores em relação à classe ligada à cana se

comparamos com a classe dos lavradores de algodão. Esta diferença pode ser entendida como consequência dos valores bastante altos das terras, no tocante à classe ligada à atividade da cana. Este aspecto fez as cifras atinentes aos escravos assumirem proporções mais reduzidas. Em Campinas, EISENBERG encontrou que " o plantel representava quase a metade das fortunas mais destacadas"(46). CARDOSO DE MELLO trabalhando com inventários post-mortem para a cidade de São Paulo, ao longo do século XIX, constatou que a fração correspondente aos escravos entre os patrimônios representava níveis bem menores do que Campinas, variando de 1% até 40%. (47)

2.2.5. Patrimônios, terras, maquinismos e rebanhos.

Na tabela abaixo vêem-se os valores patrimoniais dos espólios, distribuídos por faixas de valores em mil-réis.

46. EISENBERG, Peter - "Senhores de Engenho e Plantadores..." In: Homens Esquecidos... p.384-385.

47. CARDOSO DE MELLO, Zélia - "Metamorfozes da Riqueza. São Paulo, 1845-1895". São Paulo, Hucitec, 1985. Veja o apêndice estatístico.

Tabela 7

Distribuição dos valores patrimoniais^a entre os inventários dos lavradores de cana e senhores de engenho, não-proprietários e proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

Valores em mil-réis	! Não-prop. ! ! (%)	! Pequenos ! ! Plantéis ! ! (%)	! Médios ! ! Plantéis ! ! (%)	! Grandes ! ! Plantéis ! ! (%)
1.000 - 2.000	! 50	! 12	! -	! -
2.001 - 5.000	! 33	! 50	! 9	! 10
5.001 - 10.000	! 17	! 12	! 36	! 26
10.001 - 20.000	! -	! 26	! 36	! 26
20.001 - 40.000	! -	! -	! 18	! 21
40.001 - 80.000	! -	! -	! -	! 16

Fontes: 46 inventários post-mortem da classe de lavradores de cana e senhores de engenho.

a- Aqui os valores patrimoniais se referem às cifras líquidas, isto é, a soma total dos valores dos bens deduzidas as dívidas.

O grupo dos não-proprietários de escravos teve seus patrimônios concentrados nas primeiras faixas localizadas entre 1.000.000 réis e 5.000.000 réis (50 + 33 = 83%).

Já o grupo dos donos de pequenos plantéis teve seus patrimônios concentrados entre as faixas 2.001.000 réis e 20.000.000 réis (50 + 12 + 26 = 88 %).

Os donos de plantéis de tamanho médio concentram-se nas faixas de 5.001.000 réis e 40.000.000 réis (36 + 36 + 18 = 90%). Aqui cabe um comentário. A relação entre as variáveis

valores patrimoniais, diversos grupos e a distribuição destes últimos deu-se de forma ascendente, tanto no que se refere aos valores patrimoniais quanto aos tamanhos dos plantéis. Este resultado mostra que entre os grupos de não-proprietários, donos de pequenos, médios e grandes plantéis seus valores patrimoniais líquidos cresciam à proporção em que a presença da mão-de-obra escrava aumentava. Isto pode significar que as grandezas das dívidas passivas aumentavam à proporção em que a presença da mão-de-obra escrava se tornava cada vez mais diminuta. Esta hipótese parece-nos verossímil, pois se separarmos os 4 grupos (de não-proprietários, donos de pequenos, médios e grandes plantéis) em dois grandes grupos de proprietários e de não-proprietários de escravos, perceberemos que, à medida que o tamanho dos plantéis diminui (entre o grupo de proprietários), as dívidas passivas aumentam. Basta cruzar os dados das tabelas 6 e 7. Outros fatores também influenciam este resultado, tais como os valores das terras, dos maquinismos, etc.

No grupo dos donos de grandes plantéis observamos que as grandezas dos espólios encontravam-se relativamente bem distribuídas, não apresentando uma concentração maior e relevante em nenhuma das faixas. Assim, aqui cabe um comentário: os donos de grandes plantéis eram senhores não só de grande acumulação de capital como também se constituíam em indivíduos de pequeno grau de acumulação.

Portanto, para efeito do que conceituamos de propriedade de grandes plantéis, a posse de uma dezena ou mais de escravos, vem associado a um amplo grau de dispersão de valores patrimoniais, abrangendo senhores que detinham espólios desde dois contos de réis até outros que possuíam quarenta vezes mais riqueza (oitenta contos de réis) do que aqueles.

Tabela 8

Distribuição dos valores das propriedades de terras entre os lavradores de cana e senhores de engenho não-proprietários de escravos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

Valores em mil-réis	! Não-prop. ! ! (%)	! Pequenos ! ! Plantéis ! ! (%)	! Médios ! ! Plantéis ! ! (%)	! Grandes ! ! Plantéis ! ! (%)
100 - 500	!	!	!	!
501 - 1.000	!	!	!	!
1.001 - 2.000	!	!	!	!
2.001 - 5.000	!	!	!	!
5.001 - 10.000	!	!	!	!
10.001 - 20.000	!	!	!	!
20.001 - 40.000	!	!	!	!
40.001 - 80.000	!	!	!	!

Fontes: 46 inventários post-mortem da classe de lavradores de cana e senhores de engenho.

Oitenta e três por cento dos não-proprietários de escravos (17 + 66 = 83%) possuíam terras que estavam nas faixas referentes à 501.000 réis a 2.000.000 réis. Os donos de pequenos plantéis possuíam terras que se concentravam entre as faixas de 1.001.000 réis e 5.000.000 réis (50 + 26 = 76%). Os donos de médios plantéis, concentravam terras

entre 2.001.000 réis a 20.000.000 réis (27 + 36 + 27 = 90%). Os donos de grandes plantéis distribuíam-se de forma mais homogênea entre as diversas faixas. A primeira conclusão que se pode tirar desta tabela é que, coerentemente com a tabela anterior (a 7), os grupos dos não-proprietários, dos pequenos e dos médios participavam das faixas mais inferiores em termos de preços de propriedades. Uma segunda conclusão é a respeito dos donos de grandes plantéis: também nesta tabela eles apareceram distribuídos de forma bastante homogênea, o que nos leva ao corolário semelhante à tabela anterior de que o grau de difusão da propriedade escrava era tal que na faixa dos donos de propriedades menos valorizadas havia a presença de plantéis que podem ser considerados grandes para a região. Este resultado pode significar proprietários jovens, em terras relativamente novas, sem muitas benfeitorias, mas com plantéis grandes herdados dos pais.

Na tabela abaixo apresentamos os valores médios das propriedades fundiárias declarados nos inventários, entre os grupos que vimos estudando.

Tabela 9

Valores médios das propriedades de terras dos não-proprietários de escravos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888. (Em réis).

Não-proprietários de escravos	!	2:257.000
Donos de pequenos plantéis	!	1:735.000
Donos de médios plantéis	!	8:445.000
Donos de grandes plantéis	!	10:101.000

Fontes: 46 inventários post-mortem da classe de lavradores de cana e senhores de engenho.

Curiosamente, os não-proprietários de escravos possuíam propriedades de terras cuja média de preços era 30% mais alta que a dos donos dos pequenos plantéis; isto pode significar que o grupo dos donos de pequenos plantéis constituía-se num grupo de plantadores mais endividados, e pode ter vendido parte de suas terras para saldar dívidas. Esta hipótese, é coerente com a tabela 6, onde este grupo apresenta-se como aquele que declarou maiores dívidas passivas. Por outro lado, o grupo dos não-proprietários teria conseguido saldar suas dívidas, provavelmente, através da liquidação de seus cativos, transformando-se em não-proprietários de escravos. De maneira surpreendente, a média correspondente ao grupo dos plantéis de tamanho médio, aumentou mais de quatro vezes em relação ao primeiro grupo da tabela. Isto pode significar que os titulares destes inventários conseguiram adequar melhor seus fatores de

produção, tornando-se os mais "eficientes" da região.⁶ Basta cruzar os dados desta tabela com os das tabelas 10 e 11 que corroboram a nossa assertiva, pois constituíam-se num grupo que possuía um maior número de unidades de terras e de maquinismo.

Um aumento de cinco vezes em relação ao primeiro grupo (não-prop.) ficou por conta dos grandes plantéis. Vale notar que o valor médio das propriedades deste grupo ficou muito mais alto do que seu correspondente na classe dos lavradores de algodão e na classe dos lavradores de mandioca e criadores, como veremos mais a frente. Este resultado não nos surpreende pois os cronistas coloniais, historiadores e autores contemporâneos sempre confirmaram que as plantações de cana ocorriam nos solos mais valorizados, enquanto as culturas de alimentos eram cultivadas em áreas menos valorizadas. Vale assinalar uma observação de natureza metodológica: estamos conscientes de que buscar a média das propriedades fundiárias através de um intervalo de tempo tão longo, cria vários problemas, especialmente, depois de 1850, quando foi criada a Lei de Terras no Brasil, promovendo uma tendência generalizada ao aumento de seus valores; não obstante isto, julgamos bastante útil para efeitos comparativos entre as diversas classes e grupos examinados. O objetivo específico desta tabela, insere-se no objetivo geral que é buscar o perfil do comportamento e do processo de diferenciação social e econômica ao longo dos últimos

anos da instituição escravista.

Na tabela abaixo mostramos a quantidade média de unidades de terras declaradas por titular de inventários em relação aos não-proprietários de escravos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis.

Tabela 10

Número médio de propriedade de terras declaradas nos inventários entre os lavradores de cana e senhores de engenho, não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

	! Não-prop.!	Pequenos !	Médios !	Grandes !
	!	! Plantéis !	! Plantéis!	! Plantéis
	!	!	!	!
Lavradores de cana e senhores de engenho	!	!	!	!
	!	2,4	!	4,7
	!		!	7
	!		!	4,1

Fontes: 46 inventários post-mortem da classe de lavradores de cana e senhores de engenho.

O grupo que apresentou um número médio menor de propriedades foi o dos não-proprietários de cativos. O grupo que apresentou o número mais alto foi o dos donos de médios plantéis que atingiu a cifra 7, enquanto o grupo dos grandes, o número médio foi 4,1. Este aumento de quase o dobro pode significar uma certa diferença nas atitudes em relação às estratégias de sobrevivência, de acumulação de riqueza e de poder. Tal hipótese de estratégias de manter riqueza e poder, a nível dos padrões locais, poderia ser

confirmada se os inventários informassem sistematicamente a origem da propriedade fundiária: se por compra, por herança, por doação, por troca ou outra forma. Entretanto, é válido pensar em algumas hipóteses a respeito destas estratégias: os plantadores que investissem suas rendas monetárias em aquisição de novas terras, ou mesmo, na compra de terras de produtores marginais, teriam garantido a possibilidade de, utilizando mão-de-obra de moradores e agregados, usufruindo de fatores como clientelismo e paternalismo, manterem um grau mínimo de acumulação e um certo padrão de poder sobre os segmentos mais modestos, vinculando-os por laços de gratidão ao dono da terra. Por outro lado, os donos de grandes plantéis, o grupo mais rico da região, dono das terras maiores e mais valorizadas, poderiam representar a camada mais perdulária e demandadora de bens de luxo, para os padrões locais, dado que era detentora de terras em abundância, podendo colocá-las à disposição do trabalho de moradores e agregados.

Na tabela 11 abaixo estão presentes os diversos maquinismos que aparecem nos inventários. Como veremos, à medida que o tamanho dos plantéis aumentava, a relação entre a existência quantitativa e a diversificação do maquinário é levemente ascendente.

Tabela 11

Presença de maquinismos entre os lavradores de cana e senhores de engenhos, não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888. (Em percentagem).

tipos de maquinismos	! Não-prop. ! ! (%)	! Pequenos ! ! Plantéis ! ! (%)	! Médios ! ! Plantéis ! ! (%)	! Grandes ! ! Plantéis ! ! (%)
engenhoca	! 40	! 25	! -	! 47
engenho de ferro	! 40	! 62	! 92	! 47
alambique/caldeira	! 40	! 37	! 84	! 47
prensa	! -	! 12	! 23	! 21
descaroçadora	! 20	! 12	! 62	! 42
casas de farinha	! 40	! 87	! 62	! 47

Fontes: 46 inventários post-mortem da classe de lavradores de cana e senhores de engenho.

Para entendermos a tabela acima é importante esclarecer que as somas não perfazem em nenhum caso 100%, pois esta tabela é indicativa do número percentual (da proporção) em que cada tipo de maquinismo está associado à cada grupo.

As menores proporções da presença de maquinismos ficou por conta do grupo dos não-proprietários de escravos: apenas 40% deles declararam possuir engenhocas, engenhos de ferro, alambique/caldeiras e casas de farinha, enquanto apenas 20%, descaroçadoras.

Alguns números percentuais aumentaram à medida em que os tamanhos de plantéis cresciam. Vejamos: 62% dos donos de pequenos plantéis declararam engenhos de ferro e 87% casas

de farinha, enquanto apenas 25% declararam engenhocas, e 12% prensas e descaroçadores.

Em relação aos donos de médios plantéis, quase a totalidade, 92%, declarou possuir engenhos de ferro e, 84%, alambique/caldeira. 62% declararam descaroçadores e casas de farinha e, apenas 23%, prensas e nenhuma engenhoca.

Dos donos de grandes plantéis, 47% declararam possuir engenhocas, engenhos de ferro, alambique/caldeira e casas de farinha, apenas 42%, descaroçadores e 21%, prensas.

Por outro lado, nem todos apresentaram os mesmos maquinários. Alguns declaram engenhoca e aviamentos de farinha; outros, engenho de ferro, descaroçadores de algodão e casa de fazer farinha, simultaneamente. Algumas vezes o inventariante declara dois ou mais engenhos de cana, como por exemplo, " uma engenhoca e um engenho de ferro e seus assentamentos ", num mesmo patrimônio e várias partes de terras, sinalizando que estava produzindo possivelmente, rapadura e aguardente na engenhoca e açúcar no engenho de ferro.

Que conclusões gerais podemos extrair desta tabela ? Se pensamos em estratégias de acumulação de poder e de riqueza, a primeira conclusão é que, à medida que os plantéis cresciam em tamanho, seus proprietários

apresentaram maior diversificação da produção e de processamento agrícola; a segunda, é que o grupo dos médios plantéis, foi sem dúvida alguma aquele que apresentou uma diversificação bastante alta nos três setores produtivos, cana, algodão e mandioca, basta somar as percentagens por setor produtivo; a terceira, o grupo dos grandes plantéis, apesar de ter demonstrado um relativo alto grau de diversificação, seus índices de frequência foram inferiores aos do grupo de médios plantéis; a quarta, o grupo dos pequenos plantéis, vem em seguida ao dos grandes plantéis, no que diz respeito à frequência de maquinismos relativos aos setores de cana e de algodão, porém, apresentando uma elevada frequência no setor produtor de mandioca; a quinta, o grupo mais modesto que se apresentou foi o dos não-proprietários de cativos, onde a frequência da presença de maquinismos assumiu níveis mais inferiores de toda a classe a qual denominamos lavradores de cana e senhores de engenho.

Uma pergunta poderia se colocar após as análises acima realizadas: por que razões o grupo dos grandes plantéis podendo investir em outros setores produtivos e em maquinismos mais sofisticados não o fez? Esta questão é difícil de ser respondida pois não tivemos fontes nem dados disponíveis no momento em que realizamos esta investigação para responder adequadamente esta questão. Entretanto, podemos adiantar que apesar do grupo de grandes plantéis não

ter decidido em conjunto pela estratégia de diversificar ainda mais a produção agrícola, veremos através das tabelas 12 e 13 seguintes que sua opção foi outra: a criação de relativamente grandes rebanhos da espécie bovina. Contudo, julgamos que esta resposta responde parcialmente a questão acima levantada; só novas pesquisas no futuro poderão lidar com esta indagação de maneira mais satisfatória associada à localização e à disponibilidade de novas fontes para a história do século XIX da província da Paraíba.

Nas tabelas 12 e 13 abaixo, analisaremos a presença da criação de gado entre os diversos grupos, do ponto de vista dos tamanhos dos rebanhos como também das espécies criadas.

Tabela 12

Distribuição das espécies de gado entre os lavradores de cana e senhores de engenho não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

Espécies de gado	! Não-prop. !	! Pequenos ! ! Plantéis !	! Médios ! ! Plantéis !	! Grandes ! ! Plantéis !	! Totais
Vacum	! 10 !	! 172 !	! 290 !	! 922 !	! 1.394
Cavalar	! 15 !	! 65 !	! 126 !	! 334 !	! 540
Cabrum	! - !	! 25 !	! - !	! 11 !	! 36
Ovelhum	! - !	! 20 !	! - !	! 18 !	! 38
Muar	! - !	! - !	! 13 !	! 26 !	! 39
Total ^a (n.abs.)	! 25 !	! 282 !	! 429 !	! 1311 !	! 2.047
Total(%) ^b	! 1 !	! 14 !	! 21 !	! 64 !	! 100
N.Médio ^c	! 4 !	! 35 !	! 33 !	! 69 !	

Fontes: 46 inventários post-mortem da classe dos lavradores de cana e senhores de engenho.

a- Total de cabeças de gado em números absolutos.

b- Total de cabeças de gado em números percentuais.

c- Número médio de cabeças de gado por inventário.

Através da tabela 12 vê-se de maneira bastante notória que uma grande fatia do gado, 64% da espécie vacum, concentrava-se nas mãos dos donos de grandes plantéis. Em segundo lugar, a maior fatia ficou por conta do grupo dos médios plantéis, 21%. Em seguida, aparece os donos de pequenos plantéis com 14%. E por último, aparece o grupo dos não-possuidores de escravos, abarcando apenas 1% do rebanho desta classe na região. Se cruzamos os dados da tabela 12 com a tabela 13 (seguinte), analisando em primeiro lugar o grupo dos grandes plantéis, nota-se que apesar dele

concentrar a maior parte do gado, 64%, a distribuição entre as várias faixas de tamanho de rebanhos, é relativamente homogênea, quando agregamos o conjunto das diversas espécies. Sobre o grupo dos médios plantéis, a distribuição aparece mais concentrada, 58%, na faixa de tamanho de rebanho entre 21 a 50 cabeças. Nota-se também uma relativa distribuição homogênea no grupo dos pequenos plantéis. E por último, nota-se no grupo dos não-proprietários, uma concentração - 60% - na faixa de 1 a 10 cabeças.

Tabela 13

Distribuição do gado por tamanho de rebanhos entre os lavradores de cana e senhores de engenho não-proprietários de escravos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

Tamanhos dos rebanhos	Não-prop. (%)	Pequenos Plantéis (%)	Médios Plantéis (%)	Grandes Plantéis (%)
1 a 10	60	25	8	6
11 a 20	20	25	8	16
21 a 50	-	12	58	16
51 a 100	-	38	26	31
> 100	20	-	-	31
Total	100	100	100	100

Fontes: 46 inventários post-mortem da classe de lavradores de cana e senhores de engenho.

Conclusivamente pode-se afirmar que os maiores criadores de gado da região, entre os lavradores de cana e senhores de

engenho, foram os donos de grandes plantéis, vindo logo em seguida os donos dos médios plantéis, depois, os donos de pequenos plantéis, e finalmente, os não-proprietários de escravos.

O que mais chama a atenção nesta classe de lavradores de cana e senhores de engenho é a característica de serem lavradores de diversas culturas e ao mesmo tempo se constituírem nos maiores criadores da região, se comparamos com aquela classe da qual falaremos mais adiante, dos lavradores de mandioca e criadores. Esta última se constituiu muito mais caracteristicamente em criadores e lavradores de mandioca, por lhe faltar alternativas de atuar em atividades produtivas das outras duas classes. Tal restrição de alternativas está relacionada com a ausência de um nível mínimo de riqueza que possibilitasse a atuação em cultivos como de algodão e de cana, onde o retorno poderia ser mais demorado, algumas vezes incerto, dependente dos preços do mercado internacional, e envolveria laços e vínculos com segmentos que pudessem realizar a comercialização de tais produtos. Por outro lado, a classe dos lavradores de cana e senhores de engenho se constituiu no segmento que teria em princípio maiores condições e opções/alternativas de atuar nos diversos setores da vida produtiva da região, e ao mesmo tempo, maior estoque de terras e de trabalho à sua disposição, particularmente os indivíduos ligados ao grupo dos grandes plantéis.

2.3. Considerações Gerais

Os lavradores de cana da região de Bananeiras se constituíram em um grupo muito pequeno se os compararmos aos congêneres de outras localidades, como por exemplo os da Bahia colonial ou mesmo, os de Pernambuco durante o século XIX. A pouca importância quantitativa deste grupo, nesta região, em relação às outras regiões só se assemelha para o caso das plantações de cana de São Paulo bem antes do boom cafeeiro. Assim como a região produtora de cana, nesta última capitania, se deu nos finais do século XVIII, a região que ora estudamos também teve uma tardia montagem de engenhos, provavelmente nos últimos anos deste século. A declaração sistemática da existência de engenhos se deu por volta de meados do século XIX, apesar das primeiras declarações terem aparecido de maneira esparsa desde a década de 30 do mesmo século. Não obstante sua pouca importância no fornecimento de matéria-prima para os engenhos, em conjunto, eles eram proprietários de terras e detentores de pequenos plantéis.

Os senhores de engenho proprietários de escravos possuíam situações bem diversificadas se os analisamos a

partir de variáveis relacionadas aos tamanhos de plantéis. Os senhores ligados aos pequenos plantéis eram os mais endividados, seguidos pelos donos de médios plantéis, e por último, os donos de grandes plantéis. A participação do item terras no montante total dos bens foi maior no grupo dos donos de médios plantéis, apesar de seu preço médio ser inferior ao do grupo dos grandes plantéis. A participação do item escravos no montante total dos bens foi muito maior no grupo dos grandes plantéis enquanto, entre os grupos de tamanhos pequeno e médio, o plantel representava níveis semelhantes de fortunas. A respeito das dívidas ativas, o grupo que mostrou possuir maior fração nos patrimônios foi o dos grandes plantéis. Em relação à participação do valor das benfeitorias sobre o montante total, o maior índice ficou por conta dos pequenos plantéis, não pelo aperfeiçoamento do maquinário, mas pelas grandezas representadas entre os vários itens componentes destes espólios. Os grupo dos grandes plantéis demonstrou que o item benfeitorias representava uma pequena fração em relação ao montante da riqueza, não porque não tivesse apresentado os maquinismos mais aperfeiçoados, mas porque na participação global no conjunto de seus bens, esta fração representava a menor grandeza.

Os donos de grandes plantéis apresentaram, conjuntamente o maior preço médio das propriedades de terras, embora o

grupo dos médios plantéis tenham apresentado, também conjuntamente, um número médio maior de unidades de terras por inventário, do que aqueles ligados aos grandes plantéis.

A presença de uma produção diversificada se constituiu, ao nosso ver, na característica mais importante desta classe, lidando com cultivos de cana, algodão, mandioca, produção de açúcar e criação de rebanhos relativamente grandes para a região.

Observou-se que à medida em que o tamanho dos plantéis aumentava, a frequência dos cultivadores de cana crescia, indicando uma relação positiva entre estas duas variáveis. Ao contrário, como veremos nos capítulos posteriores sobre os lavradores de algodão e de mandioca, a relação entre estas duas variáveis será inversa, confirmando o modelo de WRIGHT e SLENES e distanciando-se do modelo dos MARTINS.

3. OS LAVRADORES DE ALGODÃO

O cultivo do algodão se deu também, como vimos em capítulo anterior, entre os plantadores de cana-de-açúcar. Neste capítulo focalizaremos um outro segmento o de plantadores de algodão. Estes indivíduos não cultivavam de modo exclusivo tal cultura; plantavam também a mandioca e criavam o gado. O consorciamento de culturas - a policultura - foi neste período e nesta região a forma através da qual os segmentos mais abastados da localidade encontraram um caminho que os possibilitasse criar e manter uma certa diferenciação social entre as várias camadas da população local. Como veremos mais adiante, a classe que se manteve ligada ao cultivo exclusivo de mandioca e à criação de gado foi a camada da população de inventariantes mais pobre em relação ao conjunto de todas as classes analisadas por nós. Obviamente, quando tratamos de segmentos empobrecidos estão excluídos deste conceito os escravos e a população livre de um modo geral não proprietária de terras ou mesmo de escravos. Estes dois últimos vastos segmentos, sem sombra de dúvidas, constituíram-se na camada mais miserável de todo o conjunto da população deste período.

Na seção que segue discorreremos sobre o cultivo de algodão e suas técnicas, e logo depois trataremos da composição patrimonial desta camada da população.

3.1. Algodão: o cultivo e as técnicas

SPIX e MARTIUS (1), descrevendo o cultivo do algodoeiro em 1818, observaram que os terrenos eram preparados "(...) com o mais pernicioso sistema adotado em todo o Brasil, das habituais queimadas, o que se faz no tempo seco. Tal fato contribui muito para a destruição da matéria orgânica superficial, prejudicando o solo agrícola." Informavam ainda que em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte as lavouras de algodão eram feitas com maior cuidado. "(...) as sementes eram enterradas em sucos longitudinais, em forma de xadrez, nas várzeas úmidas abertas à distância de 14 pés, em capões de catinga a 8 pés e a 6 apenas em carrasco ou areisco. Nos terrenos muito úmidos costumavam abrir regos ou valas de drenagem, visando impedir o apodrecimento das sementes. Os tratos eram feitos em 2 limpas; uma no início do ano e outra na estação das chuvas, além do decote e da capação. Apenas em circunstâncias excepcionais exploravam um algodoal por mais de três ou quatro anos. Quando os troncos

1. SPIX e MARTIUS apud SCHMIDT, Carlos Borges - "Técnicas Agrícolas Primitivas e Tradicionais." Conselho Federal de Cultura/Departamento de Assuntos Culturais/Departamento de Imprensa Nacional, 1976, p. 141-142.

davam sinal de enfraquecimento, eram cortados rasos, na altura da raiz, ou então, a um ou dois pés do chão, pretendendo-se com isto, forçar a formação de novos galhos produtores" (2).

Entre as espécies de algodoeiros arbóreos cultivados no Brasil, dois eram os principais: o de Pernambuco ou do Brasil e o indiático ou de Bourbon. Entre as espécies de herbáceos estavam o Jumel, muito usado no Egito, o da Geórgia de fibra longa, o da Louisiana de fibra curta, o de Castelmare, o de Malta ou de Iviça, o da Macedônia, o de Kiang-Nan (China), o de Nankin ou Sião, etc.(3).

Em " Tratado da Cultura do Algodoeiro no Brasil ou Arte de Tirar Vantagens dessa Plantação" de autoria do major TAUNAY e do padre CAETANO da FONSECA, apregoava-se que para o algodão arbóreo a terra devia ser lavrada ao menos em uma profundidade de 18 polegadas ou 45cms. Sobre o espaçamento, propagava-se uma regra: quanto mais fértil a terra, mais separadas as plantas. Em terra não muito fértil a distância recomendada era 1,65m e em terras boas, 2,64m a 2,97m. As plantas deviam ficar mais juntas entre si, do lado em que ficam expostas ao rigor da estação, para defesa contra ventos fortes. No interior do algodoal, deviam guardar uma

2. Ibidem, p.142.

3. Ibidem, p.146

distância suficiente para que pudessem ser penetradas pelo ar e pela luz. O herbáceo devia ter covas separadas em 1,32m de distanciamento entre si (4).

Em torno de oito dias depois de semeadas, as plantinhas estavam fora da terra e com elas o mato também. As ervas daninhas deviam ser carpidas desde logo, pois as prejudicaria. Com três meses de semeado o algodoeiro abriu suas flores e dava início ao desenvolvimento das maçãs, e dois meses depois, mais ou menos, começava a colheita. O desenvolvimento completo se dava durante o segundo ano, podendo ser aproveitado o espaço entre as plantas para um cultivo intercalado. Algumas plantas eram consideradas nocivas: batata-doce, cará, inhame, caruru, mandioca. Atraíam muitas formigas, o que acabaria atingindo o algadoal. Qualquer planta que excedesse sua altura lhe faria mal. O milho era considerado um cultivo bastante apropriado para ser intercalado (5).

Depois de maduro o algodão não devia permanecer no pé além de oito dias. A colheita não podia ser feita em dias de chuva nem pela manhã, quando a umidade do ar fosse grande, pois deste modo, as lãs se estragariam rapidamente. Mesmo em tempo seco, o horário de colheita não deveria

4. Ibidem, p.147

5. Ibidem, p.149

acontecer antes das 8 horas da manhã, nem ir além das 5 horas da tarde. Colhido úmido deveria ser exposto ao sol antes de ser armazenado. As crianças poderiam realizar a tarefa da colheita. Um trabalhador adulto poderia colher 2 arrobas e até 3 se fosse diligente. Na época, segundo os autores, pagava-se 120 réis a arroba. Se bem tratado o algodão poderia alcançar até 400 arrobas por alqueire de 100 braças em quadra, o equivalente a 10.000 braças quadradas, correspondente a 2 alqueires paulistas de 24.200 metros quadrados (6).

3.1.1. O maquinismo: descaroçadores e prensas.

Baseando-se nas descrições do major TAUNAY e do padre FONSECA, SCHMIDT descreve o que seria um descaroçador primitivo do início do século XIX, utilizado no Brasil. Sua origem se devia à churka indiana e à rústica moenda manual de cana, feita de dois rolos horizontais. Compunha-se de cilindros ou moendas de ferro, com grossura de meia polegada e com seis polegadas de comprimento, dentro das colunas do descaroçador, isto é, a parte em que passava o algodão, ficando três polegadas de cada lado, para sua segurança nas colunas e nas rosetas que as deviam movimentar. Estes aparelhos eram movidos por um eixo de pau, preso em uma roda de cubos ou espalhadeiras, e esta fazia girar por força

6. Ibidem, p. 150-151.

hidráulica ou fonte de energia (7).

Na nossa documentação as descrições são sumaríssimas, registrando apenas denominações genéricas tais como: " uma descaroçadora, valendo 100.000rs "; " uma imprensa de ensacar lã, valendo 20.000rs "; " uma bolandeira, valendo 100.000rs". As designações : " uma roda de moer algodão, 20.000rs"; " um engenho de moer algodão, 20.000rs", retratam ao nosso ver maquinismos muito simples e primitivos; inferimos tal idéia a partir dos valores declarados nos inventários. O nível tecnológico era bastante primitivo. A citação de uma máquina a vapor aparece apenas uma vez no conjunto da documentação. Nenhuma vez houve, explicitamente, menção de motores ou máquinas movidas a força hidráulica ou animal, o que nos leva a crer que a grande maioria usava mesmo força humana manual.

HOLANDA (8) afirma que os descaroçadores de rolo chegaram ao Brasil via península ibérica através dos árabes. SAINT-HILAIRE, (9) de passagem pela província de Minas em 1816, observava: " uma pequena máquina portátil que se compõe de duas colunas nas quais se apoiam outros cilindros

7. Ibidem, p. 169.

8. HOLANDA, Sérgio Buarque --"Caminhos e Fronteiras". Rio de Janeiro, 1957 apud SCHMIDT.

9. SAINT-HILAIRE, August - "Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais". Rio de Janeiro, 1938, v.1, p. 340 apud SCHMIDT.

do comprimento de cerca de um pé, da grossura de um dedo e muito aproximados um do outro". Colocava-se " um floco de algodão de um lado dos cilindros e faz-se girar estes em sentido contrário, com auxílio de manivelas. Os cilindros pegam o algodão, puxam-no com sua rotação, fazem-no passar para outro lado da máquina, e as sementes ficam do lado em que foram apresentados os flocos". E continuava "... este processo é demorado e está a exigir aperfeiçoamentos...", destacou porém, que alguns poucos já usavam a força hidráulica.

A prensa dava continuidade ao processo de descaroçamento. Esta última fase era importante porque, segundo SAINT-HILAIRE, reduzia o volume e portanto o número de animais de carga. Esta etapa era tão primitiva quanto a anterior, o descaroçamento (10).

Em nossa documentação o termo prensa aparece poucas vezes, sendo mais comum a designação imprensa (com cedilha mesmo).

SPIX e MARTIUS, descrevendo a região algodoeira de Minas Novas no ano de 1818, afirmavam: " para descaroçar usam uma máquina muito singela de dois cilindros, rolando um de encontro ao outro, e empacota-se a rama em sacos de couro

10. Ibidem, v. 2, p. 99.

cru de boi, por meio de prensa muito simples. A carga de um animal consiste em oito arrobas e paga-se até o Rio de Janeiro 14\$000 e até a Bahia relativamente menos" (11).

Descrevendo a região algodoeira de Caxias no Maranhão, constatavam que o maquinismo de processamento do algodão era praticamente o mesmo. Falam de alguns aperfeiçoamentos que eram de pequena monta não merecendo serem assinalados ou descritos. Quanto ao enfardamento, teria havido algum melhoramento em relação ao passado. Outrora, um negro ensacava o algodão comprimindo-o com os pés, hoje, descreviam os viajantes, era ensacado com simples prensas (12).

Meio século mais tarde, em 1868, um outro viajante RICHARD BURTON, passando pela região de Morro Velho na província mineira, fez observações muito parecidas com as dos naturalistas alemães que tinham peregrinado pela mesma província meio século atrás. Tendo conhecido maquinismos movidos a força hidráulica, reconheceu todavia que, em termos tecnológicos, as mudanças praticamente inexistiram (13).

11. SPIX E MARTIUS apud SCHMIDT, p.173.

12. Ibidem, p.459.

13. BURTON, Richard -"Viagem aos planaltos do Brasil". São Paulo, 1941, v.1, p. 387 apud SCHMIDT.

3.2. Perfil econômico e social da classe dos lavradores de algodão.

Na seção que segue examinaremos como a propriedade e a não-propriedade da mão-de-obra escrava estava distribuída entre os lavradores de algodão, não-proprietários de cativos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis no setor plantador de algodão. Para atingir tal objetivo, a partir de todo o universo de inventários levantados, selecionamos aqueles que fazem parte desta categoria, - os lavradores de algodão - em seguida, selecionamos aqueles que não eram donos de cativos, outros que eram donos de pequenos, de médios e de grandes plantéis. Veja a tabela 1 que segue.

Tabela 1

Frequência da distribuição da não-propriedade e da propriedade escrava entre as diversas classes de produtores: 1830-1888.

Lavradores de algodão	26,0 %
Não-proprietários de escravos.....	8,0 %
Donos de pequenos plantéis.....	8,0 %
Donos de médios plantéis.....	7,8 %
Donos de grandes plantéis.....	2,2 %
Outras classes de produtores	74,0 %
Lavradores de cana e senhores de engenho.....	10,0 %
Lavradores de mandioca e criadores.....	64,0 %
Todas as classes de produtores.....	100,0 %

Fontes: 447 inventários post-mortem. A amostra da classe dos lavradores de algodão corresponde a 113 inventários.

Vamos nos deter na análise da classe dos lavradores de algodão. Queremos chamar a atenção sobre dois aspectos da tabela acima.

Primeiro, observa-se que 116 patrimônios da região estavam explicitamente ligados à atividade da cultura do algodão, isto é, 26% de todos os inventários levantados entre 1830 a 1888, portanto, uma quarta parte de todos os patrimônios estavam associados ao algodão. de maneira não exclusiva, pois muitos deles cultivavam também a mandioca e criavam gado; e, a classe dos lavradores de cana e senhores

de engenho, como vimos em capítulo anterior, também apresentou maquinismos de descaroçamento, especialmente os grupos dos donos de médios e de grandes plantéis.

Para classificar os patrimônios ligados à atividade do cultivo do algodão, utilizamos o mesmo método abordado na parte referente ao cultivo da cana, isto é, cada vez que aparecia no inventário a declaração de maquinismos, tais como descaroçador e prensa, ou ainda, lavras de algodão, etc,..., classificamos este inventário enquanto produtor de algodão, mesmo que possuísse gado em razoável monta, ou mesmo roçados de mandioca. Entretanto, mais a frente, neste mesmo capítulo, em tabela própria, mostraremos a participação do gado nesta classe específica. Parece-nos bastante plausível que os donos de tais patrimônios, em épocas de bons preços, dirigissem suas culturas para os produtos que apresentassem bom mercado. Portanto, algumas das unidades agrícolas cujos inventários analisamos, certamente produziram também cana-de-açúcar durante estas fases.

O segundo aspecto que queremos enfatizar é a associação de algumas variáveis: a partir do que denominamos lavradores de algodão, examinaremos a relação entre a não-propriedade e a propriedade de cativos a partir da variável tamanho de plantéis. Observa-se que à medida em que o tamanho dos plantéis vai aumentando, a frequência dos inventários vai

diminuindo. A frequência maior ficou por conta dos proprietários de cativos em conjunto: vejamos, $8,0\% + 7,8\% + 2,2\% = 18\%$. Portanto, uma fração muito maior dos inventariantes - 18% - era de donos de cativos e desenvolviam atividades ligadas à cultura do algodoeiro e à criação em pequena escala. Uma fração menor, $8,0\%$, era formada por indivíduos que não dispunham de mão-de-obra cativa. Sob outra ótica, se examinarmos o grau da presença da mão-de-obra escrava, observaremos que a frequência de inventários foi declinante à medida em que a presença de cativos aumentava. Qual o significado desta evidência? Grandes plantéis de cativos nunca estiveram presentes nos cultivos de algodão no Brasil, mesmo nos períodos de maiores facilidades para aquisição deste tipo de mão-de-obra, à exceção provavelmente da região do Maranhão. A cana foi sempre uma lavoura que exigia muitos braços negros, o que não é o caso desta região que ora estudamos, como vimos no capítulo anterior, muito embora, o padrão associativo destas variáveis seja crescente no setor canavieiro desta região do Agreste (veja tabela 1 do capítulo referente à cana).

As razões para a utilização em menor grau da força de trabalho servil nas lavouras de algodão, pode ser explicada a partir de vários aspectos: 1. a preparação dos terrenos, a semeadura, as limpas e as colheitas eram mais simples do que aquelas relativas à cana. A colheita assim como o processo de descaroçamento e de prensagem poderiam ser

executados até por crianças, como vimos na seção que tratamos dos cultivos e das técnicas (14); 2. o uso de solos não muito férteis, inclusive capoeiras, até áreas utilizadas no passado para as lavouras mais exigentes, podiam ser aproveitadas para o algodoeiro. Isto significa que uma parcela mais modesta da população, detentora de terras menos férteis e mais longínquas, poderia lavrá-las; 3. uma outra vantagem, o algodão depois de colhido poderia ser estocado sem perder sua qualidade, ao contrário da cana; 4. há ainda o fato desta lavoura aceitar outras culturas intercaladas (15), especialmente o milho, que também facilitava o acesso a este tipo de cultivo por camadas mais pobres, contrastando com as possibilidades da cana. Associar culturas de auto-subsistência à outra que possibilitasse uma renda monetária maior pode ter sido uma estratégia de camadas mais modestas desta população.

Na seção seguinte começaremos traçando o perfil do grupo despossuído de escravos que cultivava o algodoeiro. Em seguida, traçaremos o perfil dos grupos dos donos de pequenos, médios e grandes plantéis. Para atingir este objetivo, examinaremos a composição da riqueza patrimonial destes grupos. Seleccionamos 6 principais variáveis, trabalhando com metodologia semelhante ao capítulo anterior, a saber: terras, benfeitorias, escravos, produto declarado

14. Ibidem, p. 169.

15. Ibidem, p. 150-151.

(gado e plantações), dívidas ativas e passivas. Não entram na composição de riqueza em nossas análises, casas, mobília, jóias, ouro, prata, etc., pois, a importância destes em termos de grandeza foi sempre muito pequena, portanto, desprezível.

3.2.1. Os lavradores de algodão sem escravos

Os lavradores de algodão do grupo de não-proprietários de cativos apresentaram na sua grande maioria propriedade de terras. Apenas seis não o fizeram, veja tabela 2. Não eram grandes extensões, nem muito valorizadas, se comparamos com algumas declarações do segmento de plantadores de cana. São em geral arroladas como " uma parte de terras no lugar tal ..., valendo, ... ". No grupo como um todo, apenas 4 propriedades apresentaram medições. O preço médio das propriedades agrícolas neste grupo ficou em torno de 678.000 réis, variando de 50.000 réis a 1:400.000 réis.

As benfeitorias deste grupo são bastante simples: casas de fazer farinha, rodas de moer algodão, prensas, descaroçadoras, bolandeiras, etc. Encontra-se desde rodas de moer algodão valendo 2.000 réis, em 1836, até uma bolandeira, valendo 1:000.000 réis num espólio, em 1874. Por volta de meados da década de 50 do século passado, um engenho de moer algodão estava valendo em torno de 10.000

réis, assim como a prensa. Em torno de 75% dos espólios declarou-se algum maquinismo de processamento de algodão, dos quais oito utilizaram a terminologia bolandeira onde apresentaram valores mais altos, porém muito díspares, tais como 100.000 réis numa ocasião, em 1865, e 1:000.000 réis numa outra ocasião, em 1874. Uma máquina de 18 serras foi declarada em 1870, valendo 50.000 réis.

Dos 35 espólios deste grupo na tabela 2 abaixo (16), apenas 4 não declararam plantações de algodão. O gado arrolado - no geral - não pode ser caracterizado enquanto grandes rebanhos; os maiores possuíam em torno de 100 cabeças da espécie vacum e duas dezenas de cabeças de gado cavalari. Os rebanhos de caprinos aparecem em pequena escala. Os suínos aparecem pela primeira vez, também em pequena monta (confira a tabela 8 que segue mais a frente) . O gado asinino e ovídeo não apareceu nenhuma vez neste grupo. O item produto da tabela refere-se não só às lavras de algodão declaradas explicitamente nos espólios, como também à lã ensacada ou não. O gado entra nesta categoria de maneira genérica: bovino, equino, mular, caprino, suíno, sem especificação de idades ou crias.

Dois terços dos inventariados deste grupo apresentaram

16. Veja a relação dos inventários deste grupo na seção de fontes, discriminados por ordem cronológica.

um rol de dívidas ativas. Alguns deles chegavam a atingir a cifra de 40% do patrimônio bruto. Outros dois terços também chegaram a declarar dívidas passivas, dentre os quais alguns atingiram a ordem de 80% do total do espólio.

Tabela 2

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de algodão não-proprietários de escravos. (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
1-	10	7	60	5	4
2-	67	2	17	3	76
3-	24	-	66	7	48
4-	43	11	38	-	49
5-	28	1	58	4	17
6-	9	(i)	78	-	-
7-	25	-	47	25	20
8-	12	1	49	3	46
9-	-	(i)	17	-	80
10-	-	1	70	19	-
11-	88	1	-	5	42
12-	-	43	61	15	-
13-	14	(i)	77	2	-
14-	43	-	33	11	-
15-	41	-	30	11	26
16-	40	7	30	5	31
17-	24	-	35	20	7
18-	26	1	15	42	9
19-	-	9	88	-	-
20-	39	6	30	-	48
21-	58	5	12	19	52
22-	76	-	15	-	-
23-	27	15	54	(i)	15
24-	-	7	53	31	-
25-	1	-	55	32	-
26-	48	12	12	15	21
27-	5	10	83	-	5
28-	19	34	2	36	25
29-	65	5	16	-	-
30-	19	-	81	-	-
31-	58	5	30	-	3
32-	14	-	78	-	-
33-	-	1	6	1	(i)
34-	46	30	13	-	50
35-	5	6	50	1	-
	33	8	43	13	32

Fontes: 35 inventários post-mortem. Onde há hífen (-), não houve valores apresentados. Onde há (i), a grandeza é inferior à 1%. Na última linha horizontal estão as médias

aritméticas dos valores das colunas verticais.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.

(b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) Produto declarado se refere às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas dos itens terras, benfeitorias, produto, dívidas ativas não somam 100% na horizontal porque não entram nesta tabela outros itens tais como casas, mobília, jóias, etc, cujas grandezas são desprezíveis.

É interessante observar que os níveis do produto declarado destas unidades produtivas adquire patamares bastante elevados se compararmos com outros grupos desta classe. As explicações para tal fenômeno deve-se ao fato de que como este grupo foi definido enquanto não-proprietário de escravos - a não existência de cativos nos espólios - faz com que as outras grandezas assumam proporções maiores, o que, por outro lado, não equivale a dizer que este procedimento seja inadequado. Significa que o valor do produto deste grupo assume proporções muito altas - comparativamente com os outros grupos desta mesma classe -, representando um aspecto de grande vulnerabilidade do grupo como um todo, já que sua riqueza concentrava-se em bens como plantações e gado, e também, apresentando característica que mostram um certo limite em aumentar seus níveis de acumulação, tendo em vista a ausência da mão-de-obra cativa. As estratégias no sentido de reproduzir subsistência e acumulação achavam-se limitadas às possibilidades de usar a mão-de-obra familiar nas atividades agrícolas e criatórias e

à cessão de partes de terras aos moradores e aos agregados em contratos de aforamento ou arrendamento, realizados muitas vezes de forma oral, outras vezes, escrita, registrados nos Livros de Notas dos cartórios da comarca. Em contratos escritos, pagava-se foros anuais em torno de 20.000 réis a 60.000 réis, por um período médio de 3 (três) anos. Não tivemos o objetivo de levantar sistematicamente estas escrituras, contudo, dentre as 124 lavradas nos Livros mencionados, 67% foram relativas à década de 1870. Este dado pode significar mudanças na estrutura de distribuição e de acesso à terra. Mais pesquisas no futuro poderão esclarecer este aspecto.

3.2.2. Os lavradores de algodão donos de pequenos plantéis.

Neste grupo aparecem 36 inventários, veja a tabela 3 (17), ou seja, 8,0% de todos os indivíduos que deixaram espólio nesta comarca. Apenas 17% dos inventários deste grupo não apresentaram terras cujos valores variavam de 30.000 a 4:000.000 réis; a média dos preços ficou em 1:013.000 réis. Somente 5 apresentaram demarcações. A 17. Veja a relação dos inventários deste grupo na seção de fontes, discriminados por ordem cronológica.

maioria se constituía em pequenas propriedades que muitas vezes eram assim descritas: " uma parte de terras, agrícolas e de criar com casa e curral, valendo...". A média da percentagem de participação das terras no valor global dos inventários é 23%, o que representa um declínio de 10 pontos percentuais em relação ao grupo não-possuidor de escravos.

70% dos patrimônios declararam algum maquinismo de algodão com denominações como engenhoca de moer algodão, roda e banco de moer algodão, descaroçadoras, prensas. As máquinas com 18 serras aparecem 24 vezes.

A participação dos cativos na composição da riqueza ficou em torno de 41%, para o grupo como um todo, constatando-se uma grande disparidade na participação deste item entre os membros deste grupo.

Cinco inventários não apresentaram produto nenhum e o restante apresentou uma média em torno de 20%. Foi frequente encontrar rebanhos de gado bovino, porém, nunca ultrapassando 100 cabeças.

Em relação às dívidas ativas, apenas 15 possuíam dinheiro a receber. O valor médio percentual de participação deste item em relação aos outros bens foi 8 pontos menos do que o do grupo anterior.

Por outro lado, 23 espólios apresentaram dívidas passivas, e em conjunto compuseram uma média de 28% na participação deste item no patrimônio bruto, uma cifra inferior ao grupo anterior.

Tabela 3

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de algodão donos de pequenos plantéis. (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
1-	8	-	82	5	-	66
2-	9	2	49	6	-	27
3-	25	1	49	-	-	-
4-	-	-	84	-	-	-
5-	17	2	13	59	-	7
6-	17	2	43	24	3	42
7-	1	-	83	2	3	1
8-	-	-	66	18	-	-
9-	-	8	33	24	1	113
10-	6	(i)	28	43	-	-
11-	-	-	28	48	3	4
12-	6	13	24	25	18	12
13-	3	6	23	54	-	16
14-	-	(i)	83	15	-	3
15-	5	2	25	53	-	56
16-	4	-	83	11	-	-
17-	38	2	24	10	8	7
18-	55	6	11	33	-	-
19-	33	1	46	2	4	(i)
20-	5	1	87	-	2	-
21-	23	(i)	38	31	3	-
22-	26	2	58	1	2	-
23-	59	6	10	17	5	4
24-	71	2	16	1	-	1
25-	19	8	31	-	-	-
26-	9	3	24	29	-	-
27-	-	-	93	5	-	47
28-	10	4	50	6	7	-
29-	24	42	2	2	-	20
30-	11	4	36	2	-	24
31-	51	5	37	-	-	159
32-	42	12	11	9	-	13
33-	43	5	34	11	-	11
34-	37	2	41	7	3	3
35-	33	13	23	6	11	6
36-	11	4	(i)	62	2	-
	23	5	41	20	5	28

Fontes: 36 inventários post-mortem. Na última linha horizontal estão as médias aritméticas dos valores das

colunas verticais. O hífen (-) significa que não houve declaração do respectivo item. O (i) representa que o valor é insignificante, abaixo de 1%.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.

(b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) O produto declarado refere-se às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas dos itens terras, benfeitorias, escravos, etc, não correspondem a 100% na horizontal porque não entram nesta tabela outros itens como casas, mobília, jóias, etc., cujas grandezas são desprezíveis.

Este grupo como um todo apresentou um produto que representava uma parcela bem menor no cômputo total das fortunas. A participação média do item escravos desempenhou um papel relativamente elevado no conjunto. Estes indivíduos, analisando-os comparativamente com aqueles do grupo anterior, se constituíram em produtores rurais que atuavam com a mão-de-obra familiar e escrava, não só na produção de lavouras para o auto abastecimento, como também para os mercados local e externo. Sem contar ainda com a possibilidade de arregimentar a mão-de-obra formada por moradores e por agregados em terras de capoeiras ou inativas.

3.2.3. Os lavradores de algodão donos de plantéis de tamanho médio.

Neste grupo entram 34 inventários referentes à tabela 4 abaixo (18), correspondente a 7,6% do conjunto dos indivíduos que deixaram espólios nesta região; apenas dois inventários não declararam possuir terras. Os preços das propriedades variaram de 22.000 réis a 10:000.000 réis; a média destes preços ficou em torno de 1:919.000 réis. Apenas sete propriedades apresentaram demarcações. A participação média do item terras em relação a outros itens ficou em 20%, um pouco menor do que daqueles donos de pequenos plantéis.

As benfeitorias eram descritas de forma bastante sumária como os exemplos que seguem: "uma casa de telha e taipa com imprensa de algodão, valendo 100.000 réis" (19); ou ainda, "máquina de descaroçar algodão com 16 serras e uma prensa de ensacar lã, valendo 150.000 réis" (20). Uma outra declaração apresentava benfeitorias mais valorizadas, vejamos: "uma bolandeira, uma máquina de descaroçar algodão, uma imprensa e aviamentos de fazer farinha, valendo 1:000.000 réis" (21). A participação média das benfeitorias em relação aos outros itens ficou em torno dos 5%.

18. Veja a relação dos inventários deste grupo na seção de fontes, discriminados por ordem cronológica.

19. Inventário de (ilegível), 1831, m.18, A.C.S.O.

20. Inventário de Martiniano José Pinheiro Borges, 1867, m.1, A.C.S.O.

21. Inventário de Antonia Maria de Moura, 1878, m.12, A.C.S.O.

A participação da mão-de-obra servil no conjunto dos bens ficou em torno de 44%, uma cifra ligeiramente superior à participação do grupo anterior; tal incremento pode ser explicado a partir da presença de um número maior de cativos nos plantéis sem o crescimento simultâneo da presença de outros itens.

Em relação ao aspecto produto o grupo apresentou alguns pontos percentuais menores que o grupo anterior: a média ficou em 15%. O gado vacum teve participação em alguns inventários de grandes rebanhos com mais de uma centena de cabeças, e em outros, com a presença em torno de meia centena de cabeças.

No que diz respeito às dívidas ativas houve um incremento de quase o dobro: este indicador pode significar que tal grupo em conjunto exerceu em maiores proporções a atividade de emprestar dinheiro. No tocante às dívidas passivas, o grupo apresentou um decréscimo, podendo significar que em conjunto, se constituiu em um segmento que esteve propenso a assumir menos dívidas que os dois grupos anteriores, talvez pelo fato de, sendo proprietários de maiores plantéis que os anteriormente citados, tenham podido responder às dificuldades financeiras de maneira diferenciada dos lavradores mais pobres.

Tabela 4

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de algodão donos de plantéis de tamanho médio. (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
1-	8	8	64	9	-	37
2-	25	(i)	32	22	7	5
3-	8	(i)	16	8	21	-
4-	-	(i)	86	10	-	-
5-	2	(i)	86	1	9	2
6-	25	(i)	44	16	-	6
7-	10	-	68	17	1	101
8-	9	3	37	45	2	-
9-	31	2	58	4	-	-
10-	28	4	30	2	18	33
11-	17	4	59	12	-	-
12-	7	5	49	30	4	-
13-	20	1	40	31	1	(i)
14-	27	(i)	65	2	3	5
15-	10	(i)	40	45	-	-
16-	55	(i)	20	9	8	4
17-	2	24	21	11	20	94
18-	16	4	48	11	5	29
19-	61	1	14	15	-	(i)
20-	20	(i)	55	21	-	5
21-	13	2	57	9	7	(i)
22-	6	(i)	56	16	-	-
23-	10	3	51	18	-	14
24-	1	45	28	(i)	7	71
25-	45	3	22	14	-	50
26-	20	4	47	20	4	-
27-	2	3	67	5	21	3
28-	31	2	20	40	5	-
29-	54	11	18	8	2	18
30-	37	31	19	11	-	43
31-	27	5	46	11	-	12
32-	18	5	8	15	21	-
33-	10	6	37	12	-	33
34-	-	2	82	13	-	14
	20	5	44	15	9	25

Fontes: 34 inventários post-mortem. Onde há hífen (-), significa que não houve declarações. Onde há (i) significa que as grandezas respectivas são muito pequenas,

insignificantes, abaixo de 1%. Na última linha horizontal estão as médias aritméticas dos valores da coluna vertical.

- (a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.
- (b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.
- (c) Produto declarado se refere às plantações e gado.
- (d) Dívidas ativas.
- (e) Dívidas passivas.

As somas dos vários itens terras, benfeitorias, escravos, etc. não correspondem a 100% na horizontal porque não entram nesta tabela outros itens como casas, mobília, jóias, etc. cujas grandezas são desprezíveis.

Parece que este grupo pode ter tido origem na classe dos donos de grandes plantéis e, em algum momento teria se desvencilhado do "excesso" da mão-de-obra servil, saneando dívidas, investindo em terras e benfeitorias, administrando plantéis menores, mais adequados às características das unidades produtivas da região.

3.2.4. Os lavradores de algodão donos de grandes plantéis.

Na classe de lavradores de algodão apenas 10 possuíam grandes plantéis, isto é, 2,4% do universo total de inventários post-mortem. Na tabela que segue vejam a natureza da composição da riqueza e a sua participação nos diversos itens (22).

22. Veja a relação dos inventários deste grupo na seção fontes, discriminados por ordem cronológica.

Um dos patrimônios, o de João Nunes da Crus, arrolado em 1834, se constituía no maior de todos os plantéis, com 33 escravos (é o primeiro da tabela). Possuía um patrimônio bruto no valor de 7:757.590 réis. Suas duas partes de terras, uma de plantar e outra de criar, pouco valorizadas, chegavam a 507.000 réis. Dez cabeças de gado vacum e sete cavalos totalizavam a quantia de 290.000 réis. 320 arrobas de algodão em caroço valia 320.000 réis, mais algumas lavras do ano anterior 10.000 réis. Dois engenhos de algodão e uma casa de farinha somavam 14.000 réis. Seu plantel possuía 16 escravos homens e 17 mulheres, dos quais 14 estavam na faixa etária infanto-juvenil (0 a 14 anos), 16 na faixa adulta (15 a 40 anos), e apenas 3 na faixa de velhos (a partir de 41 anos).

O inventário de Estanislao Barbosa de Mello e Anita Maria Lucena Freire apresentou características interessantes (o segundo inventário da tabela), no sentido de que, não obstante ser dono de um grande plantel, a participação da mão-de-obra servil aparece em pequeno montante e o produto mostra um indicador alto, 40%. Seu patrimônio inclui quase duas centenas de gado de várias espécies, dando especial ênfase à criação bovina. As plantações declaradas são algodoais e laranjais.

Maria Izabela Sant'Anna deixou em seu espólio no ano de 1861 um plantel de 13 escravos, 3 partes de terras, uma

das quais demarcada e muito valorizada; quase uma centena de gado composta pelas espécies vacum, cavalari, ovelhum e suínos, além de plantações de feijão, milho, mandioca, algodão, laranja, café tudo avaliado por 3:099.360 réis. Em benfeitorias apresentou uma casa de fazer farinha, um moinho, uma prensa de algodão e uma estribaria, somando 510.000 réis.

Neste grupo 4 propriedades estavam demarcadas e todos os indivíduos possuíam terras. A menos valorizada foi declarada valendo 40.000 réis e a mais cara 4:000.000 réis. O preço médio das propriedades de terras ficou em torno de 1:974.000 réis. As terras representaram a fração de 14% em média, algumas atingindo quase 1/3 da grandeza do espólio e outras, apenas 4% do total do patrimônio bruto.

As benfeitorias tinham as mesmas características dos grupos anteriores. Nenhum melhoramento apresentou-se neste segmento. As mais valorizadas ficaram em torno de 500.000 réis e constituíam-se em descaroçadoras, prensas, casas de farinha e estribarias. A maior parte caracterizava-se por apresentar valores insignificantes em relação ao patrimônio bruto.

Tabela 5

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de algodão donos de grandes plantéis. (Em percentagem)

			terras	benfeitorias ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
1-	6	(i)	77	10	4	3		
2-	23	(i)	18	40	8	5		
3-	7	(i)	62	13	9	28		
4-	7	(i)	82	-	(i)	22		
5-	20	1	41	27	1	8		
6-	9	-	68	(i)	-	11		
7-	15	(i)	81	2	(i)	-		
8-	4	(i)	92	3	(i)	(i)		
9-	17	2	44	19	2	17		
10-	29	3	45	5	10	1		
	14	2	61	13	6	10		

Fontes: 10 inventários post-mortem. Onde há hífen (-), os itens não foram apresentados. Onde há (i), significa que o valor foi abaixo de 1%. Na última linha horizontal estão as médias aritméticas dos valores nas colunas verticais.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.

(b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) Produto declarado refere-se às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas dos itens terras, benfeitorias, escravos, etc. não correspondem a 100% na horizontal porque não entram nesta tabela outros itens como casas, mobília, jóias, etc. cujas grandezas são desprezíveis.

O item escravos representou a maior grandeza nos espólios deste grupo, alcançando o patamar de 61%. Vale destacar o espólio de Sabino Nunes da Crus aberto em 1859, o oitavo da tabela, avaliado em 12:361.000 réis do qual 92% constituía-se em escravos.

As dívidas ativas tiveram médias em torno de 6% enquanto as dívidas passivas em 10%.

Tabela-síntese 6

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de algodão não-proprietários e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis. (Médias de percentagens).

	terras	benf. ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
Não-prop.	33	8	-	43	13	32
Pequenos	23	5	41	20	5	28
Médios	20	5	44	15	9	25
Grandes	14	2	61	13	6	10

Fontes: 113 inventários post-mortem. Estas grandezas representam as percentagens médias dos diversos grupos que compõem a classe dos lavradores de algodão. As categorias situadas na primeira coluna da esquerda se referem aos grupos de não-proprietários de escravos e de donos de pequenos, médios e grandes plantéis.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.

(b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) Produto declarado refere-se às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas dos itens terras, benfeitorias, escravos, etc. não correspondem a 100% na horizontal porque não entram nesta tabela outros itens como casas, mobília, jóias, etc. cujas grandezas são desprezíveis.

Na tabela 6 resume-se as cifras que correspondem à agregação dos dados colhidos nas 4 tabelas imediatamente anteriores. Está trabalhada em médias percentuais; isto é, médias de percentagens representativas das proporções em que

determinados bens participaram nos espólios. Na primeira linha, estão os resultados do grupo de não-proprietários de escravos. A participação do item terras na composição da riqueza do grupo de não-proprietários de cativos ficou em 33%. A participação do produto foi a maior cifra da classe como um todo, ficando na média de 43%. As dívidas ativas ficaram em 13%, as dívidas passivas, em 32%. É interessante ainda observar que as dívidas passivas diminuíram à medida em que o tamanho dos plantéis aumentava, semelhantemente à classe de lavradores de cana e senhores de engenho. Entretanto, no que diz respeito às dívidas ativas a relação foi invertida: ou seja, à medida em que os plantéis cresciam em tamanho, estas diminuíam em grandeza (veja tabela 6 do capítulo anterior).

3.2.5. Patrimônios, terras, maquinismos e rebanhos.

Vejamos agora a presença de maquinismos de processamento de lavouras na classe dos lavradores de algodão, entre os grupos de não-proprietários de escravos e donos de pequenos, de médios e de grandes plantéis. A tabela 7 expõe e sintetiza os maquinismos encontrados nos inventários: são denominações muitas vezes diferenciadas, como por exemplo, descaroçadora, engenho de moer algodão, roda de moer algodão, bolandeira, engenho de 18 serras que representam

designações de um mesmo tipo de maquinismo o qual era utilizado para o descaroçamento do algodão. Na tabela, os denominaremos genericamente de descaroçadores. Da mesma forma colocaremos sob a denominação casas de farinha, as benfeitorias descritas como aviamentos de fazer farinha. Segundo a bibliografia consultada, JOFFILY e SCHMIDT, veja o capítulo posterior, estas designações não se diferenciavam em nada; o que distinguia uma da outra era a referência explícita ao lugar onde se processava a mandioca (casa de farinha).

Veja a tabela que segue.

Tabela 7

Presença de maquinismos entre os lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

Tipos de maquinismos	!Não-prop.!		Pequenos!		Médios!		Grandes	
	!	(%)	!	(%)	!	(%)	!	(%)
prensas	!	22	!	53	!	68	!	50
descaroçadores	!	59	!	89	!	87	!	60
casas de farinha	!	33	!	56	!	88	!	60
engenho de fiar	!	-	!	-	!	-	!	3

Fontes: 113 inventários post-mortem da classe de lavradores de algodão.

No primeiro grupo dos não-proprietários, 22% deles

apresentou prensas, 59%, descaroçadores, e 33%, casas de fazer farinha. No grupo dos proprietários de pequenos plantéis, 53% apresentaram prensas, 89% descaroçadores, e 56%, casas de fazer farinha. No grupo dos donos de médios plantéis ocorreram os maiores índices da presença de maquinismos, situação semelhante ao grupo congênere dos donos de médios plantéis da classe de lavradores de cana e senhores de engenho (veja a tabela 11 no capítulo anterior). 68% declararam prensas, 87% descaroçadores, e 88% casas de fazer farinha. No grupo dos donos dos grandes plantéis, 50% dos inventários apresentaram prensas, 60% descaroçadores e casas de fazer farinha, e pela primeira vez, um engenho de fiar.

A tabela acima caracteriza e demonstra que o segmento o qual denominamos de lavradores de algodão e criadores desenvolvia atividades ligadas ao cultivo, beneficiamento e comercialização do algodão, como também desenvolvia o cultivo e beneficiamento da mandioca. Fica uma dúvida porém, até que ponto este último cultivo era comercializado nos mercados locais e regionais ?

A tabela que seque sintetiza a distribuição do gado das mais variadas espécies entre os diversos grupos da classe que ora estudamos.

Tabela 8

Distribuição das espécies de gado entre os lavradores de algodão não-proprietários de escravos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

Espécies de gado	Não-prop.	Pequenos Plantéis	Médios Plantéis	Grandes Plantéis	Totais
Vacum	263	436	954	193	1.846
Cavalar	139	129	267	47	542
Cabrum	33	58	72	13	176
Ovelhum	-	11	22	119	152
Muar	-	10	7	7	24
Suíno	5	-	-	43	48
Total ^a (n.abs.)	440	644	1.322	422	2.828
Total(%) ^b	15	23	47	15	100
N.Médio ^c	12	18	39	42	

Fontes: 113 inventários post-mortem da classe dos lavradores de algodão.

(a) Total em números absolutos.

(b) Total em números percentuais.

(c) Número médio de cabeças de gado por inventário.

Observa-se no quadro acima a distribuição dos rebanhos de várias espécies por grupos detentores de plantéis de vários tamanhos. Nota-se que o grupo dos plantéis de tamanho médio apresentou as maiores cifras da classe como um todo, possuindo 1.322 cabeças de todo o gado da localidade, representando a fração de 47% do total, embora o número médio de cabeças por inventário tenha sido maior no grupo dos grandes plantéis. Vale notar que pela primeira vez apareceu uma criação de porcos. Na classe anterior dos

lavradores de cana e senhores de engenho, não apareceu em nenhum inventário a menção a este tipo de criação.

Na tabela 9 mostramos a distribuição das várias espécies do gado, divididas por tamanhos de rebanhos em relação aos grupos de não-proprietários e proprietários de plantéis de tamanhos pequeno, médio e grande.

Os não-proprietários de escravos foi o grupo que apresentou a maior cifra de pequenos rebanhos, 56% deles possuíam até 10 cabeças de gado.

O grupo dos donos de pequenos plantéis apresentou uma participação de 53% em relação a posse de rebanhos de até 10 cabeças, e apenas uma fração diminuta de 2% deles possuíam mais de 100 cabeças de gado.

No grupo dos donos de médios plantéis quase a metade da população deste grupo, 49% (23 + 26) possuía rebanhos entre 21 e 100 cabeças; uma faixa de 8% possuía mais de 100 cabeças.

O grupo dos grandes plantéis apresentou uma larga fração de 40% de indivíduos detentores de rebanhos de até 10 cabeças; nas outras faixas, a distribuição foi: 10% nas faixas de 11 a 20 e 21 a 50 cabeças. Uma fração de 20% era possuidora de rebanhos entre 51 a 100 e mais de 100

cabeças.

Tabela 9

Distribuição do gado, por tamanho de rebanhos entre lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

Tamanhos dos rebanhos	Não-prop. (%)	Pequenos Plantéis (%)	Médios Plantéis (%)	Grandes Plantéis (%)
1 a 10	56	53	31	40
11 a 20	22	14	15	10
21 a 50	22	14	23	10
51 a 100	-	17	26	20
> 100	-	2	8	20
	100	100	100	100

Fontes: 113 inventários post-mortem da classe de lavradores de algodão.

Na tabela abaixo de número 10, classificamos por valores em mil-réis, os preços das propriedades declaradas em inventários, a partir da classe dos lavradores de algodão, entre os grupos de não-proprietários, proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis. Os valores correspondem à soma dos preços do conjunto das unidades declaradas.

Tabela 10

Distribuição dos valores das propriedades de terras entre os lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

Valores em mil-réis	! Não-prop. ! ! (%)	! Pequenos ! ! Plantéis ! ! (%)	! Médios ! ! Plantéis ! ! (%)	! Grandes ! ! Plantéis ! ! (%)
Até 50	10	14	3	-
51 - 100	17	7	-	-
101 - 500	33	41	25	10
501 - 1.000	23	17	19	50
1.001 - 2.000	10	7	31	-
2.001 - 5.000	7	10	12	20
5.001 - 10.000	-	3	3	20
10.001 - 20.000	-	-	6	-

Fontes: 113 inventários post-mortem da classe de lavradores de algodão.

Vê-se que o grosso dos valores das terras concentraram-se na faixa entre 101.000 réis e 2.000.000 réis. No grupo dos não-proprietários de escravos, 60% deles concentraram terras nas faixas de 50.000 réis a 500.000 réis, enquanto os donos de pequenos plantéis, tiveram uma frequência participativa de 62% nesta mesma faixa. Os donos de plantéis de tamanho médio tiveram uma frequência participativa de 75% entre as faixas de 101.000 réis e 2:000.000 de réis. No grupo dos donos de grandes plantéis, 60% dos inventários indicaram possuir terras nas faixas de 101.000 rs e 2:000.000 rs, e os outros 40%, entre as faixas de 2:001.000 rs e 10:000.000 rs. Pode-se dizer portanto que a maioria dos valores concentraram-se entre 101.000 rs e 2:000.000 rs.

Na tabela abaixo de número 11, encontramos os preços médios o que corrobora com as conclusões acima descritas. Pode ser questionada sua utilidade, uma vez que, o período abordado é bastante longo e a promulgação da Lei de Terras ter acontecido em 1850. O sentido desta tabela vale em termos comparativos em relação ao comportamento e ao processo de diferenciação social das outras classes de lavradores de cana e senhores de engenho e lavradores de mandioca e criadores.

Nota-se que o preço médio da propriedade em relação ao grupo dos não-proprietários de escravos era bem inferior ao dos outros grupos; enquanto isto, os três outros grupos de proprietários de cativos possuíram médias relativamente semelhantes. Nesta classe, portanto, o processo de diferenciação social e econômica se deu de uma maneira mais marcante entre os possuidores e não-possuidores de escravos. Este resultado entretanto não se apresentou de maneira análoga à classe dos lavradores de cana e senhores de engenho na qual os não-proprietários de escravos e os donos de pequenos plantéis apresentaram, deste ponto de vista, resultados semelhantes. Observa-se que em relação aos grupos de donos de médios e de grandes plantéis, os preços médios foram muito similares, podendo representar estratégias diferentes de acumulação.

Tabela 11

Valores médios das propriedades agrícolas em relação aos lavradores de algodão proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis e não-proprietários de escravos. (Em réis).

Não-proprietários de escravos	!	678.000
Donos de pequenos plantéis	!	1:013.000
Donos de médios plantéis	!	1:919.000
Donos de grandes plantéis	!	1:974.000

Fontes: 113 inventários de lavradores de algodão

Na tabela abaixo mostramos em que medida os não-proprietários de escravos e os donos de pequenos, médios e grandes plantéis declararam possuir propriedades fundiárias.

Tabela 12

Frequência da presença das propriedades de terras entre lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

	! Não-prop. !	! Pequenos !	! Médios !	! Grandes !
	! (%) !	! Plantéis !	! Plantéis !	! Plantéis !
	! (%) !	! (%) !	! (%) !	! (%) !
Lavradores de algodão	! 80 !	! 83 !	! 88 !	! 100 !

Fontes: 113 inventários post-mortem da classe de lavradores de algodão.

É interessante observar: primeiro, a correlação entre as duas variáveis, propriedade de terras e propriedade de cativos é crescente, ou seja, a frequência da propriedade fundiária aumenta à medida em que os tamanhos dos plantéis aumentam; segundo, o grau de frequência da propriedade de terras foi bastante alto, nunca inferior à 80% dos inventariantes.

De maneira semelhante, na tabela abaixo constata-se que à medida em que os tamanhos dos plantéis aumentavam a quantidade de propriedades declaradas em espólio aumentava também.

Tabela 13

Número médio de propriedades de terras declaradas por inventário em relação aos lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

	! Não-prop.!	! Pequenos !	! Médios !	! Grandes !
	! !	! Plantéis !	! Plantéis!	! Plantéis
	! !	! !	! !	! !
Lavradores	!	!	!	!
de	!	!	!	!
algodão	!	!	!	!
	2,4	3,5	3,7	5,1

Fontes: 113 inventários post-mortem da classe dos lavradores de algodão declarantes de propriedades de terras.

É interessante observar: primeiro, a correlação entre as duas variáveis, propriedade de terras e propriedade de cativos é crescente, ou seja, a frequência da propriedade fundiária aumenta à medida em que os tamanhos dos plantéis aumentam; segundo, o grau de frequência da propriedade de terras foi bastante alto, nunca inferior à 80% dos inventariantes.

De maneira semelhante, na tabela abaixo constata-se que à medida em que os tamanhos dos plantéis aumentavam a quantidade de propriedades declaradas em espólio aumentava também.

Tabela 13

Número médio de propriedades de terras declaradas por inventário em relação aos lavradores de algodão não-proprietários de escravos, donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

	! Não-prop.!	! Pequenos!	! Médios!	! Grandes!
	! !	! Plantéis!	! Plantéis!	! Plantéis!
	! !	! !	! !	! !
Lavradores	!	!	!	!
de	! 2,4	! 3,5	! 3,7	! 5,1
algodão	!	!	!	!

Fontes: 113 inventários post-mortem da classe dos lavradores de algodão declarantes de propriedades de terras.

Na tabela abaixo de número 14 examinamos os valores patrimoniais líquidos, isto é, a soma total dos patrimônios, deduzidas as dívidas passivas, a partir dos diversos grupos.

Tabela 14

Frequência da distribuição dos valores patrimoniais^a entre os lavradores de algodão não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

Valores em mil-réis			! Não-prop. !	Pequenos !	Médios !	Grandes !				
			! (%)	! Plantéis !	! Plantéis !	! Plantéis !				
			! (%)	! (%)	! (%)	! (%)				
Até		100	!	3	!	6	!	3	!	-
101	a	500	!	23	!	6	!	-	!	-
501	a	1.000	!	25	!	8	!	6	!	-
1.001	a	2.000	!	29	!	30	!	6	!	-
2.001	a	5.000	!	17	!	39	!	34	!	30
5.001	a	10.000	!	3	!	8	!	31	!	20
Acima	de	10.001	!	-	!	3	!	20	!	50

Fontes: 113 inventários post-mortem de lavradores de algodão. a- os valores patrimoniais correspondem aos valores líquidos dos patrimônios.

O grupo dos não-proprietários de escravos apresentou uma concentração entre as faixas de 101.000 réis e 5:000.000 réis. O grupo dos donos de pequenos plantéis apresentou uma concentração entre as faixas de 1:001.000 réis e 5:000.000 réis. O grupo dos donos de médios plantéis ficou entre as faixas de 2:001.000 réis e acima de 10:000.000 réis, e, o grupo dos donos de grandes plantéis apresentou uma

concentração semelhante ao grupo anterior.

De maneira análoga, a distribuição de frequência dos valores patrimoniais entre a classe dos lavradores de algodão e lavradores de cana e senhores de engenhos foi bastante diferenciada. Esta última apresentou uma amplitude 80 vezes maior entre a primeira e a última faixa. A classe dos lavradores de algodão apresentou uma amplitude 100 vezes maior entre a primeira e a última faixa. Isto pode significar que os processos de diferenciação social e econômica e de acumulação entre os lavradores de algodão se deu em maior dimensão. Este fato é compreensível à medida em que o cultivo de algodão, sendo mais fácil e de menor dispêndio do que a cana, pode representar maiores ganhos, em períodos de bons preços, quando os lavradores tinham à sua disposição terras e plantéis maiores.

3.3. Considerações Gerais

A classe dos lavradores de algodão apresentou médias bem inferiores em relação à variável terras, ao compararmos com a classe dos lavradores de cana e senhores de engenho. Os preços médios das propriedades foram bem inferiores e a frequência de terras em inventários atingiu um índice alto sempre acima de 80%, como também constatou-se a presença de

mais de uma unidade por inventário.

Do ponto de vista das benfeitorias, os lavradores de algodão apresentaram índices de participação declinantes nos inventários à medida em que o tamanho dos plantéis aumentava. Isto pode ser explicado pelo fato dos tamanhos dos plantéis assumirem grandezas proporcionais maiores na soma global dos bens dos espólios.

O produto apresentou cifras declinantes tanto na classe mais especificamente ligada ao algodão quanto à classe ligada à cana, no entanto, as diferenças proporcionais foram menores entre os grupos desta última do que em relação à primeira.

As dívidas ativas apresentaram um movimento descendente, sinalizando que à medida em que os tamanhos dos plantéis aumentava a atividade de empréstimo de dinheiro diminuía; fenômeno oposto ao que ocorreu em relação à classe ligada à cana-de-açúcar.

Em relação às dívidas passivas os índices de participação apresentaram-se decrescentes tanto na classe ligada à atividade algodoeira quanto àquela ligada a cana, à medida em que aumentava o tamanho dos plantéis.

Os donos de médios plantéis detiveram conjuntamente a

maior parcela do gado da região, 47%, embora o número médio de cabeças por inventário crescesse à proporção em que o tamanho dos plantéis aumentava. A formação de rebanhos era caracteristicamente modesta e sua distribuição relativamente homogênea.

Uma observação conclusiva notável diz respeito à presença de diversos maquinismos em relação aos grupos: o grupo dos donos de plantéis de tamanho médio destacou-se tanto em relação à classe ligada à atividade do cultivo de algodão quanto àquela da cana, por apresentar os maiores índices da presença de maquinismos nos inventários.

É importante notar que a associação entre a frequência dos inventários e o tamanho dos plantéis na classe dos lavradores de algodão foi decrescente; isto é, à medida em que os plantéis aumentavam de tamanho, a frequência diminuía. Este padrão associativo mostra que apesar do algodão ter sido uma cultura voltada para exportação assim como a cana, o comportamento do fator trabalho se deu de maneira diferente. Esta diferença pode ser entendida a partir do perfil da classe dos lavradores de algodão e de como desenvolviam suas estratégias de sobrevivência e acumulação. Os lavradores podiam com facilidade plantar o algodão, estocá-lo, vendê-lo em momentos mais vantajosos, e garantir sua subsistência com cultivos intercalados de milho e outras lavouras alimentares. A produção de algodão pois se

aproxima muito mais daquele modelo que WRIGHT chamou de produção camponesa familiar do que a produção de cana. Como veremos no capítulo posterior referente ao cultivo de mandioca, a associação daquelas variáveis vai se aproximar muito mais, proporcionalmente, do modelo de produção camponesa familiar do que a produção de algodão.

4. OS LAVRADORES DE MANDIOCA E CRIADORES

MANUEL CORREIA DE ANDRADE em seu clássico "A Terra e o Homem do Nordeste", (1) afirma que os solos da mandioca, feijão e frutas nunca disputavam terras com a cana. Estas culturas só eram plantadas em áreas em que a cana não interessava: "Eram pequenas lavouras feitas por escravos e moradores para o auto-abastecimento e venda da sobra, e por senhores de engenho e lavradores, às vezes, para o consumo de suas famílias e dependentes". E continua "...ainda hoje, na região da Mata e do Litoral Oriental, a fabricação de farinha se faz pelos mesmos processos da época colonial; a descrição de uma "casa de farinha" feita por NIEUHOF (2), em pleno domínio holandês, identifica-se com as casas de farinha existentes nas grotas e nas chãs dos nossos atuais engenhos." JOFFILY comenta a ocupação dos solos nas áreas de brejos: "os sítios não começarão com a fixação ou residência dos seus proprietários; serão simples queimadas, formando clareiras nessas grandes matas, onde se fazia a plantação de mandioca, milho e feijão, havendo ao lado ou no centro a casa de aviamentos, coberta de pindoba, catolé ou sapé" (3).

1. ANDRADE, Manoel Correia - "A Terra e o Homem do Nordeste". Quarta edição, S. Paulo, Ciências Humanas, 1980.

2. NIEUHOF, Joan - "Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil". S. Paulo, Martins, 1942, p. 284 apud ANDRADE

4.1. A Mandioca: o cultivo e as técnicas

GABRIEL SOARES DE SOUSA (4) afirma que os índios plantavam a mandioca "em covas redondas como melões muito bem cavadas". Em cada cova enfiavam "três ou quatro pauzinhos de rama, de palmo e meio cada um". As estacas eram quebradas a mão, ou cortadas a faca, por ocasião do plantio, "porque fresco deitam leite pelo corte, donde nascem e se geram as raízes...fazem-se estas plantas mui ordenadas seis palmos de uma cova a outra."

HANS STADEN (5), descrevendo o plantio por ele observado em Iperoig, Ubatuba, São Paulo, com mulheres Tupinambá, no ano de 1554, diz que queimado o mato, "... fincam as mudas da planta de raízes que usam como pão...", depois, "arrancavam os arbustos, destacavam-lhes as raízes e enterravam de novo os pedaços das hastes."

JEAN DE LERY (6) descreveu o processo de multiplicação

3. JOFFILY, Irineu - "Notas sobre a Parahyba". Brasília, Theasaurus, 1978. (A primeira edição é de 1892).

4. SOUZA, Gabriel Soares - "Tratado Descritivo do Brasil em 1587". S. Paulo, 1938, p. 187 apud SCHMIDT, p. 133-134.

5. STADEN, Hans - "Duas viagens ao Brasil". S. Paulo, 1942, p. 162 apud SCHMIDT, p. 136.

6. LÉRY, Jean de - "Viagem à Terra do Brasil". S. Paulo,

por estacas com certa admiração: "O mais admirável, porém, nessas raízes é o modo de se produzirem no Brasil. O caule é mole e frágil como o do cânhamo, e basta quebrar e enterrar um pedaço dele para que, sem maiores cuidados, três meses depois estejam formados sob a terra grossas raízes."

O TRATO. Quando a roça ficava com certa idade o mato aparecia e era necessário fazer a limpa que dependia do terreno, em geral sendo mais ou menos em número de três. A mandioca atingia sua plenitude em um ano. "Quanto mais nova, mais polvilho dá, depois de um ano. Quarenta litros de farinha dão quase dez litros de polvilho. Na terra, aguenta até três anos, e mesmo três anos e meio. Depois dá para trás. Fica aguacenta. Para desmanchar em farinha, a melhor idade é de dois anos a dois anos e meio. Para consumo direto, ela está melhor, mais macia, é de um ano em diante, até ano e meio. Depois fica mais áspera, mais trigueira, no assar e no cozinhar" (7).

SCHMIDT em seu livro "Lavoura Caiçara" entrevistou vários caiçaras do litoral paulista, como também sistematizou uma vasta bibliografia de cronistas coloniais e viajantes do século XIX. Pelas descrições do autor, percebe-se que pouco ou quase nada mudara nas técnicas e nos maquinismos de beneficiamento da mandioca. Esta observação

s.d., p. 114 apud SCHMIDT, p. 136.

7. SCHMIDT - Op. cit., p. 26.

vai na mesma direção daquelas feitas por MANOEL CORREIA, algumas linhas atrás, assinalando que as casas de farinha de hoje do Nordeste se assemelham com àquelas descritas por NIEUHOF, em pleno período holandês. Algumas variações tinham muito mais um significado regional, sem representar mudanças substantivas.

4.1.1. A casa de farinha e os aviamentos.

A seguir veremos a título ilustrativo, a descrição feita por PISO (8) sobre o processo de fabricação da farinha no Nordeste, que segundo MANOEL CORREIA seria praticamente o mesmo processo desde os tempos coloniais.

O processo de colheita e transformação da mandioca denominava-se no Nordeste desmancha ou farinhada. "A casa de farinha é um vasto telheiro sustido por colunas de madeiras ou alvenaria. A mandioca, entulhada ao meio da casa, é, comumente, raspada por mulheres, sentadas ao chão, armadas de quicés." E prossegue: "Raspada a mandioca ralam-na num caitetu de lata, preso a uma espécie de mesa com bordas, o cevador, e acionada pela polia de relho de uma grande roda, que chia irritante, tangida por dois homens robustos, nus da

8. PISO, Guilherme - "História Natural do Brasil Ilustrada". S. Paulo, Nacional, 1948 apud SCHMIDT, op. cit., p.37.

cintura para cima, untados de suor, com músculos que reluzem, como tendões de bronze, no esforço. Em algumas fazendas, move-o uma bolandeira, grande com roda puxada por bois ou burros. Aquela papa de mandioca ralada, a massa, vai então para a prensa, enorme armação de madeiras rijas, o braço ou parte superior de pau-d'arco empenado, as virgens, madeiras de sustentamento, de aroeira; tudo de grande força e de grande rusticidade. A mandioca encartuchada em palhas de carnaúba e depositada numa parte funda, uma espécie de caixa, armada na mesa da prensa, e espremida por um grosso e pesado chaprão, empurrado por um brinquete, um toro curto de forte madeira. O braço da prensa, abaixando-se vagarosamente por meio de um alto parafuso feito de grosso cerne, movido pelo preneiro presa no brinquete que vai empurrando o chaprão sobre a massa. Por baixo da prensa, escorre a manipuera, ou o caldo esverdiado da massa, o sumo venenoso da mandioca espremida. Depois de impressada a massa é peneirada no cocho e torrada num grande forno de alvenaria, com as fendas dos tijolos largos mal tapadas de barro. Mexe-a com uma longa vara um mestiço indolente, o forneiro, mascando o mapinguin, resmungando em voz baixa versos toscos do sertão, rindo simiescamente das prosas das raparigas da tulha, de quando em quando tossindo sobre a farinha alvadia, à inaturável afumadura da lenha resinosa, escapando-se pela frinchas da malfeita parede" (9).

9. PISO apud SCHMIDT - Op. cit., p.35-38.

Em nossa documentação a maior parte dos maquinismos declarados se constituia em casas de farinha - em geral, nos espólios mais ricos - onde havia um conjunto mais completo de utensílios e cujo processo se dava em separado das casas residenciais dos titulares dos inventários. Noutros, especialmente aqui, na classe dos lavradores de mandioca e criadores, havia uma maior frequência de aviamentos de fazer farinha, menos valorizados, presentes em espólios mais modestos. Como SCHMIDT assinalou, a declaração de simples aviamentos se aproximava muito às descrições dos viajantes, ao observarem diferenças entre os lugares de fabrico da farinha. Segundo suas observações, o processo da fabricação da farinha muitas vezes se dava dentro das próprias casas de morada, associando tal procedimento como tendo origem indígena. Outros usavam alpendres, espécies de terraços, onde ficavam alojados os utensílios mais simples de aviamento; outros ainda, tinham um lugar próprio - a casa de farinha - em separado, para a fabricação do polvilho. Estes últimos, ao nosso ver, se aproximam mais das descrições das casas de farinha de nossos inventários.

VIANNA (10), estudando Campina Grande, município do

10. VIANNA, Marly de Almeida Gomes - "A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande, 1840-1905". Campina Grande, UFPb-II, 1985, dissertação de mestrado.

agreste paraibano, durante a última metade do século passado, identificou a existência de casas de farinha nos inventários post-mortem na seguinte proporção: 1840 a 1852 = 10,5%; 1854 a 1888 = 16% e entre 1889 a 1905 = 23%, perfazendo uma média de 17% ao longo dos 60 anos pesquisados. Como veremos mais adiante, na região de Bananeiras a presença de casas de farinha na classe dos lavradores de mandioca e criadores ficou em torno de 38% dos inventários; enquanto na classe de lavradores de cana/senhores de engenho e na de lavradores de algodão, a média ficou em torno de 60%. Esta evidência nos coloca uma pergunta: por quê então conceituar a classe denominada lavradores de mandioca e criadores, se a presença de indícios que caracterizam-na enquanto tal, aparece em menores proporções do que comparativamente em relação às outras classes? Duas ordens de pensamento se associam na elaboração conceitual das categorias de produtores. A primeira diz respeito à leitura mais empírica portanto mais imediata dos dados que trabalhamos, isto é, a descrição destes inventários caracterizam-se estritamente por apresentar aviamentos de farinha e gado. Seus titulares são essencialmente pequenos produtores de gêneros alimentícios que, supomos, trocavam seus eventuais excedentes nas feiras regionais, e adquiriam rapaduras, aguardentes, tecidos, sal. A segunda, não menos importante que a anterior, relaciona-se com uma concepção mais tradicional da historiografia que entende, por exemplo, no caso específico dos senhores de

engenho, que apesar de produtores também de alimentos, seriam muito mais uma categoria de produtores voltada para a comercialização com mercados externos. Nossa tentativa foi portanto de associar estes dois conceitos para a formulação das categorias de produtores, mesmo sabendo o quanto qualquer sistema classificatório pode ser falso e problemático, particularmente no tocante ao processo histórico, onde a realidade se movimenta e se organiza de forma muito mais complexa. Entretanto, tal sistema classificatório pareceu-nos uma ferramenta útil para o entendimento desta formação social e econômica.

4.2. O gado: seu papel na historiografia.

O gado é visto desde os tempos coloniais pelos cronistas e historiadores contemporâneos como uma atividade subsidiária à atividade da cana-de-açúcar. Ele fazia parte da força motora das almanjarras e do transporte dos partidos de cana para o engenho, e deste para os portos de embarque. Se ele representava um auxílio para a atividade da cana, por outro lado, representava também um certo empecilho, pois a inexistência de cercados e mesmo a presença destes, não impedia do gado sair de áreas próprias e invadir outras áreas, destruindo as plantações. Este aspecto problemático teria ajudado, segundo os historiadores, a penetração e

ocupação humana das áreas interioranas. MANOEL CORREIA entende que a guerra aos batavos teria sido um dos fatores de ocupação do solo agrestino: as companhias de emboscadas comandadas pelo governo português na Bahia usavam os caminhos mais difíceis para destruir as áreas dos canaviais submetidos ao domínio holandês. Outros dois fatores: a ação destrutiva ao Quilombo dos Palmares e à Confederação dos Cariris teriam contribuído também para a ocupação do solo. A guerra empreendida pelos portugueses contra os índios cariris, revoltados contra a pressão cada vez maior dos pecuaristas que lhes tomavam as terras e os espremiavam nas serras mais altas e nos brejos menos acessíveis aos brancos, possibilitou a ocupação do Agreste e parte do Sertão (11). Uma outra parte do Sertão teria sido ocupada por dois movimentos a partir do século XVII: 1. efetuado pela Casa da Torre, atingindo o baixo sertão pelos rios São Francisco e Piancó; 2. um outro, efetuado a partir do rio Paraíba e seus formadores, e do rio Pajeú. Os Cariris Velhos teriam sido alcançados a partir do sertão, seguindo as cabeceiras do rio Paraíba para o norte, por Pernambuco, pelo rio Taperoá, caminho este seguido pelos Oliveira Ledo (12).

11. CORREIA, Manoel - Op. cit., p. 125.

12. OLIVEIRA VIANNA, Francisco José - "Evolução do Povo Brasileiro". S. Paulo, Monteiro Lobato & Cia, 1923, p. 72-80. Este autor está se baseando na descrição de: MAGALHÃES, Basílio de - "A Conquista do Nordeste no Século XVII". Revista Trimensal, v.85, s.d.

Com a destruição do Quilombo dos Palmares e da Confederação dos Cariris, diz MANOEL CORREIA, os governadores passaram a doar sesmarias nas ribeiras dos rios Paraíba do Norte, do Capibaribe, do Ipojuca, e do Una. As extensões de terras doadas em sesmarias tinham quase sempre 3 léguas de comprimento por 1 de largura, isto é, uma superfície superior a 10.000 hectares. Na documentação por nós coletada, a grande maioria não apresentava medições, entretanto, as poucas que declararam são coerentes com a informação acima. Em geral, elas se encontravam - no período por nós estudado - já bastante subdivididas, resultantes dos processos de partilhamento de heranças.

Escrevendo suas "Notas sobre a Parahyba", em 1892, JOFFILY entendia que em tempos coloniais a criação era atividade insignificante na capitania. Este dedicado autor - de formação jurídica - não menciona as fontes trabalhadas. No período que estava escrevendo, as fontes mais comuns utilizadas eram os cronistas coloniais. No capítulo concernente a "Creação e Industrias" ele cita, de passagem, o documento "Idéa da População da Capitania de Pernambuco e suas anexas" (13) e nenhuma outra fonte. Argumenta que a

13. Este documento foi utilizado por JOFFILY antes de ser publicado nos Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, v. 40, 1918, p. 1-111, através de cópia cedida pelo historiador CAPISTRANO DE ABREU. O título completo do documento é: "Idéa da População da Capitania de Pernambuco, e das suas anexas, extensão de suas Costas, Rios e Povoações notáveis, Agricultura, numero de Engenhos, contratos e Rendimentos Reaes, augmento que estes tem tido etc., desde

insignificância da criação apoiava-se em três fatores: primeiro, apesar da pequena população civilizada (leia-se: não-indígena) da capitania, a sua pecuária não a abastecia; segundo, porque o publicista holandês HERCKMAN (14) que escrevera um opúsculo nos tempos do domínio flamengo, observara que os senhores de engenho sustentavam seus trabalhadores com peixes; e terceiro, porque tendo o Rio Grande do Norte, na ocasião, menor desenvolvimento agrícola, possuía entretanto maiores rebanhos, e com ele supria as capitanias de Paraíba, Itamaracá e Pernambuco. Portanto, para este historiador paraibano, a indústria pastoril só teria começado depois dos exploradores terem subido o planalto da Borborema e os paulistas terem penetrado o Piancó. Cem anos tinham se passado entre a colonização da cidade da Paraíba até a colonização dos sertões (15), e o

o ano de 1774 em que tomou posse do Governo das mesmas Capitanias o Governador e Capitão Geral General José Cezar de Menezes".

14. JOFFILY se refere ao opúsculo "Descrição Geral da Capitania da Paraíba" de autoria do holandês Elias HERCKMANS escrito em 1639, recentemente reeditado pela União Cia. Editora, João Pessoa, 1982.

15. Para JOFFILY a designação sertão está relacionada ora com a idéia das terras que iam além das últimas cultivadas na várzea do rio Paraíba, sugerindo serem estas as extremidades habitadas por "populações civilizadas"; ora adquire um sentido mais atual, significando a zona semi-árida, além do planalto da Borborema. KOSTER também faz referência a esta idéia dando significado semelhante: "a palavra sertão é empregada de maneira indefinida, não somente significando o interior, mas às vezes, grande parte da costa cuja população é parca". KOSTER, Henry - "Viagens ao Nordeste do Brasil (1817)". Trad. Luís da Câmara Cascudo. Rio de Janeiro, Nacional, 1942. p. 94. CAPISTRANO DE ABREU em seu "Capítulos de História Colonial" identifica dois sertões, segundo CAIO PRADO JÚNIOR, com muita

povo da capitania ocupava-se da agricultura; a criação não existia, senão enquanto currais dependentes dos engenhos, situados à margem dos rios Paraíba e Mamanguape, a algumas dezenas de léguas do litoral (16). Mais adiante, afirma que as primeiras sesmarias deveriam ter sido doadas aos "agregados dos fazendeiros do sertão, que allí fazião plantar lavouras para mais facil abastecimento de todo o pessoal das fazendas e dos aventureiros que o acompanhavão como soldados; ...no sertão, porque tinhão necessidade de terras para criar seus gados; - nos brejos, para - plantar suas lavouras afim de suprirem suas fazendas - ou para terem mantimento para a guerra do gentio brabo"(17). Entretanto, como vimos no capítulo referente aos lavradores de cana/senhores de engenho, algumas unidades possuíam mais de 100 cabeças de gado bovino, dado que caracteriza uma pequena pecuária comercial, já que, um engenho grande movido a animais exigia no máximo 3 dezenas de cabeças.

propriedade: o sertão interior, seria aquele correspondente ao sertão baiano, de onde partiam os povoadores e suas fazendas de gado; e o outro sertão externo, aquele correspondente ao pernambucano, mais próximo ao litoral. Estamos nos referindo a obra "Formação do Brasil Contemporâneo" deste último autor. Décima-oitava edição, Brasiliense, S.Paulo, 1983.

16. JOFFILY - Op.cit., p. 193.

17. Idem, ibidem, p. 199-200.

4.2.1. A rotina: a vaquejada, os currais, os trabalhadores, as espécies de rebanhos e as feiras.

Sobre a rotina da atividade criatória conta-nos JOFFILY que a origem da vaquejada (18) - festa popular em toda a área pecuarista - está relacionada com o hábito das juntas e apartações, palavras que designavam a prática de busca e separação do gado pertencente a administração de diferentes vaqueiros, oriundo de diversos lugares e propriedades. Tais reuniões foram pouco a pouco adquirindo um caráter mercantil e dando origem às futuras feiras regionais.

Comenta a simplicidade das benfeitorias do criatório e a modéstia das construções, compondo-se de currais feitos de caiçara e pau-a-pique com um pátio em frente, onde eram arrancadas as árvores, e em seguida, deixava-se crescer o pasto. Nas fazendas onde moravam os donos, suas casas eram denominadas "casa-grande" para as distinguir da do vaqueiro. Esta visão sobre a rusticidade desta atividade confirmou-se na documentação por nós coligida. Designações como currais, cercados, estribarias eram comuns à época, não aparecendo seus valores destacados da propriedade fundiária, estando inclusos no valor global das terras.

18. CASCUDO, Luis da Câmara - "Tradições Populares da Pecuária Nordestina". Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1956. p.13-25.

Os trabalhadores envolvidos não eram em grande número. Consistia no vaqueiro e alguns ajudantes, em geral mestiços, forros chamados alugados ou fábricas que faziam os serviços auxiliares, recebendo em espécie, além de casa e comida (19). O pagamento ao vaqueiro feito sempre em espécie denominava-se quarta, correspondente à quarta parte da produção; e para os demais, um número anteriormente combinado de bezerros ou poltros. Denominava-se ferra o dia destinado à partilha do gado. Aqueles que tangiam à pé as boiadas para a área úmida, fazendo viagens de muitas léguas, eram chamados tangedores ou tangerinos. Para essas longas caminhadas, assim como para os dias inteiros a perseguir os animais bravios nas caatingas, o habitante do Agreste e do Sertão tinha uma alimentação própria. Em um alforje de couro, o mocó, levava a paçoca - carne seca pisada no pilão com farinha - e a rapadura. Também costumava levar o camboeiro - carne seca cortada miudinha com farinha - e um saco de couro, utilizado para transportar água que aí se conservava fria (20).

Comentando as demarcações de terras, JOFFILY observava a

19. DIEGUÉS JÚNIOR, Manuel - "Regiões Culturais do Brasil". Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, Rio de Janeiro, p.154; PRADO JÚNIOR, Caio - Op. cit.

20. CASCUDO, Luis da Câmara - "História do Rio Grande do Norte". Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, s/d., p.116.

completa inexistência de tal hábito. Os vizinhos faziam convenções verbais tomando por referências acidentes geográficos, algumas árvores notáveis, como por exemplo, um cajueiro, etc.; para atravessar as propriedades era necessário antes avisar e pedir licença ao vaqueiro ou proprietário. No caso de animais fugidios, os vaqueiros pediam campo, o que significava pedir licença e auxílio para catar o bicho. Naquela época, ninguém podia se recusar a dar campo (21). Comentando com grande admiração os costumes típicos, a perícia e os feitos dos vaqueiros, ele nos conta os momentos de bravura, coragem e ousadia destes personagens no momento da busca de um novilho barbatão fujão: "...Não havia obstaculo vencido pela rez bravia que não pudesse ser vencido pelo cavaleiro, o qual, mantendo-se em posição horisontal, com a cabeça apoiada no pescoço de seu amestrado cavallo de fabrica, e segurando por uma extremidade a aguilhada de tres metros de comprimento, acabava sempre por lançal-a por terra. A queda era motivada por um forte e rapido impulso lateral que o vaqueiro dava ou puxando a cauda da rez, - queda de rabo -, ou por meio do ferrão de sua aguilhada - queda de vara -; e quando o impulso era tal que, na perda do equilíbrio, a rez gyrava sobre o lombo, chamavão - virar o mocotó -: e essa grande prova de destreza fazia o orgulho desses centauros" (22).

21. JOFFILY- Op. cit., p. 209-210.

22. Idem, ibidem, p. 237.

JOFFILY comenta as espécies de animais mais comuns: gado vacum, cavalari, muar, cabrum e ovelhum. Em relação ao nosso estudo, a criação de ovelhas restringia-se a um plano muito modesto. As raças em geral não eram objeto de aprimoramento e zelo especial; eram criadas de forma extensiva sem grandes cuidados, o que fez o autor concluir: " não conhecem outro methodo de criar senão este de entregar o gado á natureza, sem consultar a capacidade das pastagens, e sem a menor prevenção a respeito das forragens..."(23).

As feiras mais próximas da região eram as de Campina Grande e Itabaiana, onde os preços do kilo da carne verde por volta de 1892 eram em torno de 200 réis. Entretanto, as feiras de Recife e Olinda exerciam também forte influência na região. O fabrico de queijo era uma atividade de bons rendimentos no sertão onde produzia-se dois tipos chamados Seridó e Santa Rosa. A manteiga, estranhamente, tinha pouco uso no interior da província. As rapaduras e as aguardentes eram produtos trocados com os queijos entre as zonas do Sertão e do Agreste (24).

A criação de ovelhas percorre todo o Sertão e também, em pequena escala, o Agreste, se comparamos com a criação

23. Idem, ibidem, p. 211.

24. Idem, ibidem, p. 215.

bovina. Dela não se extraía nem a lã nem o leite - o que é compreensível em relação ao primeiro sub-produto, porém, é de se estranhar a não-utilização do segundo. Apenas se consumia a carne. Por outro lado, a criação de cabras tinha aumentado bastante, naquela ocasião, segundo JOFFILY, por sua resistência às intempéries das secas e também pelos bons preços que a pele recebia na ocasião. As populações mais pobres viviam quase que exclusivamente de sua carne e do leite (25).

CAIO PRADO JÚNIOR, comentando o número de cabeças de gado em relação às fazendas, asseverou: "O número de cabeças de uma fazenda é naturalmente variável; a importância dela não é aliás avaliada por aquele número, que em regra não se conhece ou não se toma em consideração, mas pelo número de bezerros que "amansa", isto é, que cria anualmente. Este número é nas boas fazendas de 1.000 bezerros; vai às vezes 2.000. Mas a regra comum está muito abaixo destes máximos" (26). Mais adiante diz: "De sorte que uma fazenda, mesmo das boas, não podia fornecer anualmente mais que uma boiada de 250 a 300 cabeças" (27). Identificou as áreas de criação

25. Idem, ibidem, p. 212.

26. PRADO JUNIOR, Caio - Op. cit., p. 193. Aqui o autor está se baseando na "Memória relativa às capitânicas de Piauí e Maranhão (1810)" cuja autoria é de Francisco Xavier Machado na qual lista as fazendas. CAIO PRADO em nota de rodapé de número 20 relativiza bastante aquelas enormes cifras, afirmando que mesmo as Fazendas Reais do Piauí, em número de 35, raramente atingiam aquelas cifras e conclui que a grande maioria estava abaixo de 500.

em seu estudo: "Sem acompanhar a evolução da pecuária nos três primeiros séculos da colonização, restrinjo-me aqui ao assunto que propriamente nos interessa. Em princípios do século passado, distribuía-se a criação em três grandes zonas: os sertões do Norte, a parte meridional de Minas Gerais, e finalmente as planícies do Sul, incluindo os Campos Gerais (Paraná), mas sobretudo o extremo-sul, o Rio Grande" (28). E prossegue afirmando que em princípios do século passado, toda a vasta área que ocupava a margem oeste do rio São Francisco, hoje pertencente ao estado da Bahia, outrora à capitania de Pernambuco, mais a parte oeste da Paraíba, Rio Grande do Norte, as partes do sul do Ceará, Piauí e Maranhão foi destinada à criação "de gado vacuum para abastecimento da densa população desta zona agrícola que se estende ao longo do litoral, desde a Paraíba até a Bahia, bem como, o Maranhão, também, embora já em pequenas proporções..."(29). Tal informação, restringe a zona criatória à parte mais especificamente oeste da província, e neste sentido, tal observação se alinha com aquela feita por JOFFILY algumas linhas mais acima.

Focalizaremos na seção que segue a presença de pequenos

27. PRADO JUNIOR, Caio - Op. cit., p. 195. Aqui o autor se apoia no escrito anônimo "Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí".

28. Idem, ibidem, p. 189.

29. Idem, ibidem, p. 190.

rebanhos em área pouco explorada pelos historiadores, o Agreste nordestino, e também a presença do cultivo da mandioca nos últimos anos do trabalho servil.

4.3. Perfil econômico e social dos lavradores de mandioca e criadores.

Na tabela que segue demonstramos a relação entre as variáveis propriedade e não-propriedade da mão-de-obra escrava entre as diversas classes de produtores, como também entre os grupos de donos de pequenos, médios e grandes plantéis da classe de lavradores de mandioca e criadores.

Tabela 1

Frequência da distribuição da propriedade e não-propriedade escrava entre as diversas classes de produtores: 1830 - 1888. (Em percentagem).

Lavradores de mandioca e criadores.....	64,0 %
Não-proprietários de escravos.....	31,0 %
Donos de pequenos plantéis.....	24,0 %
Donos de médios plantéis.....	8,0 %
Donos de grandes plantéis.....	1,0 %
Outras classes de produtores.....	36,0 %
Lavradores de cana e senhores de engenho.....	10,0 %
Lavradores de algodão	26,0 %
Todas as classes de produtores.....	100,0 %

Fontes: 447 inventários post-mortem. A classe de lavradores de mandioca e criadores contém 289 inventários.

Vamos nos deter a partir daqui na análise da classe dos lavradores de mandioca e criadores.

A categoria - lavradores de mandioca e criadores - diz respeito aos indivíduos que frequentemente exerciam estas duas atividades econômicas, de maneira simultânea ou exclusiva. A razão que nos levou a colocar estas duas categorias - lavradores e criadores - juntas, deve-se à nossa hipótese de que os indivíduos de uma e outra categoria exerciam, de forma simultânea, ambas atividades, apesar de algumas vezes não estarem explicitadas na

documentação.

Como mostra a tabela acima 64% dos inventários apresentaram características coerentes com o conceito de lavradores de mandioca e criadores; 31% destes, não se constituíram em proprietários de escravos (30); enquanto outros 24% eram donos de pequenos plantéis (31); 8,0% deles eram donos de médios plantéis (32); e 1,0% eram donos de grandes plantéis (33).

Em resumo, a maior parte da população que deixou espólios nesta região e neste período, se constituía em lavradores de mandioca e criadores, sendo que 33% eram proprietários de escravos contra outros 31% não-proprietários. É notável a participação dos lavradores de mandioca e criadores no rol dos titulares de inventários

30. Veja a relação dos inventários deste grupo na seção de fontes, discriminados por ordem cronológica. Fazem parte deste grupo 138 inventários dos quais apenas 20% foram utilizados para elaboração da tabela 2, o que equivale a 27 documentos.

31. Veja a relação dos inventários deste grupo na seção de fontes, discriminados por ordem cronológica. Fazem parte deste grupo 108 inventários. Para elaboração da tabela 3 utilizamos apenas 20% deles o que equivale a 21 documentos.

32. Veja a relação dos inventários deste grupo na seção de fontes, discriminados por ordem cronológica. Fazem parte deste grupo 38 inventários. Para elaboração da tabela 4 utilizamos apenas 20% deles, o que equivale a 7 documentos.

33. Veja a relação dos inventários deste grupo na seção fontes, discriminados por ordem cronológica. Fazem parte deste grupo 5 inventários os quais foram todos utilizados para a elaboração da tabela 5.

proprietários de mão-de-obra escrava. Se imaginamos um círculo dividido em três partes praticamente iguais, $2/3$ partes correspondem aos indivíduos ligados à classe dos lavradores de mandioca e criadores, sendo que a metade desta fração, $1/3$, corresponde aos indivíduos donos de cativos e a outra metade, $1/3$, corresponde aos indivíduos não-proprietários de escravos. O outro $1/3$ restante corresponde aos indivíduos ligados às classes produtoras de cana e algodão.

4.3.1. Os lavradores de mandioca e criadores sem escravos.

Neste grupo aparecem 138 inventários dos quais trabalhamos com uma amostra de 20% deste total para elaboração da tabela abaixo.

Como veremos mais adiante 83% deste grupo declarou propriedades de terras e, em média, 2,3 propriedades por inventário. O valor médio das terras ficou em torno de 354.000 réis. O valor mais baixo declarado foi 5.000 réis e o mais alto, 2:000.000 réis. A maior parte das designações referem-se à "uma pequena parte de terras localizada em ...", ou, "um pedaço de terras localizado em ...". Pouco

mais de uma dezena de inventários apresentou medições de terras. Alguns espólios apresentaram a participação relativamente alta deste item (80% a 96%) em relação ao restante do grupo. A média percentual da participação das terras no valor global dos inventários foi de 31%, o que representa a média mais alta em relação a todos os grupos desta classe.

As benfeitorias foram declaradas na maior parte dos espólios, e equipamentos como aviamentos de fazer farinha, casas de farinha, currais, cercados e açudes foram frequentemente encontrados nesta documentação. Em tabela própria mais a frente discorreremos sobre a frequência do maquinismo de processamento da mandioca associada à presença de gado, por ora, apenas demonstraremos sua participação na composição da riqueza do grupo. Quanto aos currais, cercados e açudes, estes aparecem explicitamente na documentação, porém seus valores estão embutidos nos valores das propriedades. Foi o único grupo que apresentou uma média percentual de 3%; o restante apresentou valores abaixo de 1% do total do valor do patrimônio bruto.

Tabela 2

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de mandioca e criadores não-proprietários de escravos. (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	produto ^c	div. at. ^d	div. pas. ^e
1-	72	12	-	-	-
2-	2	-	84	1	-
3-	96	-	-	1	-
4-	16	1	79	-	5
5-	3	2	76	-	-
6-	8	-	92	-	-
7-	2	-	93	-	(i)
8-	31	-	58	-	-
9-	10	-	77	1	-
10-	9	-	75	-	-
11-	5	-	58	6	3
12-	17	18	27	7	-
13-	(i)	-	41	17	42
14-	40	-	59	-	-
15-	83	-	-	-	-
16-	81	-	17	-	14
17-	45	-	38	-	8
18-	69	2	3	-	-
19-	82	5	-	-	-
20-	39	(i)	45	(i)	-
21-	75	3	-	15	-
22-	3	17	70	-	-
23-	5	-	84	-	-
24-	12	10	57	5	-
25-	8	2	45	17	2
26-	14	*	35	-	24
27-	12	-	82	-	-
	31	3	48	2	4

Fontes: 138 inventários post-mortem. Na última linha horizontal estão as médias aritméticas dos valores das colunas verticais. O hífen (-) corresponde a não declaração do item no inventário. O (i) significa um valor abaixo de 1%.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.
 (b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) Produto declarado se refere às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas dos itens terras, benfeitorias, produto, dívidas ativas não somam 100% na horizontal porque não entram nesta tabela outros itens tais como casas, mobília, jóias, etc cujas grandezas são desprezíveis.

O produto é o resultado da atividade imediata dos lavradores de mandioca e criadores. São roças de mandioca declaradas assim: " 400 covas de mandioca na Fazenda Velha, valendo 20.000 réis " (34), ou x cabeças de gado vacum, discriminadas por idade e sexo, por exemplo: y quantidades de vacas paridas, z quantidades de novilhas, m quantidades de garrotes, n quantidades de bois mansos. Nunca apareceu a designação touro. No que diz respeito à raça cavalariça, ela não é apresentada com tantos detalhes em relação à variável idade. São declarados simplesmente cavalos ou éguas, e algumas vezes estes animais são referidos por nomes próprios ou por características, por exemplo, malhado, branco, negro. Este grupo apresentou a média percentual mais alta em relação aos outros desta classe. As dívidas ativas são inexpressivas demonstrando que o grupo como um todo, apenas apresentou um ou outro espólio onde sua participação atinge 17% do total do patrimônio bruto. As dívidas passivas não apresentaram uma participação substancial.

34. Inventário de João Onofre Barboza, 1867, m. 7, A.C.S.O.

4.3.2. Os lavradores de mandioca e criadores donos de pequenos plantéis.

Quase 30% dos inventários deste grupo não declararam propriedade de terras. Outros apresentaram uma participação deste item que atinge 50% da riqueza total do espólio. Outros ainda apresentaram uma participação muito baixa chegando a 1%. Diferentemente do grupo anterior, a participação deste item não atinge patamar tão elevado quanto 80%. A média de propriedades fundiárias declaradas por inventário foi de 2,5% e a média de seu valor foi de 588.000 réis. O valor mais baixo encontrado foi 6.000 réis e o mais alto foi 1:800.000 réis.

No que diz respeito às benfeitorias uma boa parte não as declara de forma discriminada, embutindo seu valor no preço da terra. Alguns inventariantes quando o fazem apresentam valores cujas cifras ficam abaixo de 1% do total da riqueza do espólio.

Tabela 3

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de mandioca e criadores donos de pequenos plantéis. (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
1-	8	6	79	-	7	-
2-	-	-	29	35	-	19
3-	-	-	55	33	-	-
4-	10	2	22	45	10	2
5-	-	-	97	-	-	4
6-	55	-	24	5	-	-
7-	55	(i)	18	11	11	3
8-	14	-	73	8	-	-
9-	1	-	22	67	-	-
10-	24	1	22	35	-	-
11-	-	-	58	-	39	-
12-	36	-	54	(i)	-	-
13-	19	-	52	-	23	17
14-	4	-	95	-	-	-
15-	31	1	14	12	-	-
16-	-	-	81	36	4	-
17-	-	-	9	-	81	7
18-	11	-	68	15	-	-
19-	-	-	53	-	13	1
20-	2	1	42	13	-	-
21-	53	3	14	1	23	3
	15	(i)	47	15	10	3

Fontes: 108 inventários post-mortem. O hífen (-) significa não declaração do item no inventário. O (i) significa um valor abaixo de 1%. Na última linha horizontal estão as médias aritméticas dos valores das colunas verticais.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medida em réis.

(b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) Produto declarado se refere às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas dos itens terras, benfeitorias, produto, dívidas ativas não somam 100% na horizontal porque não entram nesta tabela outros itens tais como casas, mobília, jóias, etc, cujas grandezas são desprezíveis.

No item escravos, um inventário apresentou uma cifra baixa, 9%, e um outro, uma cifra muito alta, 97%, em relação à média geral do grupo, 47%.

Em relação ao produto, quase 1/3 dos espólios não apresentou nenhuma plantação de mandioca e nenhuma cabeça de gado. A média percentual deste item ficou em torno dos 15%, enquanto o grupo anterior, 48%. Esta grande diferença pode ser entendida a partir da existência de declarações de escravos no grupo dos donos de pequenos plantéis, o que faz com que as grandezas entre os outros itens assumam proporções menores.

Mais da metade dos inventários não apresentou dívidas ativas e passivas. Um espólio declarou dívidas ativas que atingiu a cifra de 80% da riqueza total, enquanto a média do grupo ficou em 10%. A inserção deste grupo na atividade de emprestar recursos monetários foi maior do que na função de tomadores de empréstimos.

4.3.3. Lavradores de mandioca e criadores donos de plantéis de tamanho médio.

Dez inventariados deste grupo não se constituíam em proprietários de terras, o que equivale a 1/4 do total. Cada inventário apresentou em média 2,3 propriedades por espólio. O valor mais baixo ficou em 10.000 réis e o mais alto em 2:400.000 réis. O valor médio ficou em torno de 538.000 réis. A percentagem média da participação deste item no conjunto dos espólios foi de 12%.

As benfeitorias neste grupo tiveram uma participação insignificante de maneira semelhante ao grupo anterior.

Os escravos se constituíram - no geral - no item de maior participação no total da riqueza destes patrimônios.

Tabela 4

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de mandioca e criadores donos de plantéis de tamanho médio. (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
1- 19	(i)	43	-	-	4	
2- 9	3	43	13	-	-	
3- -	(i)	98	(i)	-	6	
4- 4	(i)	59	24	10	1	
5- -	(i)	71	20	-	-	
6- 47	-	40	8	-	8	
7- 8	(i)	76	9	4	(i)	
12	(i)	61	10	2	2	

Fontes: 38 inventários post-mortem. O hífen (-) significa a não declaração do item no inventário. O (i) corresponde a um valor abaixo de 1%. Na última linha horizontal estão as médias aritméticas dos valores das colunas verticais.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.

(b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) Produto declarado se refere às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas dos itens terras, benfeitorias, produto, dívidas ativas não somam 100% na horizontal porque não entram nesta tabela outros itens tais como casas, mobília, jóias, etc, cujas grandezas são desprezíveis.

As plantações e o gado declarados se constituíram na média de 10% do total da riqueza dos espólios.

As dívidas ativas e passivas tiveram o mesmo nível de participação - 2% - nos patrimônios.

4.3.4. Lavradores de mandioca e criadores donos de grandes plantéis.

É notável a participação pequena do item terras neste grupo, 7% em média. A terra menos valorizada foi avaliada em 10.000 réis e a mais cara em 1:200.000 réis. O valor médio delas ficou em 873.000 réis. Os espólios apresentaram em média 2,8 propriedades por patrimônio e em 100% dos casos apresentaram terras próprias.

É notável também a grande participação dos escravos no montante total das fortunas, 76% em média.

Tabela 5

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de mandioca e criadores donos de grandes plantéis. (Em percentagem).

	terras	benfeitorias ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div. pas. ^e
1-	14	(i)	80	2	-	3
2-	3	(i)	90	2	-	1
3-	5	(i)	85	8	-	-
4-	6	4	42	49	-	-
5-	7	-	82	8	-	1
	7	(i)	76	14	-	1

Fontes: 5 inventários post-mortem. O hífen (-) corresponde a não declaração deste item no inventário. O (i) significa um valor abaixo de 1%. Na última linha horizontal estão as médias aritméticas dos valores das colunas verticais.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.

(b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) Produto declarado se refere às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas dos itens terras, benfeitorias, produto, dívidas ativas não somam 100% na horizontal porque não entram nesta tabela outros itens tais como casas, mobília, jóias, etc, cujas grandezas são desprezíveis.

A declaração de gado e de mandioca assume proporções diminutas, salvo um inventário no qual o gado participa com uma fração que atinge 49% do total do patrimônio. São mais de quatro centenas de cabeças de gado vacum declaradas.

As dívidas passivas assumem proporções inexpressivas, enquanto as ativas não foram mencionadas nenhuma vez em nenhum inventário, apesar de alguns patrimônios atingirem um nível de riqueza elevado para os padrões da região e da classe em questão. A riqueza é constituída basicamente por cativos.

Na tabela-síntese 6 abaixo, resume-se os resultados das médias percentuais em relação a participação de cada item na composição total da riqueza dos inventários dos diversos grupos da classe dos lavradores de mandioca e criadores.

O item terras assume frações bem menores se o comparamos com as proporções que este item assume em relação às classes dos lavradores de cana/senhores de engenho e dos

lavradores de algodão. Vale assinalar entretanto que a participação das terras na composição dos patrimônios assume proporções declinantes à medida em que o tamanho dos plantéis cresce. Esta relação pode ser entendida a partir do aumento proporcional do valor que a força de trabalho cativa sofre sem, em contrapartida, ter havido um incremento similar na valorização das terras.

As benfeitorias assumiram grandezas inexpressivas em termos monetários, podendo-se entender daí a extrema rusticidade que envolvia os equipamentos ligados ao processamento de mandioca e à criação do gado. As maiores cifras relativas a este item ficaram por conta dos senhores de engenho, como era de se esperar; em segundo lugar, ficou por conta dos lavradores de algodão, e por último, dos lavradores de mandioca e criadores.

O item escravos assume as maiores cifras proporcionais se compararmos com as classes ligadas à cana e ao algodão. Este dado pode ser explicado a partir da evidência de que os escravos constituíam-se na maior fatia de riqueza da classe dos lavradores de mandioca e criadores, por outro lado, em relação às outras duas classes, a riqueza estava menos concentrada no fator trabalho.

Tabela-síntese 6

Participação dos bens na composição da riqueza^a dos lavradores de mandioca e criadores não-proprietários e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis. (Médias de percentagens).

	terras	benf. ^b	escravos	produto ^c	div.at. ^d	div.pas. ^e
Não-prop.	31	3	-	48	2	4
Pequenos	15	(i)	47	15	10	3
Médios	12	(i)	61	10	2	2
Grandes	7	(i)	76	14	-	1

Fontes: 289 inventários post-mortem. Estas grandezas representam as médias de percentagens dos diversos grupos que compõem a classe dos lavradores de mandioca e criadores. As categorias situadas na primeira coluna da esquerda se referem aos grupos de não-proprietários de escravos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis. O hífen (-) corresponde à não declaração do item nos inventários. O (i) corresponde a um valor abaixo de 1%.

(a) Riqueza significa patrimônio bruto que é medido em réis.

(b) Benfeitorias são maquinismos, utensílios, currais, açudes, etc.

(c) Produto declarado refere-se às plantações e gado.

(d) Dívidas ativas.

(e) Dívidas passivas.

As somas dos itens terras, benfeitorias, escravos, etc. não correspondem a 100% na horizontal porque não entram nesta tabela outros itens como casas, mobília, jóias, etc., cujas grandezas são desprezíveis.

O item produto na classe dos lavradores de mandioca e criadores assume proporções semelhantes com o da classe dos lavradores de algodão.

As dívidas ativas assumiram grandezas proporcionais crescentes à medida em que aumentava o tamanho dos plantéis

em relação aos cultivadores de cana e, de maneira oposta, em relação aos lavradores de algodão. Em relação aos lavradores de mandioca e criadores estas dívidas assumiram proporções bem pequenas, apenas se destacando o grupo dos donos de pequenos plantéis.

As dívidas passivas assumiram os maiores níveis em relação aos lavradores de cana/senhores de engenho donos de pequenos plantéis, seguidos dos lavradores de algodão não-proprietários de cativos e dos donos de pequenos plantéis. Este item assumiu diminutas proporções em relação aos lavradores de mandioca e criadores.

4.3.5. Patrimônios, terras, maquinismos e rebanhos.

Na tabela abaixo sintetizamos a frequência da distribuição de aviamentos de fazer farinha e a presença de gado entre o grupo dos não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis. A soma das frequências num mesmo grupo (sentido vertical) corresponde a 100% pois o escrutínio foi feito de tal maneira que, mesmo existindo num inventário mais de um

aviamento, o que nos interessou foi relacionar a presença das atividades de criação e de cultivo/fabrico de farinha com os grupos de não-proprietários e proprietários de plantéis de vários tamanhos.

A metodologia utilizada para elaboração das tabelas que seguem envolveu todo o universo dos inventários da comarca ligados à classe dos lavradores de mandioca e criadores. Foram usados 138 inventários para o grupo dos não-proprietários de cativos, 108 para os donos de pequenos plantéis, 38 para os donos de plantéis de tamanho médio e 5 para os donos de grandes plantéis.

Tabela 7

Frequência da distribuição de aviamentos de fazer farinha e de gado entre os não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888. (Em percentagem).

Atividades	Não-prop. (%)	Pequenos Plantéis (%)	Médios Plantéis (%)	Grandes Plantéis (%)
gado (exclusivo) ^a	51	74	79	0
aviamentos de farinha (exclusivo) ^a	17	5	3	0
gado e avia- mentos de farinha ^b (simultâneos)	32	21	18	100
	100	100	100	100

Fontes: 289 inventários post-mortem de indivíduos da classe de lavradores de mandioca e criadores.

a - Exclusivo significa que há indicação de um única atividade.

b - Simultâneos significa que há indicação das duas atividades, no caso, criação de gado e plantio de mandioca. No grupo de não-proprietários de escravos aparecem 138 inventários; no grupo dos donos de pequenos plantéis, 108; no grupo dos donos de médios plantéis, 38; e no grupo dos donos de grandes plantéis, 5.

A tabela acima sintetiza a presença de aviamentos de farinha e de gado, portanto, configura possibilidades imediatas e reais de desenvolvimento destas atividades. Nos diz também dos limites de ação e estratégias de

sobrevivência e acumulação dos produtores de mandioca e gado que constituíam-se em titulares de inventários mais modestos da região. Não devemos entendê-la que outros cultivos não pudessem ser praticados.

Em 1834, uma roda de moer mandioca (35) valia 8.000 réis, enquanto que uma casa de farinha, 24.000 réis (36). Um cavalo, 30.000 réis e uma vaca, 20.000 réis. A aquisição de um animal para transporte ou para alimentação (carne e leite) talvez representasse a melhor possibilidade de relativa melhoria de condições de vida num futuro próximo imediato, e talvez, até a médio prazo. Afinal, o gado bovino poderia, naquelas condições de pobreza, se transformar não só em fator de transporte, como também em fator de subsistência e reprodução de novas crias. A aquisição de casa de farinha poderia ser postergada, pois o lavrador poderia utilizar-se de aviamentos pertencentes a seus compadres, uma vez que ainda se constitui em hábito até hoje, final do século XX, este procedimento de muitos lavradores pobres da região de Bananeiras. Tal raciocínio pode explicar a presença crescente de criação de gado (51%, 74% e 79%) em relação ao tamanho da propriedade da mão-de-obra escrava. Enquanto isto, a presença de lavradores

35. Inventário de Agostinho Ferreira da Silva, 1834, m. 13, A.C.S.O.

36. Inventário de José Cordeiro da Silva, 1830, m. 13, A.C.S.O.

exclusivos de mandioca diminuía à medida em que a posse de cativos aumentava. Tais resultados podem significar estratégias dos lavradores mais abastados desta classe pela atividade criatória, pois a relação tamanho de plantéis e gado (exclusivo) é crescente. Por outro lado, os lavradores mais modestos devem ter preferido a estratégia de cultivo exclusivo de mandioca pois, à medida em que o tamanho dos plantéis aumentava, a frequência desta atividade diminuía. Portanto, o gado apresentou-se como uma atividade muito mais valorizada do que o cultivo e fabricação de farinha, porque frequentemente era declarada em inventários. A preferência estratégica dos indivíduos mais abastados se deu majoritariamente pela criação.

Veremos a seguir uma tabela que sintetiza as espécies de rebanhos por grupos de proprietários e não-proprietários de escravos.

Tabela 8

Distribuição das espécies de gado entre os lavradores de mandioca e criadores não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis: 1830-1888.

Espécies de gado	Não-prop.	Pequenos Plantéis	Médios Plantéis	Grandes Plantéis	Totais
Vacum	1.353	1.932	417	489	4.191
Cavalar	456	364	121	43	984
Cabrum	114	252	20	-	386
Ovelhum	64	76	3	-	143
Muar	16	23	11	-	50
Suíno	-	-	-	-	-
Total ^a (n.abs.)	2.004	2.647	572	532	5.755
Total(%) ^b	35	46	10	9	100
N.Médio ^c	14	25	14	106	

Fontes: 289 inventários post-mortem da classe dos lavradores de mandioca e criadores.

(a) Total em números absolutos.

(b) Total em números percentuais.

(c) Número médio de cabeças de gado por inventário.

Como mostra a tabela acima, é notável que a maior parte, 46% de todo o rebanho da localidade, estava nas mãos dos donos de pequenos plantéis. Destaca-se também neste mesmo grupo a quantidade média de cabeças por inventário, 25. Na classe dos lavradores de cana e senhores de engenho, a maior parte do rebanho, 64%, estava concentrada nas mãos dos senhores de grandes plantéis; o número médio de cabeças

por inventário foi 69, o maior de todos os grupos desta última classe. Na classe dos lavradores de algodão, a maior parte do gado, 47%, estava concentrada nas mãos dos donos de plantéis de tamanho médio; o número médio de cabeças por inventário, 39, aproximou-se muito da média, 42, do grupo de dono de grandes plantéis, desta referida última classe.

A tabela abaixo mostra a distribuição do gado por tamanhos de rebanhos.

Tabela 9

Distribuição do gado por tamanhos de rebanhos em relação aos não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis. (Em percentagem).

Tamanhos dos rebanhos	Não-prop. %	Pequenos Plantéis %	Médios Plantéis %	Grandes Plantéis %
1 a 10	38	38	50	20
11 a 20	27	24	15	40
21 a 50	25	14	26	0
51 a 100	10	21	9	20
> 101	0	3	0	20
	100	100	100	100

Fontes: 289 inventários post-mortem da classe de lavradores de mandioca e criadores.

É notável a distribuição muito semelhante dos tamanhos de rebanhos entre os grupos de não-proprietários de escravos e de donos de pequenos plantéis. Como vimos, as quantidades totais agregadas de animais nos dois grupos foram muito

próximas: 2.004 e 2.647, respectivamente. Por outro lado, apresentaram números médios de cabeças por inventário bem diferentes, 14 e 24.

VIANNA, pesquisando sobre o município de Campina Grande durante a última metade do século passado, escreveu: " É bastante expressiva a concentração de gado: 82,5% dos proprietários de terra possuíam até 50 cabeças de gado, enquanto que 0,9% eram donos dos maiores rebanhos (mais de 500 cabeças). Estes mesmos 0,9% detinham 20% de todo o gado da região..."(37). Se dividirmos o número total de cabeças de gado de cada classe pelo número de titulares de inventários da classe correspondente, encontraremos: 44,5 cabeças por inventariante na classe dos lavradores de cana e senhores de engenho, 25 cabeças na dos lavradores de algodão, e 20 na dos lavradores de mandioca e criadores. Portanto, percebe-se uma concentração de cabeças de gado na classe dos lavradores de cana e senhores de engenho. A classe dos produtores ligada à cana mais a classe dos produtores ligada ao algodão produziram, neste período focalizado, $2.047 + 2.828 = 4.875$ cabeças, enquanto que a classe ligada à produção de mandioca associada à criação produziu 5.755 cabeças. Vale lembrar que estes números retratam uma amostragem e são válidos em termos analógicos, se relacionarmos uma classe à outra de produtores. Não devemos tomá-los em sentido absoluto, tal como seria uma

37. VIANNA, Marly de Almeida Gomes - Op. cit., p. 102.

magnitude resultante de um recenseamento, por exemplo. A documentação levantada possui muito mais um sentido estatístico de amostragem e de tendências.

Na tabela que segue analisaremos a propriedade de terras em relação aos grupos de proprietários e não-proprietários de escravos.

Tabela 10

Distribuição de frequência da propriedade de terras em relação aos não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

	! Não-prop. !	! Pequenos !	! Médios !	! Grandes !
	! % !	! Plantéis !	! Plantéis !	! Plantéis !
	! % !	! % !	! % !	! % !
Criadores !	!	!	!	!
e !	!	!	!	!
lavradores !	83 !	72 !	74 !	100 !
de mandioca !	!	!	!	!

Fontes: 289 inventários post-mortem da classe lavradores de mandioca e criadores.

De maneira geral, a classe lavradores de mandioca e criadores apresentou um índice alto de propriedade de terras, apesar de se constituir, em relação às outras duas, na mais pobre. O grupo dos não-proprietários de escravos apresentou um índice um tanto surpreendente, ultrapassando o índice do grupo dos donos de pequenos e também o dos donos de médios plantéis; entre estes últimos, a propriedade de

terras ficou em 73%, em média, enquanto os não-proprietários apresentaram uma cifra maior de dez pontos percentuais, 83%. A hipótese possível para explicar este ligeiro aumento, deve-se à atitude provável de alguns indivíduos terem vendido sua mão-de-obra cativa e optado por aquisição de terras. Foi justamente no grupo dos não-proprietários onde os valores médios das terras se apresentaram mais baixos. Veja tabela 11, seguinte.

Tabela 11

Preços médios das propriedades de terras entre os grupos de não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888. (Em réis).

Não-proprietários de escravos	!	354.000
Donos de pequenos plantéis	!	588.000
Donos de médios plantéis	!	538.000
Donos de grandes plantéis	!	873.000

Fontes: 289 inventários post-mortem de indivíduos da classe lavradores de mandioca e criadores.

O grupo dos donos de grandes plantéis apresentou a média mais alta, o que confirma a assertiva da historiografia, no que diz respeito aos trabalhos que abordam os grandes escravocratas, associando-os aos grandes proprietários de terras. Tal tendência mantém-se no agreste da Paraíba. Possivelmente estas terras foram resultado de muitas partilhas entre herdeiros através de várias gerações que não conseguiram se manter na produção de lavouras mais

valorizados. Percebe-se que muito embora tenha havido uma ligeira diferenciação de preços de terras em relação aos diversos grupos, a quantidade de unidades fundiárias declaradas em inventários não apresentou praticamente nenhuma diferenciação, ao contrário do que percebemos em relação às classes ligadas à cana e ao algodão.

Tabela 12

Distribuição de frequência das quantidades de propriedades de terras declaradas entre não-proprietários de escravos e donos de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

	! Não-prop. !	! Pequenos !	! Médios !	! Grandes !
	! !	! Plantéis !	! Plantéis !	! Plantéis !
Criadores e !	!	!	!	!
lavradores !	!	!	!	!
de !	2,3 !	2,5 !	2,3 !	2,8 !
mandioca !	!	!	!	!

Fontes: 289 inventários post-mortem da classe lavradores de mandioca e criadores, declarantes de propriedades de terras.

Entre as classes produtoras de cana e algodão, as terras foram não só muito mais valorizadas como também os inventariantes declararam possuir um número bem maior de unidades, apresentando uma diferenciação maior entre os diversos grupos. Aqui, neste ponto específico, a relação entre propriedade e não-propriedade de mão-de-obra escrava e a propriedade fundiária não demarcou nenhuma diferenciação relevante entre os diversos grupos.

Este resultado demonstra que as diversas classes da localidade realizaram diversas estratégias em relação às suas sobrevivências e às possibilidades de produzirem acumulações, diferenciações sociais e econômicas. Não só a propriedade de terras, mas também a associação desta à propriedade de escravos, possibilitava a criação de diferentes estratégias.

Tabela 13

Distribuição de frequência dos preços das propriedades de terras entre não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888. (Em percentagem).

Valores em mil-réis	Não-prop. (%)	Pequenos Plantéis (%)	Médios Plantéis (%)	Grandes Plantéis (%)
Até 50	27	27	20	-
51 - 100	10	8	20	-
101 - 500	38	31	40	20
501 - 1.000	12	23	7	40
1.001 - 2.000	11	3	3	40
2.001 - 5.000	2	8	10	-
	100	100	100	100

Fontes: 289 inventários post-mortem da classe dos lavradores de mandioca e criadores.

Na tabela acima apresentamos a frequência dos grupos de lavradores de mandioca e criadores por faixas de preços de terras. Oitenta e sete (87%) dos indivíduos do grupo dos não-proprietários (27+10+38+12) e dos proprietários de

médios plantéis (20+20+40+7) apresentaram terras cujos valores variavam abaixo de 50.000 réis até 1:000.000 réis. No grupo dos donos de pequenos plantéis, 89% (27+8+31+23) estavam naquela faixa, enquanto o grupo dos donos de grandes plantéis, 60% deles, incluíram-se nesta faixa. Como percebemos, a diferenciação entre grupos nesta classe de produtores de mandioca e gado foi bem menor do que entre os grupos das classes ligadas à produção de cana e de algodão. Como corolário temos que: as classes mais ricas produziram diferenciações social e econômica entre grupos em maior grau do que as classes mais pobres entre seus grupos.

Na tabela que segue examinaremos como os diversos grupos de proprietários e não-proprietários de escravos estavam distribuídos em relação às grandezas de riquezas patrimoniais e mostraremos a dimensão da riqueza/pobreza desta classe.

Tabela 14

Distribuição de frequência dos valores patrimoniais^a entre os não-proprietários de escravos e proprietários de pequenos, médios e grandes plantéis, 1830-1888.

Valores em mil-réis	Não-prop. (%)	Pequenos Plantéis (%)	Médios Plantéis (%)	Grandes Plantéis (%)
100 - 500	31	8	2	-
501 - 1.000	30	30	-	-
1.001 - 2.000	25	28	40	-
2.001 - 5.000	13	25	45	-
5.001 - 10.000	-	3	9	40
10.000 - 20.000	-	3	2	40
Acima de 20.000	-	3	2	20
	100	100	100	100

Fontes: 289 inventários post-mortem da classe dos lavradores de mandioca e criadores.

a- valores patrimoniais se referem às cifras líquidas.

Cem por cento do grupo dos não-proprietários apresentaram patrimônios cujos valores concentraram-se nas faixas entre 100.000 réis e 5:000.000 réis. No grupo dos proprietários de pequenos plantéis, uma fração menor, 83% deles, concentrou seus valores patrimoniais entre as faixas de 501.000 réis e 5:000.000 réis. Já no grupo dos proprietários de médios plantéis, 85% dos valores patrimoniais concentraram-se entre as faixas de 1:001.000 réis e 5:000.000 réis. No grupo dos donos de grandes plantéis, 100% dos patrimônios concentraram-se nas faixas

acima de 5:001.000 réis atingindo o patamar de 20:000.000 réis.

4.4. Considerações Gerais

Os lavradores de mandioca e criadores se constituíram entre os inventariados - aqueles que deixaram patrimônios - nos mais modestos entre todas as três categorias de produtores. Constituíram-se em criadores muito mais do que propriamente produtores de mandioca e de farinha. Esta preferência e/ou limite relaciona-se com o fato do gado ser um produto mais valorizado que poderia se transformar em fator de transporte, alimentação (carne e leite) e reprodução de crias, sem a exigência de grandes cuidados. O cultivo da mandioca também não exigia grandes cuidados e seu plantio era acessível às camadas mais empobrecidas. Do gado se extraía o couro e com ele faziam roupas, sapatos, utensílios domésticos, etc. Em conjunto, esta classe de criadores produziu um número muito maior de gado, 5.755 cabeças do que as outras duas, a de lavradores de algodão e a de lavradores de cana/senhores de engenho juntas, 4.875 cabeças. Esta situação evidenciou um grau razoável de dispersão da produção de gado na classe dos lavradores de mandioca e criadores, enquanto as classes dos lavradores de

cana/senhores de engenho e dos lavradores de algodão apresentaram um maior grau de concentração dos rebanhos, especialmente a primeira.

Sem possibilidades de produzir gêneros mais valorizados como açúcar e algodão, a classe dos lavradores de mandioca e criadores teve como características fundamentais a produção e reprodução imediata de sua existência, comercializando apenas eventuais excedentes. Tal situação não ocorria com as classes dos produtores de algodão e de cana, onde a estratégia principal era não apenas a reprodução de suas existências físicas imediatas, mas também a comercialização de produtos que permitiam uma margem maior de acumulação e de diferenciação social.

A conclusão que se coloca é que o processo de diferenciação social e econômica e de acumulação se deu muito mais intensamente na classe dos lavradores de cana e senhores de engenho do que na dos lavradores de mandioca e criadores. Vimos que, apesar da existência de grandes plantéis nesta última, tal fato em si não produziu uma tendência forte à diferenciação como aconteceu na classe dos lavradores de cana e senhores de engenho em maior grau, na dos lavradores de algodão em menor grau e, na dos lavradores de mandioca e criadores em menor grau ainda. Isto mostra que a concentração da mão-de-obra escrava estava muito mais associada às possibilidades de acumulação do que ao modelo

da plantation escravista. Neste sentido, CASTRO (38) está correta quando pensa a concentração e o crescimento desta mão-de-obra enquanto acumulação e não associa à tradicional idéia de plantation.

38. CASTRO, Hebe Maria Mattos - "A Escravidão fora das Grandes Unidades Agroexportadoras". In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.) Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, p.32-46.

5. PARA ALÉM DOS CENTROS DINÂMICOS: O COMÉRCIO DE ESCRAVOS NO AGRESTE DA PARAÍBA.

A historiografia quando trata do comércio de escravos sempre focaliza os proprietários de grandes lavouras de café e de cana enquanto participantes do mercado de cativos. Retrata uma imagem de dezenas de milhares de negros sendo vendidos para grandes plantéis. O café está sempre associado à idéia de lavoura dinâmica, de alta produtividade e compradora de mão-de-obra escrava. Enquanto isto a cana está sempre associada à idéia de decadência, atividade fundamentalmente vendedora de sua força de trabalho.

Este capítulo focaliza o comércio de escravos entre os anos 1860-1888 no âmbito local. Nosso propósito é o de mostrar a ação dos senhores de escravos donos de pequenos, médios e grandes plantéis, plantadores de culturas de subsistência - mandioca -, bem como de plantadores de gêneros de exportação - algodão e cana -, na atividade de compra e venda de cativos.

A partir da tabela 1 observa-se a frequência da amostragem de escrituras de compra e venda que traça o perfil do mercado de escravos na comarca de Bananeiras. Apresentamos quase três décadas de compra e venda de mancípios. Da amostragem de 206 escrituras aparecem 249 indivíduos escravos (homens, mulheres e crianças) sendo

objetos de comercialização. A grande incidência, em números percentuais de compra e venda, se deu nas décadas de 1860 e 1870. Este resultado confirma os resultados colhidos pela historiografia que aponta as décadas de 60 e 70 como de intenso tráfico inter-provincial(1). A década de 80 é apresentada como um marco na mudança de atitudes dos senhores de escravos, tendo em vista o fato de terem percebido o fim iminente da instituição da escravidão no Brasil. Nossos dados relativos ao comércio de escravos são relativamente sistemáticos para as décadas de 60 e 70. A partir da década de 80, a atividade de compra e venda se escasseia, o que corrobora a visão de mudança de atitudes dos senhores. O tráfico interno de escravos só torna-se vultoso a partir da década de 50 quando o tráfico internacional é interrompido, e foi a partir da década de 60, que os registros de compra e venda se tornaram rotineiros nos Livros de Notas.

O procedimento utilizado para o levantamento das escrituras constituiu-se na seleção das folhas ímpares dos Livros de Notas, os quais seguiam uma série cronológica ano

1. STEIN, Stanley J. - "Vassouras. A Brazilian Coffee County, 1850-1900". Segunda edição, Princeton, Princeton University Press, 1985, p.65-67. VIOTTI DA COSTA, Emília - "Da Senzala à Colônia". S.P., Ciências Humanas, 1982. Segunda edição, p. 115-116. CONRAD, Robert - "Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil". R.J., Civ. Bras., 1978, p.63-87. TOPLIN, Robert B. - "The Abolition of Slavery in Brazil". New York, 1972, p. 10.

a ano (2), porém, não temos escrituras disponíveis para todos os anos, pois nem todos os Livros de Notas foram pesquisados. Por outro lado, analisando a sua distribuição de frequência, percebe-se uma relativa homogeneidade, o que nos leva a crer na validade da sistemática adotada.

Tabela 1

Frequência da Compra e Venda de Escravos na Comarca de Bananeiras, 1860-1888

Anos	! Frequência ! das Escrituras! ! (n.absolutos)	! Frequência ! dos Escravos! ! (n.absolutos)	! Frequência ! Relativa de ! Escravos (%)
1860-9!	101	! 120	! 48,2
1870-9!	92	! 114	! 45,8
1880-8!	13	! 15	! 6,0
Total !	206	! 249	! 100,0

Fontes: Escrituras de Compra e Venda de Escravos localizadas nos Livros de Notas do arquivo do cartório do segundo ofício. As séries correspondem aos anos: 1860/1861/ 1865-67/ 1867-77/ 1876-79/ 1879-84/1884-90. Não temos dados para todos os anos. Veja a distribuição de

2. Uma reflexão sobre o problema da documentação referente às escrituras de compra e venda e procurações, veja: SLENES, Robert - "Grandeza ou decadência ? Mercado de Escravos e a Economia Cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888". In: COSTA, Iraci del Nero (org.) Brasil: História Econômica e Demográfica. São Paulo, IPE-USP, 1986, p. 103-155. Neste trabalho o autor investigando o mercado de escravos na província do Rio de Janeiro chega a conclusões interessantes sobre a divulgada idéia de decadência da economia cafeeira nesta região. Sobre o mercado urbano de escravos na cidade de Campinas, veja: LAPA, José Roberto do Amaral - "O Mercado Urbano de Escravos (Campinas, segunda metade do séc. XIX)". Primeira Versão, IFCH/UNICAMP, n. 37, 1991. Este autor trabalha fontes jornalísticas.

frequência das escrituras na nota de número 4.

O tamanho da amostra por nós selecionada é significativa, basta fazermos a seguinte relação: se confrontarmos 249 escravos da amostra com 639 ou 1.201 escravos registrados no censo de 1872 ou na matrícula de 1872-73, teremos uma frequência participativa dos escravos em relação àquelas fontes de 39% ou 21% respectivamente. Tanto um quanto outro indicador nos parece bastante representativo, apesar destes dados terem sido trabalhados ao longo de quase 30 anos (1860 a 1888). Reforçando nosso argumento de natureza metodológica, se cruzarmos o número de escravos registrados no censo de 1872 e nas escrituras de compra e venda, encontraremos 18 escravos transacionados em 639 registrados no censo: ou seja, isto representa 2,8% do total da população escrava registrada naquele recenseamento. Se confrontarmos 18 em 1.201 escravos registrados na matrícula de 1872-73 encontraremos um índice de 1,5% do total da população de cativos trabalhados. Estas percentagens sugerem uma amostra significativa se trabalhamos variáveis tais como sexo e idade de escravos, como também tamanho de plantéis e classificação de atividades produtivas dos proprietários de cativos. Idealmente, a amostra deveria ser comparada com o universo de escravos vendidos dentro e fora da comarca, e não, com a totalidade da população escrava registrada no censo ou na matrícula para justificar a metodologia.

O arquivo do cartório de primeiro ofício não possui este tipo de documentação, concentrando apenas documentos referentes aos processos criminais. As escrituras de compra e venda de escravos encontram-se nos Livros de Notas do arquivo do cartório de segundo ofício (3).

É necessário observar que o que estamos chamando de escravos vendidos e comprados são aqueles que foram transacionados dentro da comarca. Outros que foram vendidos para fora dela, não puderam ser captados nos registros trabalhados por nós. Para fazê-lo, teríamos que fazer um levantamento sistemático de todas as procurações nos Livros de Notas o que ampliaria bastante o escopo do nosso trabalho. É difícil de se contabilizar as vendas efetuadas para fora da comarca. Apesar do levantamento da documentação não poder ser considerado de alto rigor estatístico, acreditamos que este procedimento não apresenta distorções que possam vir a ser consideradas relevantes (4).

3. O cartório de segundo ofício era o único existente por ocasião do período que estamos trabalhando (1860-1888). O atual cartório de primeiro ofício foi criado nos finais do século dezanove; entretanto, durante as primeiras décadas deste século, o cartório que era denominado de primeiro ofício passou a ser denominado de segundo ofício, e vice-versa, segundo contam os atuais donos do cartório de segundo ofício. A razão desta mudança teria relação com irregularidades existentes em um dos cartórios detectadas pelo juiz corregedor. Logo, o atual cartório de segundo ofício é o que guarda documentos mais antigos da comarca.

4. Abaixo sintetiza-se a frequência do levantamento das escrituras de compra e venda de escravos. A partir dela pode-se fazer uma reflexão mais precisa a respeito do procedimento utilizado nesta parte da pesquisa.

SLENES, pesquisando o mercado de escravos do município de Campinas, observou que a estrutura deste tipo de comércio a nível nacional era formada por agentes situados nos portos de embarque e por outros comerciantes menores intermediários que se constituíam em procuradores dos proprietários cujos cativos eram colocados à venda. Tal situação facilitava a

Tabela indicativa da distribuição de frequência das escrituras de compra e venda de escravos, por ano e meses.

ANOS	Q	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1860	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1861	5	-	-	-	-	1	-	1	1	3	-	-	-
1865	10	-	-	-	-	-	-	1	3	2	1	-	4
1866	28	3	3	2	4	1	3	-	5	4	2	-	1
1867	22	2	1	4	1	3	1	1	1	1	2	2	3
1868	22	-	1	5	3	2	1	1	2	-	3	4	1
1869	13	-	1	-	3	-	1	-	-	1	2	1	1
S.T.:	101	6	6	11	11	7	6	4	12	11	10	7	10
1870	15	-	1	1	2	2	-	-	1	2	3	2	1
1871	14	2	3	4	1	-	-	-	-	1	-	-	3
1872	18	2	5	4	1	-	2	1	1	-	1	1	-
1873	15	-	1	2	-	1	1	3	3	1	1	3	-
1874	17	1	4	3	1	5	1	-	-	-	-	-	-
1876	6	-	-	1	2	-	-	-	-	2	-	-	1
1879	7	1	-	1	1	-	1	-	1	1	-	2	-
S.T.:	92	6	14	16	8	8	5	4	6	7	5	8	5
1880	1	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-
1881	7	-	1	-	-	1	-	-	1	-	2	1	1
1882	2	-	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-
1883	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-
1884	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1887	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
S.T.:	13	-	2	2	-	1	1	-	2	1	2	1	1
T.:	206	12	22	29	19	14	12	7	20	19	17	16	16

S.T. significa sub-total;

venda e a compra de cativos, uma vez que os agentes não estavam apenas concentrados nos portos de embarque, e seus donos muitas vezes residentes em lugares distantes podiam se desfazer deles sem grandes obstáculos (5).

Uma pequena parcela de cativos (6,0%) foi negociada depois de 1880. A grande maioria foi negociada nas décadas de 60 e 70. É interessante observar que os compradores de escravos mantiveram atitudes similares em relação ao mercado local de compras e vendas nas décadas de 1860 e 1870, negociando um volume de escravos bastante parecido, se compararmos quantidades de uma e de outra década. Esta oferta/demanda por escravos, registrada nas escrituras lavradas no município, se realizou quase que inteiramente dentro da própria comarca de Bananeiras. Apenas alguns poucos compradores e vendedores pertenciam às praças vizinhas, tais como Recife, Mamanguape, cidade da Paraíba, ou mesmo de termos vizinhos da província do Rio Grande do Norte.

A historiografia sobre o comércio de escravos a nível nacional mostra um vigoroso comércio inter-provincial neste

T. significa total;

Q. significa quantidade total de escrituras pesquisadas naquele ano.

Os números 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 correspondem aos meses dos anos nos quais foram efetuadas as transações.

5. SLENES, *The Demography and Economics...* p. 144-158.

período. Por outro lado, percebe-se que uma parcela razoável de escravos foi comercializada dentro da própria região de Bananeiras. Como explicar este fenômeno cuja incidência tem sido objeto de tão pouca atenção pelos historiadores ?(6) Eram duas as nossas hipóteses iniciais baseadas na historiografia: a primeira, que as lavouras açucareiras teriam sido severamente afetadas com o comércio de escravos (7); a segunda, que teriam sido os pequenos proprietários de cativos os primeiros a venderem seus escravos para o tráfico inter-provincial (8).

6. SLENES comenta em comunicação oral: " a bibliografia não nega a existência de transferências locais de escravos, ela simplesmente não dá importância a isto e praticamente não fala sobre o assunto". KLEIN sobre esta questão numa rápida passagem afirma: " Also an important part of the internal trade, both before and after 1850, was quite local, involving the land transfer of slaves within provincial borders, or between contiguous provinces". Veja a referência completa de seu trabalho na nota de número 8.

7. TOPLIN, Robert B. - "The Abolition..." foi o autor que mais enfatizou esta posição, p.19. CONRAD em seu trabalho supra-citado observou que os políticos nordestinos no congresso estavam mais dispostos a votar a favor da abolição gradual que os políticos do Centro-Sul. Atribui esta atitude à importância declinante da escravidão no Nordeste. Mostra que esta pouca importância se deveu a dois fatores: a incapacidade da população escrava de se reproduzir tão rapidamente quanto a população livre e a crescente e contínua sangria de mão-de-obra escrava através do tráfico inter-provincial. Veja especialmente as tabelas números 21, 24 e 25, p. 362-364. EISENBERG, Peter L. - "Modernização sem Mudança". R.J., Paz e Terra, 1978, p. 174-177. O autor comenta de passagem sobre o tráfico inter-provincial como um fator entre outros que contribuiu para a abolição gradual no Nordeste, e assevera : " Os cultivadores de cana vendiam seus escravos em pequenos lotes, cada ano, para cobrir os débitos com seus agentes de Recife, e 760 escravos saíram em média por ano, legalmente, da província."

8. KLEIN, Herbert - "The Internal Slave Trade in Nineteenth Century Brazil: A Study in Slave Importations into Rio de

5.1. Escravos: sexo, idade e atividades profissionais.

A tabela 2 mostra o resultado de nossos dados. Trata-se do comércio de escravos, analisado a partir das variáveis idade e sexo. No que diz respeito à variável idade, dividimos em três faixas etárias: as crianças entram na faixa de 0 a 14 anos; os adultos, na faixa de 15 a 40 anos e os velhos a partir de 41 anos (9). Do total de escravos transacionados, quase a metade, 47%, foi de mulheres e 53%, de homens. Este resultado nos deixou surpresos pois a

Janeiro in 1852". H.A.H.R., v. 51, n.4 , nov. 1971, p. 567-585, especialmente, p.582-583. Argumentou que a importância do tráfico intra-regional foi muito maior que o tráfico inter-regional no suprimento de mão-de-obra para as plantações de café. Afirma que a maioria dos escravos no tráfico inter-regional não teria vindo das plantações de cana do Nordeste. Veja: GALLOWAY, J.H. - "The Last Years of Slavery in Sugar Plantations of Northeastern Brazil". H.A.H.R., v. 51, n. 4, nov. 1971, p. 589. Argumenta que os proprietários de escravos donos de pequenos plantéis e plantadores marginais teriam sido os primeiros à venderem seus cativos aos plantadores do eixo Centro-Sul. SLENES, Robert A. W.- "The Demography and Economics in Brazilian Slavery: 1850-1888". Tese de doutoramento. Stanford University, 1976, p. 120-233 especialmente os capítulos III e IV. O autor identifica as áreas exportadoras e importadoras no tráfico inter e intra-regional, concluindo: "The great majority of bondsmen who were sold in the inter and intraregional trades in Brazil did not come from the plantations, but from the urban areas or regions of non-plantations agriculture". p. 214.

9. Este critério é o mais usual e é o que estamos trabalhando nos capítulos anteriores. As poucas escrituras que não apresentaram dados de idade e sexo foram expurgadas.

historiografia aponta que a maior parte dos cativos comercializados no âmbito do tráfico inter-provincial se constituía fundamentalmente de homens. Como explicar então este comportamento diferenciado dos proprietários rurais da região focalizada em relação aos proprietários rurais do Centro-Sul ? Como o leitor já deve ter percebido, o que está em questão é o objeto de estudo. O tema da escravidão no Brasil tem sido estudado ao longo dos anos através do recorte temático e metodológico (nos referimos aqui especialmente às fontes) que privilegia os grandes plantadores, particularmente aqueles ligados às grandes lavouras de café e açúcar. Só nos últimos anos têm aparecido trabalhos que lidam com novos objetos, novas fontes e abordagens diversas (10).

A nossa discussão empírica define-se num âmbito de história local onde a historiografia brasileira se detém de

10. Pensamos, por exemplo, nos trabalhos sobre escravidão urbana: ALGRANTI, Leila Mezan - "O Feitor Ausente - Estudos sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro: 1808-1822". R.J., Petrópolis, 1988. SILVA, Marilene Rosa Nogueira - "Negro na Rua: A Nova Face da Escravidão". S.P., Hucitec, 1988. Abordagens sobre imaginário, veja: AZEVEDO, Célia Maria Marinho - "Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das elites do século XIX". S.P., Paz e Terra, 1987. CHALHOUB, Sidney - "Visões de Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte". S.P., Cia. das Letras, 1990. Veja também a perspectiva interessante colocada por esta autora sobre a escravidão rural e a compra e venda: LARA, Sílvia H. - "Campos da Violência". S.P., Paz e Terra, 1988. Estes dois últimos autores trabalham perspectivas interessantes sobre compra e venda de cativos, especialmente a percepção e ação dos negros neste momento de suas vidas.

forma bastante secundária (11). No nosso tema específico - comércio de escravos - a literatura pertinente lida com problemáticas que se configuram ao nível inter e intra-regional estabelecendo ligações com compradores de cativos das plantações de café (12). Os resultados apresentados neste capítulo são muito mais uma contruibuição na medida em que esta região tradicionalmente vista como decadente e em estagnação apresenta um comércio de escravos pouco focalizado nos estudos.

11. Há poucos porém muito interessantes estudos sobre história local: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da - "Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria. Porto da Folha no Sertão do São Francisco". 1820-1920. ICHF/UFF, 1981, dissertação de mestrado. FRAGOSO, João Luis Ribeiro - "Sistemas Agrários em Paraíba do Sul". IFCS/UFRJ, 1983, dissertação de mestrado. FUNES, Eurípedes Antônio - "Goiás 1800-1850: Um Período de Transição da Mineração à Agropecuária". IFCS/UFF, 1983, dissertação de mestrado. CASTRO, Hebe Maria Mattos de - "Ao Sul da História". S.P., Brasiliense, 1987. FARIA, Sheila - "Terra e Trabalho em Campos dos Goitacases 1850/1920". ICFH/UFF, 1986, dissertação de mestrado. MOTTA, Marcia Maria Menendes - "Pelos Bandas d'Além (Fronteira Fechada e Arrendatários-Escravistas em uma Região Policultora - 1808-1888)". ICHF/UFF, 1989, dissertação de mestrado.

12. Nos referimos aqui aos autores citados nas notas 1, 7 e 8. Há também o estudo dos MARTINS já referido na Introdução deste trabalho que investiga a compra de cativos numa economia orientada para a comercialização local e regional de gêneros alimentícios.

Tabela 2

O Comércio de Escravos em Relação à Idade e Sexo,
1860- 1888

Escravos Comercia- lizados	Faixa Etária (%)		
	Crianças	Adultos	Velhos
Homens	29,3	65,0	5,7
Mulheres	37,2	56,4	6,4

Fontes: Escrituras de Compra e Venda de Escravos.
Crianças: 0-14 anos, Adultos: 15-40 anos. Velhos: a
partir de 41 anos.

A tabela acima mostra o comércio de escravos a partir das variáveis sexo e idade. Foram 233 escravos transacionados em nossa amostragem. Destes, 53% eram homens, e 47% eram mulheres. A historiografia aponta que no tráfico inter-provincial uma substancial demanda de mão-de-obra cativa era preenchida por homens. As plantações de café no vale do Paraíba e na província de São Paulo possuíam rentabilidade suficiente para comprar cativos considerados pelos cafeicultores de maior possibilidade de produtividade, isto é, homens adultos. Entretanto, do ponto de vista local, uma boa percentagem de escravos masculinos comercializada, 65%, constituía-se de adultos.

Nesta região as mulheres cativas não só desenvolviam tarefas domésticas ligadas ao lar, à educação das crianças, como também exerciam tarefas orientadas para a agricultura

(Cf. tabela 3). Percebe-se uma demanda ligeiramente maior em relação às crianças do sexo feminino, 37,2% . Aqui a nossa hipótese é que a aquisição de crianças do sexo feminino resolveria problemas de natureza doméstica, como também auxiliaria em tarefas tais como o trato do gado, a coleta de leite, a produção de pequenas hortas e culturas de subsistência, atividades tão afetas às mulheres de origem indígena, as quais muitas vezes cruzavam com negros gerando uma população mestiça, parda e cafuza, tão notada e comentada pelos viajantes no século passado. O plantio e a coleta do algodão e da mandioca exigia pouca mão-de-obra e até moleques e molecas poderiam ser usados nestes momentos.

A demanda de escravos adultos revela uma preferência maior dirigida aos homens - 65% - do que às mulheres, 56,4%. Os preços de escravos adultos homens foram sempre os mais caros no Brasil. A hipótese possível para entender este comportamento está relacionada com a existência do cultivo da cana, como vimos na tabela 5 do primeiro capítulo referente aos aspectos demográficos e econômicos. Lá vimos que a presença de escravos homens adultos foi marcante no setor canavieiro.

Os escravos velhos, isto é, aqueles que tinham idade a partir de 41 anos eram também adquiridos, apesar da historiografia enfatizar muito a compra de jovens. Aqui, a quantidade é bastante restrita e muito semelhante entre

sexos. Homens e mulheres idosos eram objetos de uma semelhante expectativa daqueles que os adquiriam. A compra de escravos em idades consideradas avançadas, do ponto de vista da demografia das populações escravas, pode ser um indicador de carência extrema de mão-de-obra ou mesmo de resgate de dívidas afetivas.

Nesta perspectiva, configura-se um retrato da escravidão bem diferente do que estamos acostumados a imaginar. Fora das plantations tradicionais, dos grandes plantéis e das grandes propriedades, havia todo um mundo diverso do nosso imaginário atinente à escravidão. Este mundo do qual falamos, era um mundo onde os escravos não se constituíam em parte majoritária da população, muito pelo contrário, era parte estatisticamente minoritária. Por outro lado, seus senhores mantinham algo em comum com seus pares do eixo Centro-Sul do país no que diz respeito às suas atitudes, na medida em que compravam e vendiam escravos, e diferentes, na medida em que, ao contrário do que a historiografia costuma negligenciar, os compravam e vendiam entre si. Compravam e vendiam não só homens escravos como também em boa proporção mulheres, crianças e até velhos. Qual o sentido destas atitudes? As tabelas seguintes podem nos fornecer algumas pistas.

Tabela 3

Composição por sexo de escravos nos diversos setores da vida econômica no censo de 1872.
(Município de Bananeiras)

Sexo!	Agric. !	Domest.!	s/Prof.!	Outros !	Total
!	%	!	%	!	%
H. !	32,0	! 8,6	! 9,3	! 3,6	! 53,2
M. !	18,8	! 14,2	! 11,0	! 4,9	! 46,8
T. !	50,8	! 22,8	! 20,3	! 8,5	! 100,0

Fonte: BRASIL - D.G.E. I Recenseamento da População do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872. 21 vols., Rio de Janeiro, Typ. de Leuzinger & Filhos, 1873-76.

Através do censo de 1872, pode-se inferir alguma coisa sobre o sentido das atividades de compra e venda. A tabela 3 mostra o registro de escravos no município de Bananeiras. Foram contempladas duas paróquias: a de Nossa Senhora do Livramento de Bananeiras e a de Nossa Senhora da Conceição de Araruna. Ambas faziam parte da então comarca de Bananeiras. Gostaria de lembrar ao leitor que estes dados estão subestimados se os confrontarmos com o registro quantitativo da matrícula de 1872-73 (13). Contudo, a despeito do subregistro, presumimos que as proposições

13. Conforme SLENES demonstra em sua tese de doutoramento à p. 57, o registro censitário de 1872 e o registro da matrícula de 1873 apresentam uma discrepância significativa, especialmente, no que se refere à província da Paraíba. O sub-registro censitário atinge a cifra de 27% em relação à matrícula.

inferidas da leitura dos dados tenham a mesma validade em termos proporcionais tanto na matrícula quanto no censo.

Feito esta ressalva, procedamos com a leitura dos dados. A tabela mostra-nos a composição por sexo dos escravos nos diversos setores da vida econômica da região focalizada. Na área reservada às profissões agrícolas da tabela do censo (14) constam as categorias lavradores e criadores. Na categoria criadores os recenseadores não registraram nenhum escravo na atividade da pecuária. Este não-registro configura uma certa dose de irrealismo. Certamente os cativos lavradores, domésticos e os "sem profissão" desenvolviam as mais diversas tarefas de maneira simultânea, pois estamos tratando de uma região em que apresenta um baixo grau de especialização na produção agrícola. Basta termos em mente que a quase totalidade dos inventários levantados apresentavam gado bovino. É impossível não pensar que os escravos que desenvolviam tarefas agrícolas e domésticas não desenvolvessem também atividades relativas ao criatório, especialmente, se tratando de pequenas propriedades agrícolas.

Observa-se a existência de 50,8% dos cativos alocados

14. Nos referimos aqui às tabelas do censo de 1872 intituladas: "População considerada em relação às profissões", p. 36 e 39, volume referente à província da Paraíba.

nas atividades agrícolas, constituído por 18,8% de mulheres e 32% de homens. Um outro grupo de escravos, 22,8%, lidavam com atividades domésticas. Um terceiro grupo registrado enquanto "sem profissão" correspondeu a 20,3% da população mancipia. O quarto e último grupo o qual denominamos "outros" concentra várias categorias do censo em uma só, pois eram estatisticamente pouco representativas. Neste grupo encontramos costureiras, trabalhadores que labutavam com metais, madeiras, couros, peles e vestuário. No subgrupo vestuário, os planejadores do censo tinham em mente a população de cativos que desenvolviam o ofício de alfaiates. O grupo somava a proporção 8,4%.

Portanto, sugerimos, em resposta àquelas nossas indagações de entender o sentido da compra de escravos naquele paradoro tão distante dos pólos dinâmicos, uma hipótese explicativa: a julgar pela tabela do censo sobre população em relação às profissões, conclui-se em primeiro lugar, que boa parte da população cativa estava sendo comercializada para executar tarefas ligadas às lides agrícolas; em segundo, para desenvolver tarefas domésticas; e em último, em termos estatísticos, para desenvolver atividades manuais, mecânicas, ligadas aos couros, peles, metais, madeiras, vestuários, etc.

5.2. Compradores, vendedores e atividades ocupacionais.

A partir dos dados da tabela acima não se pode responder às perguntas: quais atividades eram exercidas por estes escravos vendidos e para quais atividades eram comprados. Esboçaremos algumas respostas nas tabelas que seguem. Para tanto, efetuaremos uma operação de cruzamento de dados das escrituras de compra e venda de escravos com dados dos inventários post-mortem e com um arquivo nominal, concebido por nós, de indivíduos inventariados na comarca. Através do cruzamento de fontes obteremos dados sobre as características das unidades produtivas, possibilitando-nos informações sobre tipos de lavouras cultivadas, o tamanho dos plantéis e em que proporção os donos de pequenos, médios e grandes plantéis participaram do processo de compra e venda de cativos.

Tabela 4

Distribuição da frequência dos escravos comprados e vendidos em relação ao tamanho dos plantéis, 1860-1888.

Tamanho de Plantéis!	Comprados			Vendidos		
	N	!	(%)	N	!	(%)
0	12	!	18,0	7	!	19,4
Pequenos	11	!	16,4	10	!	27,8
Médios	14	!	20,8	8	!	22,2
Grandes	30	!	44,8	11	!	30,6
Totais	67	!	100,0	36	!	100,0

Fontes: Dados extraídos do cruzamento dos inventários com as escrituras de compra e venda de escravos e arquivo nominal dos proprietários. O tamanho dos plantéis se refere à época da abertura dos inventários e não à época da compra e venda. Os proprietários que tiveram seus inventários abertos após a Abolição foram expurgados da amostra final.

Na tabela 4 temos a distribuição de frequência dos escravos comprados e vendidos em relação ao tamanho dos plantéis dos proprietários. A metodologia utilizada foi a contagem de cada escravo vendido/comprado. Optamos por este procedimento ao invés de contar cada escritura. São 4 classes que se referem ao tamanho dos plantéis por ocasião da abertura dos inventários, e não, como o leitor poderia presumir, no instante da compra e venda. Neste trabalho consideramos proprietários de pequenos plantéis aqueles que possuíam de 1 a 3 escravos; proprietários de médios plantéis, aqueles que possuíam de 4 a 9; e proprietários de grandes plantéis, aqueles que detinham 10 ou mais escravos.

Nas linhas correspondentes aos tamanhos de plantéis, encontram-se descritos os diversos tamanhos. O número 0 (zero) corresponde àqueles inventários que por época da abertura já não detinham mais cativos. Nas colunas formadas pela letra N no alto, o leitor verá a frequência dos escravos comprados e vendidos em números absolutos. Nas colunas formadas pelo sinal (%), o leitor lerá a frequência em números percentuais. Na última linha, em sentido horizontal, aparecem os números 67 e 36 que totalizam a quantidade de escravos comprados e vendidos, respectivamente; o número 100 equivale a soma total da frequência relativa. Gostaríamos de lembrar ao leitor que, em muitos casos, não conseguimos efetuar o cruzamento dos nomes dos proprietários compradores e vendedores de escravos das escrituras com os titulares dos inventários. Apesar da grande maioria dos participantes deste mercado ter declarado domicílio nesta comarca, aqueles não localizados podem se constituir em indivíduos que não deixaram inventários ou eram simples procuradores.

18% dos escravos comprados pertenciam àquela faixa de proprietários cujos inventários não apresentaram mais escravos; eram proprietários inventariados que faleceram antes da abolição da escravatura e que tinham liquidado estes bens antes desta data, entretanto, no período estudado por nós, 1860-1888, realizaram em algum ponto ao longo do tempo transações comerciais com cativos. Não temos dados

para responder porque estas pessoas decidiram pela aquisição de cativos e sua posterior liquidação.

16,4% dos escravos comprados pertenceram aos donos de pequenos plantéis, 20,8% deles eram oriundos dos plantéis de tamanho médio, enquanto 44,8% tiveram origem nos grandes plantéis. O que se pode concluir da demonstração de tais resultados é que 55,2% (isto é, 18,0 + 16,4% + 20,8%) dos escravos transacionados tiveram procedência dos pequenos e médios plantéis. Do ponto de vista dos donos, trata-se de um grupo de riqueza bastante modesta (adquirente de cativos), evidenciando uma atitude senhorial não focalizada pela historiografia. Os historiadores enfatizam o papel dos grandes proprietários de escravos comprando cativos. Demonstramos a participação significativa de forma agregada dos pequenos e médios plantéis no sistema local de compra e venda. O grau de importância desta evidência cresce para a historiografia à medida em que fazemos uma comparação com as pesquisas mais recentes do prof. SCHWARTZ, do prof. LUNA e da profa. CASTRO. SCHWARTZ, estudando as paróquias baianas produtoras de cana e de gêneros de subsistência, observou um número médio de 5 escravos por proprietário, mesmo ainda no período colonial (1816-1817). LUNA, estudando alguns distritos mineradores, chegou à conclusão de que o número médio de escravos por proprietário girava em torno de 4, ainda no período colonial, 1718-1804. CASTRO, trabalhando em cima de dados para Capivary, província do Rio de Janeiro,

município produtor de café e de mandioca para o mercado regional, durante segunda metade do século XIX, afirmou que o número médio da posse girava em torno de 3, e logo depois, no último quartel do século XIX, tinha caído para 2 (15). Podemos afirmar a partir dos nossos dados e destas outras pesquisas que a estrutura produtiva do Brasil estava montada não só por grandes plantéis, mas também por pequenos e médios, aos quais a historiografia não tem dado a merecida atenção. Ao contrário, os historiadores têm dado um peso

15. A divisão dos plantéis com intervalos de 1 a 3 escravos, 4 a 9, e acima de 10 escravos, não se deu através de uma decisão arbitrária: o método constituiu-se do somatório de todos os 1.331 indivíduos escravos registrados nos inventários post-mortem, dividido pelo somatório da quantidade de inventários declarantes de cativos, 269, resultando na média 4,9. Alertamos ao leitor que este indicador revela o número médio de escravos por proprietário, e não, a relação escravo/propriedade fundiária declarada nestes registros. Vale lembrar que a média 4,9 escravos por proprietário, aproxima-se bastante da média 5 observada por SCHWARTZ para as paróquias que produziam cana-de-açúcar em pequena proporção e também gêneros de subsistência na capitania da Bahia, no final do período colonial, 1816-17. Cf. "Padrões de Propriedade de Escravos na América: Nova Evidência para o Brasil". Estudos Econômicos, v. 13, n. 1, p.259-287, 1983. S.Paulo, IPE-USP. LUNA, Francisco Vidal - "Minas Gerais: Escravos e Senhores - Uma Análise da Estrutura Populacional de alguns Centros Mineratórios". IPE-USP, 1981, tese de doutoramento. CASTRO, Hebe Maria Mattos - "Ao Sul da História". S.Paulo, Brasiliense, 1987. E também: "Beyond Masters and Slaves: Subsistence Agriculture as a Survival Strategy in Brazil during the Second Half of Nineteenth Century". H.A.H.R., v. 68, n.3, p. 461-485, 1988. Optamos por esta quantificação de cativos por tamanho de plantel porque julgamos que, dadas as características da região enquanto cultivadora de cana e algodão em pequena escala, plantadora de gêneros de subsistência e de uma pecuária extensiva também de pequena escala, um perfil máximo de pequenos plantéis em torno de 3 cativos, seria razoável. Tal opção mostrou-se bastante útil, como vimos, especialmente no capítulo referente à demografia.

excessivo aos grandes plantadores e seus escravos, motivados por uma certa tradição em se privilegiar algumas fontes e têm esquecido milhares de cativos organizados em pequenos e médios plantéis, bem como seus senhores, homens livres pobres que viviam lado a lado com seus negros e pardos em certo nível de pobreza.

Por outro lado, do ponto de vista da frequência dos escravos vendidos, observa-se que 69,4% (19,4% + 27,8% + 22,2% = 69,4%) deles foram oriundos de pequenos e médios plantéis e de proprietários em cujos inventários não os tinham arrolado em espólio, pois já os tinham vendido. Estes proprietários, certamente constituíam-se em ex-donos de pequenos e médios plantéis. Por outro lado, apenas 30,6% dos escravos vendidos vieram dos grandes plantéis. Daí se conclui que os donos de pequenos e médios plantéis agregadamente participaram muito mais da venda de seus cativos do que os donos dos grandes plantéis, apesar destes últimos terem tido uma participação significativa de forma agregada.

Algumas páginas atrás nós argumentamos que o sentido das atitudes de compra e venda dos escravos por seus senhores, na comarca de Bananeiras, poderia ser em parte compreendida a partir do primeiro registro censitário. Abordando outras fontes pudemos responder parcialmente quem eram estes senhores. A imagem que desponta destas evidências

se diferencia da outra imagem retratada pela historiografia que mostra barões e grandes proprietários comprando cativos para suas vastas plantations. A visão ou idéia evocada de nossos dados traça uma representação do comércio de escravos bem diversa daquela que estamos habituados a ter em nossas mentes. Uma parcela bastante representativa dos escravos comprados, 55,2% (= 18,0% + 16,4% + 20,8%), tiveram procedência dos pequenos e médios plantéis contrastando com a participação dos escravos provenientes dos grandes plantéis cuja cifra chega a 44,8%. Do ponto de vista da venda, 69,4% (= 19,4% + 27,8% + 22,2%) dos escravos vendidos tiveram procedência dos pequenos e médios plantéis, enquanto 30,6% tiveram procedência dos grandes plantéis.

É necessário observar que 87,3% (em média) da posse da população escrava estava constituída por donos de pequenos e médios plantéis, enquanto 12,7% (em média) constituíam-se em donos de grandes plantéis (16). Do ponto de vista da distribuição da população cativa, 57,2% (em média) estava nos pequenos e médios plantéis, enquanto 42,8% estava nos grandes plantéis (17). Veja a tabela que segue.

16. Para entender a metodologia usada basta observar a tabela 1 do capítulo 1, onde na parte superior da coluna da direita está escrito Total e N. N refere-se ao total das posses (propriedades) de cativos: são 150 em relação ao grupo dos donos de pequenos plantéis, 85 em relação ao grupo dos donos dos médios plantéis e 34 em relação ao grupo dos donos de grandes plantéis, perfazendo a soma de 269 posses. Se somamos $150 + 85 = 235$ e dividimos este último número por 269 chegaremos a 87,3. É notório que trata-se de uma média, pois estamos trabalhando um longo tempo, 1830-1888.

Tabela 5

Distribuição de frequência dos escravos comprados e vendidos em relação aos tamanhos de plantéis, à estrutura de posse e à distribuição da população cativa.

Tamanhos de Plantéis	! Compra- dos %	! Vendi- dos %	! Estru- tura de posse %	! Distribuição da população cativa %
Peq/Médios	! 55,2	! 69,4	! 87,3	! 57,2
Grandes	! 44,8	! 30,6	! 12,7	! 42,8
	! 100,0	! 100,0	! 100,0	! 100,0

Fontes: Tabelas 1 e 2 do capítulo 1 e tabela 4 do capítulo 5. Para metodologia, veja as notas de números 16 e 17.

É possível que a existência de uma larga faixa de estrutura de posse de donos de pequenos e médios plantéis (87,3 %) tenha influenciado a inserção destes - sempre em patamares superiores - no mercado local, se comparamos com a fração dos donos de grandes plantéis cuja posse se restringe a 12,7%. Este fato é coerente com a participação dos donos de pequenos e médios plantéis em níveis superiores (55,2% dos escravos comprados e 69,4% dos vendidos) em

17. A metodologia usada para a distribuição da população cativa foi semelhante a usada na posse. Na tabela 2 do capítulo 1, vê-se na parte superior direita a palavra Total e a letra N. N corresponde ao total de escravos distribuídos por tamanhos de plantéis. Se somamos 280 escravos localizados em pequenos plantéis + 481 localizados em plantéis de tamanho médio chegaremos a 762; e se dividimos este último número pelo total de escravos (1.331), chegaremos a 57,2. É notório se tratar de um número médio, pois estamos trabalhando com uma margem longa de tempo, 1830-1888.

relação aos dos donos de grandes plantéis (44,8 % dos escravos comprados e 30,6% dos escravos vendidos). Entretanto, o que importa perceber é o contraste entre pequenos/médios e os grandes no sistema de compra e venda de cativos na região, associando-os à estrutura de posse de escravos e à distribuição desta população. Algumas conclusões podem ser extraídas da tabela acima: a primeira, o grupo dos donos de pequenos e médios plantéis participou muito mais da atividade de venda (69,4%) do que da atividade de compra (55,2 %); a segunda, o grupo dos donos dos grandes plantéis, participou muito mais da atividade de compra (44,8%) do que da atividade de venda (30,6%); a terceira, é um corolário das duas anteriores, observa-se uma transferência líquida dos escravos oriundos dos pequenos e médios plantéis em direção aos grandes.

A tabela 6 abaixo refere-se à distribuição de frequência dos escravos comprados e vendidos em relação às atividades econômicas desenvolvidas pelos compradores e vendedores de cativos. São 4 classes de compradores e vendedores a partir dos tipos de lavouras plantadas.

Tabela 6

Distribuição de frequência dos escravos comprados e vendidos em relação às atividades dos compradores e dos vendedores de escravos, 1860-1888.

Atividades dos compradores e vendedores	! Comprados		! Vendidos	
	! N	! (%)	! N	! (%)
Mandioca/gado	! 8	! 13	! 7	! 21
Algodão/mandioca gado	! 28	! 45	! 10	! 30
Cana-de-açúcar/ mandioca/gado	! 11	! 18	! 3	! 9
Cana-de-açúcar/ algodão/mandioca/ gado	! 15	! 24	! 13	! 40
Totais	! 62	! 100	! 33	! 100

Fontes: Dados extraídos do cruzamento dos inventários e das escrituras de compra e venda e do arquivo nominal. Foram expurgados 4 inventários que não apresentaram indícios de tipos de atividades desenvolvidas. Outros 2 também o foram por estarem fora do período.

Esclarecemos que na documentação reunida, o cultivo dos gêneros alimentícios, de certa maneira, era realizado de forma consorciada. Isto é, os plantadores de cana-de-açúcar e algodão cultivavam simultaneamente roças de mandioca e pomares de diversas frutas regionais. Estas últimas aparecem de forma explícita mas raramente na documentação. Há alusão ao cultivo de milho e de arroz de forma pouco frequente.

Quando a cana-de-açúcar aparece na documentação consorciada a outro item, como por exemplo, algodão, nós entendemos que tais indivíduos podem ser considerados grandes e tradicionais plantadores da região. Enquanto que aqueles que apareceram plantando algodão associado à mandioca e ao gado, ou simplesmente, cultivando mandioca e criando gado, podem ser considerados produtores menores sem grandes recursos, e por conseguinte, possuidores de limitada estratégia no sentido de se inserirem no estrato hierarquicamente mais poderoso da região.

Do ponto de vista da atividade da compra, observou-se que 42% (24% + 18 %) dos escravos comprados tiveram procedência dos plantéis daqueles indivíduos que estavam plantando cana associada às outras culturas, enquanto 58% (13% + 45%) dos escravos comprados, tiveram origem dos plantéis cujos donos não plantavam cana. A cana por sua vez requeria um volume grande de mão-de-obra para plantio e trato. Apesar dos preços deprimidos, inúmeros plantadores continuaram cultivando-a; outros, menores, provavelmente, se dirigiram para lavouras de menor dispêndio, como a do algodão.

Por outro lado, aqueles que não cultivavam cana e eram produtores de mandioca, gado e algodão, demonstraram uma significativa participação, 58%, na atividade da compra de cativos. Confrontando estes resultados com uma visão da

historiografia na qual as culturas mais pobres, isto é, as de menor rentabilidade, estavam pouco associadas ao trabalho escravo, pode-se afirmar que não era bem assim. Os nossos dados revelam que: a) tais culturas estavam sim associadas ao trabalho cativo; b) elas geravam renda suficiente possibilitando que seus proprietários comprassem mercadorias tão caras quanto escravos na segunda metade do século XIX. Quanto à primeira observação de que havia uma presença considerável de escravos em setores da estrutura produtiva considerados pouco dinâmicos, SCHWARTZ em seu trabalho já referido, concluiu ao analisar paróquias que se destacavam pelo volume de produção de gêneros de subsistência na Bahia colonial que "a agricultura de subsistência não era exclusivamente uma atividade de camponeses livres no Brasil colonial." CASTRO, em seu livro sobre Capivary, confirma a assertiva de SCHWARTZ. O nosso trabalho confirma a conclusão dos dois e vai um pouco mais além, mostrando que este setor possuía uma certa dinâmica interna chegando até a criar um mercado local, resultado da existência de renda significativa para aquisição de mercadorias tão caras quanto os escravos naquele momento.

Por outro lado, do ponto de vista da atividade da venda, observou-se que as duas categorias de plantadores de cana participaram menos da venda 49% (40 % + 9 %) do que os não-plantadores 51% (21% + 30 %).

Veja as conclusões mais gerais sobre as atividades dos compradores e vendedores de escravos relacionadas à sua estrutura de posse por setor econômico e à distribuição desta população também por setor na tabela 7 abaixo.

Tabela 7

Distribuição de frequência dos escravos comprados e vendidos em relação às atividades dos cultivadores, à estrutura de posse dos cativos e à distribuição desta população por setores de produção agrícola.

Atividades dos cultivadores	Compra-! dos %	Vendi-! dos %	Estru-! tura de! posse %	Distribuição da população cative. %
Plantadores de cana	42	49	15	29
Não-plantadores de cana	58	51	85	71
	100	100	100	100

Fontes: Tabelas 3 e 4 do capítulo 1 e tabela 6 do capítulo 5.

Do ponto de vista da atividade de compra de cativos, observou-se que 58% da frequência dos escravos comprados eram oriundos dos plantéis de não-plantadores de cana, enquanto que 42% deles provinham dos plantéis de plantadores.

Do ponto de vista da atividade de venda de cativos, 51% dos cativos vendidos eram oriundos dos não-plantadores de cana, enquanto que 49% deles provinham dos plantadores.

Pode-se concluir que houve uma transferência líquida da mão-de-obra cativa dos não-plantadores de cana em direção aos plantadores.

É importante perceber que embora 15% da estrutura de posse da população escrava estivesse nas mãos dos plantadores de cana e detivessem apenas 29% desta população, os plantadores de cana dinamizaram ativamente o comércio local e apresentaram índices altos de participação neste mercado.

5.3. Considerações gerais

Analisando o comportamento do mercado local do ponto de vista da demanda e da oferta, relacionando-o com as atividades sócio-econômicas e com os tamanhos dos plantéis dos compradores e vendedores de escravos, temos as conclusões que seguem.

Primeiro, do ponto de vista da compra:

1. Uma boa parcela dos escravos comprados - 55,2% - teve origem dos pequenos e médios plantéis, enquanto 44,8% deles eram oriundos dos grandes plantéis.

2. A maior parte - 58,0% - dos escravos comprados teve origem dos plantéis dos não-plantadores de cana,

enquanto 42% deles eram oriundos dos plantadores.

3. A economia local possuía uma dinâmica própria e gerava renda suficiente para compra de mercadorias tão onerosas quanto escravos naquele momento.

Segundo, do ponto de vista da venda:

1. Uma grande parcela dos escravos vendidos - 69,4% - teve origem dos pequenos e médios plantéis, enquanto apenas 30,6% deles eram oriundos dos grandes plantéis.

2. Uma parcela ligeiramente maior - 51,0% - dos escravos vendidos pertenceu aos não-plantadores de cana, enquanto que uma parcela um pouco menor - 49,0% - deles pertenceu aos plantadores de cana.

3. Evidenciou-se uma transferência líquida de escravos de pequenos e médios proprietários em direção aos grandes, e de não-plantadores de cana em direção àqueles plantadores de cana-de-açúcar. Tal tendência confirma as conclusões de SLENES sobre o tráfico inter e intra-regional de escravos: a grande maioria dos cativos teve origem das áreas urbanas e de regiões de agricultura de não-exportação (non-plantation agriculture); como também os resultados de GALLOWAY que argumenta a importância da participação dos pequenos e médios proprietários neste tipo de comércio. Entretanto, TOPLIN, CONRAD e EISENBERG estão também parcialmente corretos quando mostram a significativa importância dos plantadores de cana no mercado de escravos

que, como nós vimos, apesar de deterem 15% da estrutura de posse de escravos e 29% da população cativa, tiveram uma expressiva participação no comércio local. (18)

A partir destes dados, nosso argumento é: de fato houve um impacto na economia açucareira e outras economias também sofreram um certo impacto, se analisamos esta problemática circunscrita ao comportamento do mercado estritamente local. Tal resultado não surpreende pois o grau de difusão da propriedade escrava era bastante alto, conforme temos visto a partir dos últimos estudos de história econômica, se comparado com o Caribe. Não podemos aqui no âmbito deste trabalho quantificar as perdas destas economias. Entretanto, a imagem recriada a partir destes dados retrata um segmento de pequenos e médios proprietários de escravos como também de senhores plantadores de algodão, mandioca e criadores de gado que participaram da compra e venda de cativos. Para além da idealização de um mundo rural novecentista povoado por senhorzinhos e sinhazinhas com suas casas grandes e senzalas, habitado por imensos plantéis de escravos a produzir açúcar e café, havia também um outro mundo, habitado por senhores proprietários de pequenos e médios plantéis que detinham conjuntamente uma grande fatia da escravaria da comarca e plantavam culturas

18. Veja as referências completas nas notas de número 7 e 8 acima.

consideradas de pouco prestígio e status social. Tal segmento tem sido esquecido pelos historiadores que insistentemente investigam os barões e os grandes plantadores das chamadas culturas de exportação.

Reflexões Finais

"Posse de Escravos e Produção no Agreste Paraibano: Um Estudo sobre Bananeiras, 1830-1888" demonstra o papel da mão-de-obra escrava ao longo dos últimos anos da escravidão, nas diversas unidades produtivas do município de Bananeiras, situado na região Agreste do Nordeste. Estas unidades eram formadas por propriedades agrícolas e de criação de gado, produtoras de cana, de algodão e de mandioca. Em torno de 87% dos proprietários de escravos constituíam-se em donos de pequenos e médios plantéis, e 57% dos escravos encontravam-se distribuídos neles. A distribuição desta população de cativos em relação aos setores cana, algodão e mandioca/gado mostrou-se muito homogênea, a saber, respectivamente, 29%, 35% e 36%. Por outro lado, o maior número médio de escravos por inventários ficou por conta do setor canavieiro, 9,3; no setor produtor de algodão, 6,0; e no setor produtor de mandioca e gado, 3,2. Este resultado corrobora aqueles de WRIGHT, SCHWARTZ e SLENES e vão na direção contrária daqueles dos MARTINS, pois à medida em que a mão-de-obra escrava apresentava-se associada às tradicionais lavouras de exportação, o número médio desta força de trabalho tendia a aumentar.

A classe dos lavradores de cana e senhores de engenho apresentou os maiores índices de riqueza patrimonial e de valorização de terras. Porém, o maior índice da presença de maquinismos de processamento de cana, de algodão e de mandioca,

ficou por conta dos donos de médios plantéis. O grupo dos donos de grandes plantéis apresentou, entretanto, o maior número médio de cabeças de gado por inventário.

A classe dos lavradores de algodão apresentou o segundo maior índice de riqueza patrimonial e de valorização de terras. Analogamente aos donos de médios plantéis da classe dos lavradores de cana e senhores de engenho, este mesmo grupo dos lavradores de algodão apresentou os maiores índices de maquinismos para processamento de algodão e de mandioca. Este grupo também apresentou o maior número de cabeças de gado, de forma agregada, em relação à sua classe; entretanto, apresentou um número médio de cabeças por inventário, ligeiramente menor, 39, daquele referente ao grupo dos donos de grandes plantéis, 42.

A classe dos lavradores de mandioca e criadores constituiu-se em 56% da população titular de inventários da comarca e no segmento que apresentou terras menos valorizadas, possuindo em média duas partes de terras por patrimônio, pequenos plantéis, bem como os níveis mais baixos de riqueza patrimonial. Apresentou, em conjunto, a maior produção de gado da região, 5.755 cabeças, contrastando com a produção da classe dos lavradores de cana e senhores de engenho, 2.047, e também com a produção dos lavradores de algodão, 2.828, e, uma média de 25 cabeças de gado por patrimônio. Roçados de milho, feijão, macaxeira, inhame, arroz, certamente faziam parte de suas práticas agrícolas, tão raramente mencionadas nos inventários,

sinal que eram produtos de baixo índice de comercialização. Suas eventuais sobras eram dirigidas às feiras locais semanais e trocadas por tecidos, aguardentes, rapaduras, produtos de pequeno valor monetário.

Analisando as transferências locais (mercado de escravos) entre os diversos produtores, observamos que os donos dos grandes plantéis e os plantadores de cana participaram, agregadamente, da maior fatia da compra de cativos, contrastando com a participação dos donos dos pequenos e médios plantéis e dos não-plantadores de cana que participaram da menor fatia. Do ponto de vista da venda de cativos, os donos de pequenos e médios plantéis juntamente com os não-plantadores de cana participaram, em conjunto, de uma fração maior do que os donos de grandes plantéis e os plantadores de cana.

* * *

A experiência do cativo na região focalizada revelou a presença de uma massa significativa de donos de pequenos e de médios plantéis nos quais um contingente não desprezível de escravos vivenciou tal instituição. Se é verdade que a experiência nos pequenos e médios plantéis foi muito mais generalizada na história deste país do que até então se pensava, deve ser igualmente verdade que suas histórias de vida devem ter se diferenciado muito daquelas que tratam do cativo nos grandes plantéis. Certamente o controle por parte de seus

senhores deve ter sido muito maior na primeira situação. Por outro lado, a experiência de ter compartilhado com seus senhores uma aproximação física maior, deve ter trazido também alguns benefícios. Não raras vezes pudemos observar situações assim: uma senhora possuía um casal de velhos escravos, uma pequena parte de terras para cultivar e uma casa de telha e taipa. O sentimento derivado do frágil poder de propriedade poderia separá-los, assim como uni-los por sentimentos de solidariedade, onde neste caso específico, ser proprietário constituía-se em uma tênue linha divisória de poder e diferenciação social e econômica. Em muitos inventários encontramos uma situação assim: um casal mais alguns filhos, donos de um pequeno plantel com três escravos e de uma ou duas pequenas partes de terras, poderiam sentir necessidade daquele pequeno plantel tanto quanto os componentes deste poderiam sentir necessidade daquela pequena casa de taipa e daquelas poucas braças de terras para cultivar suas subsistências.

Ser escravo nestas circunstâncias certamente significou um modo de vida e de relações de compadrio diversas daquelas dos grandes plantéis. Os vínculos possivelmente aconteceram muito mais entre os escravos e os senhores do que entre os cativos entre si. A autonomia destes cativos, um aspecto importante a ser observado, passaria muito mais por vínculos e por relações verticais entre as classes/camadas sociais do que por ligações intra classe.

O fim do tráfico negreiro demandou uma transferência de grande número de cativos das províncias do Nordeste em direção ao Sudeste, especialmente para as áreas de expansão das unidades agroexportadoras em regiões de fronteira. Na comarca de Bananeiras, o maior impacto em relação à perda de cativos se deu na passagem do final da década de 1850 para 1860: na primeira, 463 cativos estavam distribuídos entre os plantéis de vários tamanhos; na segunda, apenas a metade, 234, estava igualmente distribuída, evidenciando que todos os grupos de proprietários de cativos apresentaram perdas sem, entretanto, apresentar uma significativa mudança nos padrões de distribuição e de posse de cativos em relação aos anos anteriores. Houve sim, como já observamos, uma ligeira concentração em direção aos grandes plantéis. O impacto do fim do tráfico, portanto, afetou não só grandes, como também pequenos proprietários, plantadores de cana, algodão, mandioca e criadores. Conforme sugeriu a professora CASTRO (1), devemos entender a escravidão hoje não mais a partir da plantation, mas a partir do conceito de acumulação. Neste sentido, "Posse de Escravos e Produção..." evidencia uma estrutura social muito mais complexa, formada não só por unidades agroexportadoras, composta por grandes proprietários, escravos, uma vasta massa de moradores, agregados, assalariados e diaristas, mas também um contingente significativo de pequenos sítiantes donos de pequenos plantéis. E vamos mais além.

1. CASTRO, Hebe Maria Mattos - "A Escravidão fora das Grandes Unidades Agroexportadoras". In: CARDOSO, Ciro Flamarion (org.) Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988, p. 32-46.

Suspeitamos que esta situação foi muito mais generalizada no Brasil do que o estágio atual das pesquisas históricas ainda nos mostra. É necessário, portanto, voltar a atenção para mais pesquisas de base empírica massiva para que possamos ter claro um novo quadro teórico.

* * *

Os MARTINS (2), ao explicarem a grande população cativa mineira, argumentam que o setor produtor de gêneros alimentícios (mantimentos), voltado para os mercados locais, teria atraído aquela população. SLENES (3) entre outros argumentos, - aqui citamos aquele que julgamos o mais importante -, afirma que os setores agroexportador (o café), o minerador e o têxtil, juntos, e seus efeitos multiplicadores internos à economia mineira, geraram renda suficiente para a compra de tantos cativos. FRAGOSO (4), argumenta a existência de um mercado interno, de uma

2. MARTINS, Roberto e MARTINS FILHO, Amílcar - "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited". H.A.H.R., v. 63, n. 3, p. 537-568, ago.1983. Veja também a resposta: "Slavery in a Nonexport Economy: A Reply". H.A.H.R., v.64, n.1, p. 135-146, fev. 1984.

3. SLENES, Robert A. W. - "A Escravidão numa Economia ligada à Exportação (Perspectivas Alternativas sobre Minas no século XIX)". Cadernos IFCH, UNICAMP, n. 17, jun. 1985. Saiu também uma versão em inglês intitulada - "Comments on Slavery in a Non-Export Economy (I)". H.A.H.R., vol. 63, n.3, ago. 1983, p. 569-581. Veja também sua tréplica: "Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX". Cadernos IFCH, UNICAMP, n. 17, jun. 1985, p. 39-80.

4. FRAGOSO, João Luís - "O Império Escravista e a República dos Plantadores. A Economia Brasileira no Século XIX: Mais do que uma plantation escravista-exportadora". In: LINHARES, Maria Yedda

acumulação endógena, capazes de reproduzir em escala ampliada seus capitais em setores agroexportadores em processo de expansão. Este dado o leva a supor que o mesmo ocorrera em Minas Gerais; só que, ali, a nova criação fora de sistemas agrários escravistas ligados ao abastecimento interno.

No nosso ponto de vista, os resultados da pesquisa de SLENES e FRAGOSO vão na mesma direção dos resultados da nossa pesquisa. SLENES está certo quando afirma que só o setor agroexportador poderia ter gerado renda suficiente para aquisição de tantos escravos; por sua vez, seguindo a linha de raciocínio desenvolvida por FRAGOSO: o setor agroexportador teria realizado o efeito de desencadear, de estruturar e desenvolver outras economias (isto é, a produção de mantimentos para os mercados locais aos quais os MARTINS se referem). O papel da agroexportação, portanto, seria o de provocar uma produção interna, gerando uma acumulação endógena e promovendo relações de troca entre tais sistemas econômicos. Uma vez instalados, estes sistemas ligados à acumulação endógena adquiririam movimento próprio e uma relativa autonomia em relação ao setor agroexportador.

"Posse de Escravos e Produção...", neste sentido, contribui com uma parcela empírica, mostrando um pequeno comércio local de escravos, onde a compra de um cativo equivalia

(org.) História Geral do Brasil. 3a. edição, Rio de Janeiro, Campus, 1990. p.142-146.

naquela ocasião a um maquinismo completo de processamento da cana. Esta atitude senhorial não pode ser vista como irracional. Havia um sentido não apenas ideológico mas também econômico. Não obstante a aparente disponibilidade de moradores, - trabalhadores livres - como se referiram TOLLENARE (5), contemporâneos e historiadores, tal mão-de-obra não estava totalmente disponível, expropriada do acesso às terras. A transição no Nordeste foi se dando de forma lenta, o que possibilitou uma vinculação à terra através de mecanismos e relações econômicas e extra-econômicas. A figura do foreiro esteve muito presente na região estudada por nós. Este indivíduo pagava a pequena quantia de 30.000 réis anuais pelo uso da terra por três a cinco anos (em meados da década de 1870). Em muitas outras situações, - sem registro cartorial -, suspeitamos que inúmeros grandes proprietários devem ter cedido suas terras ociosas aos moradores, sem estes nada pagarem, a troco de cultivarem lavouras em terras de seu patrão, e mantimentos de subsistência para ele e sua família. A partir desta reflexão, torna-se possível entender este comércio de escravos, a nível local, tema tão esquecido por historiadores.

O modelo pensado por WRIGHT (6) no qual descreve-se uma oferta elástica de terras e uma oferta inelástica de

5. TOLLENARE, L.F. - "Notas Dominicais...nos Anos de 1816, 1817 e 1818". Segundo a estimativa deste viajante a população livre de moradores e agregados do sul da Mata de Pernambuco constituía-se então em 95 % da população total.

6. WRIGHT, Gavin - "The Political Economy of the Cotton South". New York, 1978. Veja especialmente o capítulo 3: The Microeconomics of Plantation and Farm, p. 43-89.

trabalho apresenta elementos para pensar a realidade por nós estudada. No caso da região de Bananeiras, a oferta de terras neste momento apresentava-se definida por um acesso à terra para boa parte da população (7), como também por uma relativa inelasticidade do fator trabalho. No modelo por nós esboçado para o caso de Bananeiras, observou-se: 1. a existência de uma frequência crescente de maiores plantéis à medida em que estes encontravam-se associados ao cultivo de cana; 2. de maneira diversa, detectamos a existência de uma frequência decrescente de maiores plantéis associados às atividades ligadas ao algodão (voltado para exportação), à mandioca e ao gado. Ao contrário do modelo de WRIGHT no qual a presença de maiores plantéis está associada aos cultivos com alto grau de mercantilização, e apesar da especificidade da lavoura de algodão de Bananeiras estar voltada para exportação, e estranhamente inserida num contexto onde a presença de maiores plantéis assume uma tendência decrescente, pode-se entender as características desta produção através do perfil dos produtores de algodão da região - a classe dos lavradores de algodão. O plantio, neste contexto particular, foi vivenciado por pequenos proprietários e produtores, uma vez que: 1. não demandava capitais avultados para seu cultivo e podia

7. Veja: VIOTTI DA COSTA, Emília - "Política de Terras no Brasil e nos Estados Unidos". In: Da Monarquia à República. Momentos Decisivos. São Paulo, Hucitec, 1979. 2a. edição, pp.127-147. Veja também: DEAN, Warren - "Latifundia and Land Policy in Nineteenth-Century Brazil". H.A.H.R., v. 51, n. 4, Nov. 1971, p. 606-625. Este último autor dá ênfase no processo de concentração da propriedade de terras. Os dois autores não abordam o problema do acesso à terra através de figuras como moradores, agregados, arrendatários, etc.

ser desenvolvido por um trabalho familiar; 2. a prática do cultivo consorciado, garantia, através do plantio de lavouras de subsistência, a base para a reprodução da força de trabalho familiar e de agregados, podendo ser desenvolvida também por lavradores pobres(8).

WRIGHT conclui que a presença de cativos naquelas circunstâncias representaria uma tendência em direção à agricultura comercial. Os nossos dados apontam nesta direção; mostram uma associação positiva da presença de maiores plantéis em relação à frequência dos patrimônios que apresentaram produção de cana-de-açúcar. Os patrimônios cujos traços fundamentais caracterizavam seus titulares enquanto lavradores de algodão apresentaram um padrão declinante de frequência à medida em que aumentava o tamanho dos plantéis, desenhando um perfil muito próximo às possibilidades de um modelo de produção camponesa familiar, porém detentora de pequenos plantéis. A grande difusão e dispersão da propriedade da mão-de-obra cativa nesta região e noutras - como demonstrou SCHWARTZ - explica a presença desta força de trabalho em camadas sociais de modestos recursos que cultivavam algodão, mandioca e criavam gado. Por outro lado, este autor também demonstrou que o grau de concentração desta propriedade tendia a crescer à medida em que as paróquias se especializavam na produção de açúcar. Este resultado foi também

8. FERNANDES, Irene R. da Silva - "A Capitania Real da Paraíba: Bases Históricas de sua Formação". Textos UFPb/NDIHR, n. 25, abril de 1991.

comprovado por COSTA e LUNA para 10 municípios paulistas no início do século dezanove. A nossa pesquisa demonstrou que o número médio de escravo por inventário crescia à medida em que esta mão-de-obra estava associada às mercadorias mais valorizadas (9). Portanto, os resultados colhidos por SCHWARTZ, COSTA e LUNA, SLENES, FRAGOSO e os nossos próprios vão em direção ao modelo pensado por WRIGHT no qual a presença de maiores plantéis aparece associada a cultivos voltados para os mercados mais distantes. Concordamos com os MARTINS quando eles enfatizam o papel da mão-de-obra escrava em cultivos voltados para os mercados locais, este resultado porém confirma outros estudos. Discordamos do modelo rígido por eles elaborado no qual milhares de cativos teriam sido comprados por setores de menor produtividade e rentabilidade sem a participação significativa dos setores mais dinâmicos e de maior rentabilidade cujos efeitos multiplicadores teriam promovido a estruturação de outras economias. Os nossos dados mostram um grande grau de difusão e dispersão da mão-de-obra cativa e também uma relativa concentração no setor canavieiro; mostram também que apesar da participação significativa dos donos de pequenos e médios plantéis e de não-plantadores de cana na compra de cativos, a participação mais significativa ainda foi dos donos de grandes plantéis e de plantadores de cana.

9. Veja a tabela 4 do capítulo 1 onde elaboramos um levantamento quantitativo dos inventários post-mortem, por setores econômicos, entre os proprietários de escravos. O número médio de escravos por inventário nos setores mandioca/gado, algodão e cana foi crescente e respectivamente: 3,2, 6,0 e 9,3.

Neste sentido, "Posse de Escravos e Produção no Agreste Paraibano: Um Estudo sobre Bananeiras, 1830 - 1888" contribui em direção às reflexões sobre as visões da historiografia acerca do papel da mão-de-obra escrava nas inúmeras atividades econômicas, bem como reconstitui, documenta e pondera a importância desta força de trabalho em tais atividades.

FONTES

Fontes Primárias:

A - Arquivos dos Cartórios de Primeiro e Segundo Ofícios da Comarca de Bananeiras.

Coleção de Inventários post-mortem

Foi levantado todo o acervo de inventários post-mortem da comarca de Bananeiras para o século XIX, nos cartórios de primeiro e segundo ofícios. Esta coleção é composta de 779 peças, estendendo-se até o ano de 1925. A idéia original deste projeto era trabalhar também as primeiras décadas do período pós-abolição, porém, para efeito desta dissertação de mestrado, decidimos focalizar apenas o período dos últimos anos da escravidão; sendo assim, trabalhamos efetivamente com 447 inventários, cuja lista que segue, está organizada por ordem de apresentação dos capítulos, a saber: I. lavradores de cana/senhores de engenho; II. lavradores de algodão; e finalmente, III. lavradores de mandioca e criadores. A ordem trabalhada obdeceu uma cronologia ascendente.

I - Lavradores de cana e senhores de engenho.

I.I.Os não-proprietários de escravos (a ordem é a mesma da tabela 2):

- 1-Inventário de Marianna Thereza de Jesus, 1837, m.6, A.C.S.O;
- 2-Inventário de João Baptista Ribeiro, 1859, m.4, A.C.S.O;
- 3-Inventário de Roalina Rangel de Jesus, 1859, m.4, A.C.S.O;
- 4-Inventário de Luis Geminiano de Freitas, 1869, m.14, A.C.S.O;
- 5-Inventário de Manoel Fernandes de Souza, 1872, m.8, A.C.S.O;

I.II.Os donos de pequenos plantéis (a ordem é a mesma da tabela 3):

- 1-Inventário de (ilegível), 1837, m.13, A.C.S.O.
- 2-Inventário de Izabel Maria da Conceição, 1844, m.14, A.C.S.O.;
- 3-Inventário de Roza Maria Achioles, 1854. m.22, A.C.S.O.;
- 4-Inventário de Chrispiniano Antonio de Miranda Henriques e Maria Venceslau Fernandes, 1857, m.3, A.C.S.O.;
- 5-Inventário de Antonio José Fernandes, 1860 m.1, A.C.S.O.;
- 6-Inventário de Joaquim Maria d'Assunção, 1862, m.18, A.C.S.O;
- 7-Inventário de Zeferino de Medeiros, 1864, m.7, A.C.S.O;
- 8-Inventário de Maria Francisca de Jesus, 1866, m.7, A.C.S.O;

I.III.Os donos de plantéis de tamanho médio (a ordem é a

mesma da tabela 4):

- 1- Inventário de Josefa Maria de Jesus, 1834, m.3, A.C.S.O.;
- 2- Inventário de Joaquim do Rego Toscano de Brito, 1840, m. 14, A.C.S.O.;
- 3- Inventário de D. Joaquina Barboza da Silva, 1860, m.1, A.C.S.O.;
- 4- Inventário do tenente-coronel Joaquim do Rego Toscano de Brito (filho do homônimo cujo inventário foi aberto em 1840), 1872, m. 8, A.C.S.O.;
- 5- Inventário de José Ferreira da Rocha, 1874, m.6, A.C.S.O.;
- 6- Inventário de Firmino de Bastos Fernandes, 1877, m. 6., A.C.S.O.;
- 7- Inventário do padre Emygdio do Rego Toscano de Brito (filho de Joaquim do Rego Toscano de Brito cujo inventário foi aberto em 1840), 1879, m. 11, A.C.S.O.;
- 8- Inventário de Nicolao Jozé de Carvalho Britto, 1882, m.11, A.C.S.O.;
- 9- Inventário de Maria Madalena Alves da Conceição, 1882, m. 7, A.C.S.O.;
- 10- Inventário de Thereza Accioly do Rego, 1884, m.6, A.C.S.O.;
- 11- Inventário de Francisco Xavier de Mello, m.1864-1899, A.C.P.O.;
- 12- Inventário de João Soares de Albuquerque, 1883, m.20, A.C.S.O.

I.IV.Os donos de grandes plantéis (a ordem é a mesma da tabela 5):

- 1- Inventário de (ilegível), 1832, m. 18, A.C.S.O.;
- 2- Inventário de (ilegível), 1832, m. 6, A.C.S.O.;
- 3- Inventário de Miguel Ribeiro de Jesus, 1839, m.3, A.C.S.O.;
- 4- Inventário de Antonio Jozé Baptista, 1850, m.19, A.C.S.O.;
- 5- Inventário de Anna Joaquina da Silva, 1850, m.19, A.C.S.O.;
- 6- Inventário de Manoela Senhorinha Carneiro da Cunha, 1851, m. 19, A.C.S.O.;
- 7- Inventário da (esposa do capitão Nicolao José de Carvalho Britto), 1851, m. 19, A.C.S.O.;
- 8- Inventário de Agostinho de Souza Barboza, 1856, m.7, A.C.S.O.;
- 9- Inventário do tenente-coronel Leonardo Bezerra Cavalcante, 1859, m. 4, A.C.S.O.;
- 10- Inventário de Bartholomeu Bezerra da Silva e Anna Maria da Conceição, 1861, m. 1, A.C.S.O.;
- 11- Inventário de Joaquina Francelina da Cunha, 1867, m.7, A.C.S.O.;
- 12- Inventário de Anna Joaquina do Carmo, 1868, m.14, A.C.S.O.;
- 13- Inventário do tenente-coronel João de Andrade de Freitas Cupaoba, 1873, m.18, A.C.S.O.;
- 14- Inventário do barão e da baronesa de Araruna (Estevão José da Rocha e esposa), 1874, m. 6, A.C.S.O.;

- 15-Inventário de Antonio Candido Thaumaturgo de Farias,
(genro do barão de Araruna), 1876, m. 6, A.C.S.O.;
16-Inventário de Josefa Emília da Costa, 1878, m. 11,
A.C.S.O.;
17-Inventário de tenente-coronel Antonio Jozé da Cruz
Marques, 1879, m. 5, A.C.S.O.

II - Lavradores de algodão

II.I. Os não-proprietários de escravos (a ordem é a mesma
da tabela 2):

- 1- Inventário de Maria Francisca da Conceição, 1836, m.5,
A.C.S.O;
2- Inventário de Cosme Mendes da Silva, 1836, m.5, A.C.S.O;
3- Inventário de Maria da Conceição, 1837, m.13, A.C.S.O;

- 4- Inventário de Maria de Jesus da Conceição, 1847, m.9, A.C.S.O;
- 5- Inventário de Florencia Narcisa, 1847, m.1, A.C.S.O;
- 6- Inventário de Manoel Guilherme do Nascimento, 1852, m.3, A.C.S.O;
- 7- Inventário de João Alves Ferreira, 1856, m.19, A.C.S.O;
- 8- Inventário de Joaquim Rodrigues das Neves, 1856, m.7, A.C.S.O;
- 9- Inventário de Ignácio dos Santos, 1856, m.2, A.C.S.O;
- 10- Inventário de Belarmino Bezerra Lima, 1857, m.3, A.C.S.O;
- 11- Inventário de João Alves de Oliveira, 1858, m.21, A.C.S.O;
- 12- Inventário de Delfina Perpétua de Jesus, 1858, m.6, A.C.S.O;
- 13- Inventário de Josefa Maria da Conceição, 1859, m.4, A.C.S.O;
- 14- Inventário de José Feles de Abreu, 1862, m.18, A.C.S.O;
- 15- Inventário de Miquelina Maria da Conceição, 1862, A.C.S.O;
- 16- Inventário de Maria Florentina Cavalcante, 1862, A.C.S.O;
- 17- Inventário de Maria Joaquina da Conceição, 1864, A.C.S.O;
- 18- Inventário de Manoel Gomes da Cunha, 1864, A.C.S.O;
- 19- Inventário de Manoel Antonio da Rocha, 1865, A.C.S.O;
- 20- Inventário de Manoel Rodrigues Caldeira, 1865, A.C.S.O;
- 21- Inventário de Maneol José Theodózio, 1868, A.C.S.O;
- 22- Inventário de Manoel Muniz de Bittencourt, 1869, A.C.S.O;
- 23- Inventário de Anna Catharina da Conceição Ferreira, 1870, A.C.S.O;
- 24- Inventário de Joaquina Francisca dos Santos, 1870, m.8, A.C.S.O;
- 25- Inventário de Veríssimo José de Andrade, 1874, m.11, A.C.S.O.
- 26- Inventário de Manoel Themóteo de Queiroz, 1874, m.11, A.C.S.O;
- 27- Inventário de Umbelina Maria da Conceição, 1875, m.2, A.C.S.O;
- 28- Inventário de Faustino Antonio de Rozário de Maria, 1878, m.21, A.C.S.O;
- 29- Inventário de Feliciano Francelina de Lima, 1881, m.20, A.C.S.O;
- 30- Inventário de Manoel Cypriano da Silva, 1882, m.18, A.C.S.O;
- 31- Inventário de João Francisco de Macedo, 1885, m.20, A.C.S.O;
- 32- Inventário de Salustino Ludovico Monteiro, 1885, m.21, A.C.S.O;
- 33- Inventário de Manoel José Baptista, 1886, m.1864-1899, A.C.P.O;
- 34- Inventário de Joanna Maria de Jesus, 1886, m.16, A.C.S.O;
- 35- Inventário de José de Souza da Mascena, 1886, m.16, A.C.S.O;

II.II. Os donos de pequenos plantéis (a ordem é a mesma da tabela 3):

- 1- Inventário de Lourenço Maria de Jesus, 1831, m. 13, A.C.S.O;
- 2- Inventário de Joaquim José Ramalho, 1839, m. 13, A.C.S.O;
- 3- Inventário de Antonio Gomes Bastos, 1841, m.14, A.C.S.O;
- 4- Inventário de Catharina Maria da Conceição, 1843, m.22, A.C.S.O;
- 5- Inventário de Maria Rosalina de Albuquerque, 1851, m.19, A.C.S.O;
- 6- Inventário de José Themótio de Queiroz, 1852, m. 3, A.C.S.O;
- 7- Inventário de Rita Maria dos Impossíveis, 1854, m. 22, A.C.S.O;
- 8- Inventário de Anna Joaquina da Silva, 1855, m.22, A.C.S.O;
- 9- Inventário de Maria da Penha de França, 1856, m.17, A.C.S.O;
- 10-Inventário de José Guilherme de Oliveira, 1856, m.17, A.C.S.O;
- 11-Inventário de Pe. José Venceslau Fernandes, 1856, m.17, A.C.S.O;
- 12-Inventário de Felicidade Gomes Pedroza, 1856, m.14, A.C.S.O;
- 13-Inventário de José Tavares Bezerra, 1856, m.7, A.C.S.O.
- 14-Inventário de Senhorinha Maria da Conceição, 1856, m.7, A.C.S.O;
- 15-Inventário de Maria da Conceição, 1856, m.7, A.C.S.O;
- 16-Inventário de Alexandre Felis do Rego, 1856, m.7, A.C.S.O;
- 17-Inventário de Manoel Barboza das Neves e Rozária Maria da Conceição, 1856, m.2, A.C.S.O;
- 18-Inventário de Antonia Leutéria de Lima Monteiro, 1857, m.3, A.C.S.O;
- 19-Inventário de Angélica Maria de Moura, 1857, A.C.S.O;
- 20-Inventário de Maria Joaquina das Dores, 1859, A.C.S.O;
- 21-Inventário de Maria de Jesus, 1860, A.C.S.O;
- 22-Inventário de Serafim Nunes de Bulhões, 1863, A.C.S.O;
- 23-Inventário de Manoel Pereira de Mello, 1864, A.C.S.O;
- 24-Inventário de Serafim Nunes, 1864, A.C.S.O;
- 25-Inventário de Luzia Lisbele da Conceição, 1865, A.C.S.O;
- 26-Inventário de Bertino Bezerra de Menezes, 1866, A.C.S.O;
- 27-Inventário de José Alexandre de Jesus, 1866, A.C.S.O;
- 28-Inventário de Felipe de Souza Revoredo, 1869, A.C.S.O;
- 29-Inventário de Manoel Geraldo Monteiro, 1871, A.C.S.O;
- 30-Inventário de Maria Magdalena da Silva Cavalcante, 1871, A.C.S.O;
- 31-Inventário de Leonardo Bezerra Cavalcante, 1872, A.C.S.O;
- 32-Inventário de Ursulina Franklina de Queirós, 1872, A.C.S.O;
- 33-Inventário de José Gomes dos Santos, 1877, A.C.S.O;
- 34-Inventário de Francisco Nunes da Crus, 1878, A.C.P.O;
- 35-Inventário de Vicência Maria do Espírito Santo, 1882, A.C.S.O;
- 36-Inventário de João Pereira Lopes Porto, 1887, A.C.S.O;

II.III. Os donos de plantéis de tamanho médio (a ordem é a mesma da tabela 4):

- 1- Inventário de (ilegível), 1831, m. 18, A.C.S.O;
- 2- Inventário de Januário de Vasconcellos, 1842, m.9, A.C.S.O;
- 3- Inventário de Francisco Lopes de Figueiredo, 1843, m.9, A.C.S.O;
- 4- Inventário de Francisco Jacome Bezerra, 1842, m.9, A.C.S.O;
- 5- Inventário de Agostinho Rodrigues de Araújo, 1842, m.9, A.C.S.O;
- 6- Inventário de João Evangelista Ribeiro, 1849, m.11, A.C.S.O;
- 7- Inventário de Silveria Maria da Conceição, 1856, m.14, A.C.S.O;
- 8- Inventário de Maria Ignácia, 1851, m.19, A.C.S.O;
- 9- Inventário de Francisca Luiza de França, 1853, m.12, A.C.S.O;
- 10- Inventário de Antonio Tavares Bezerra, 1853, m.12, A.C.S.O;
- 11- Inventário de Luzia Pereira de Sá, 1856, m.17, A.C.S.O;
- 12- Inventário de Manoel Ribeiro de Lima, 1856, m.14, A.C.S.O;
- 13- Inventário de Manoel Antonio do Nascimento Jatobá, 1856, m.7, A.C.S.O;
- 14- Inventário de Henrique Luiz da Silva, 1856, m.2, A.C.S.O;
- 15- Inventário de Raquel Gomes Pedroza e Antonio da Costa Gadelha, 1856, m.2, A.C.S.O;
- 16- Inventário de Maria José de Jesus, 1858, m.4, A.C.S.O;
- 17- Inventário de Anna Alexandrina da Conceição, 1854, m.22, A.C.S.O;
- 18- Inventário de Antonio Barboza de Farias, 1869, m.14, A.C.S.O;
- 19- Inventário de Martiniano José Pinheiro Borges, 1867, m.1, A.C.S.O;
- 20- Inventário de Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque, 1866, m.7, A.C.S.O;
- 21- Inventário de Maria Francisca da Conceição, 1865, A.C.S.O;
- 22- Inventário de Maria de Sant'Anna Albuquerque, 1865, A.C.S.O;
- 23- Inventário de Antonio de Souza Rego Barros, 1864, m.7, A.C.S.O;
- 24- Inventário de Joaquim José Teixeira, 1863, m.12, A.C.S.O;
- 25- Inventário de Vicente Ferreira de Souza, 1862, m.18, A.C.S.O;
- 26- Inventário de Henrique da Costa Barros, 1872, m.8, A.C.S.O;
- 27- Inventário de d. Maria Carolina de Araújo, 1874, m.1864-1899, A.C.P.O;
- 28- Inventário de Maria José da Conceição, 1875, m.2, A.C.S.O;

- 29-Inventário de José Tavares de Bezerra, 1877, m. 11, A.C.S.O;
 30-Inventário de Antonia Maria de Moura, 1878, m.12, A.C.S.O;
 31-Inventário de Gregório Correia de Mello, 1879, A.C.S.O;
 32-Inventário de d. Joanna Mariquinha das Neves, 1880, m.20, A.C.S.O;
 33-Inventário de d. Dorothea Rosina Alcides do Rego, 1880, m.1864-1899, A.C.P.O;
 34-Inventário de Maria Veneranda de Freitas Vasconcellos, 1882, m.7, A.C.S.O.

II.IV. Os donos de grandes plantéis (a ordem é a mesma da tabela 5):

- 1- Inventário de João Nunes da Crus, 1834, m. 13, A.C.S.O;
 2- Inventário de Estanislao Barboza de Mello e Anita Maria de Lucena Freire, 1836, m. 13, A.C.S.O;
 3- Inventário de Joaquim Lopes Mendonça, 1837, m.2, A.C.S.O;
 4- Inventário de Maria Epiciaca do Carmo, 1842, m.14, A.C.S.O;
 5- Inventário de Maria Ignácia de Santa Anna, 1849, m.11, A.C.S.O;
 6- Inventário de Joaguina Maria da Conceição, m.19, A.C.S.O;
 7- Inventário de Joanna Antonia de Jesus, 1857, m.3, A.C.S.O;
 8- Inventário de Sabino Nunes da Crus, 1859, m.4, A.C.S.O;
 9- Inventário de Maria Izabela Sant'Anna, 1861, m. 1, A.C.S.O;
 10-Inventário de Quitéria Maria do Espírito Santo, m.18, A.C.S.O.

III. Lavradores de mandioca e criadores.

III.I Os não-proprietários de escravos. (trabalhamos com uma amostra de 20 % desta lista para elaborar a tabela 2):

- 1- Inventário de José Cordeiro da Silva, 1830, m.13, A.C.S.O;
 2- Inventário de Agostinho Ferreira da Silva, 1834, m.13, A.C.S.O;
 3- Inventário de Semiana da Silva Pereira, 1834, m.13, A.C.S.O;
 4- Inventário de Manoel Ignácio Soares, 1834, m.13, A.C.S.O;
 5- Inventário de Ignês Maria da Conceição, 1834, m.13, A.C.S.O;
 6- Inventário de Estevão José Fernandes, 1835, m.13, A.C.S.O;
 7- Inventário de Borba Maria, 1836, m.9, A.C.S.O;
 8- Inventário de Theodora Antonia Ribeiro, 1837, m.18, A.C.S.O;
 9- Inventário de Rozária Maria da Conceição, 1844, m.9, A.C.S.O;
 10- Inventário de Teotonio Tavares de Souza, 1843, m.7, A.C.S.O;

- 11- Inventário de Maria Madalena da Conceição, 1845, m.21, A.C.S.O.
- 12- Inventário de Thereza Esmeria de Jesus, 1846, m.22, A.C.S.O;
- 13- Inventário de Catharina Maria da Conceição, 1846, m.22, A.C.S.O;
- 14- Inventário de Maria do Espírito Santo, 1847, m.9, A.C.S.O;
- 15- Inventário de Francisca Maria da Conceição, 1847, m.9, A.C.S.O;
- 16- Inventário de Jerônimo Ferreira de Mello, 1849, m.11, A.C.S.O;
- 17- Inventário de Maria Francisca da Conceição, 1850, m.22, A.C.S.O;
- 18- Inventário de Serafim dos Anjos Alencar, 1850, m.1, A.C.S.O;
- 19- Inventário de Izabel Maria Ferreira, 1851, m.19, A.C.S.O;
- 20- Inventário de Josefa Maria da Conceição, 1853, m.22, A.C.S.O.
- 21- Inventário de André José da Silva, 1853, m.12, A.C.S.O;
- 22- Inventário de Maria da Conceição, 1853, m.12, A.C.S.O;
- 23- Inventário de Maria Achioles do Rego, 1853, m.12, A.C.S.O;
- 24- Inventário de Margarida Maria da Conceição, 1854, m.22, A.C.S.O;
- 25- Inventário de Alexandrina Candida da Conceição, 1855, m. 22, A.C.S.O;
- 26- Inventário de Rozalina Maria da Conceição, 1855, m.22, A.C.S.O;
- 27- Inventário de Rofina Maria da Conceição, 1855, m.22, A.C.S.O;
- 28- Inventário de Victorino Victor de Araújo, 1855, m.22, A.C.S.O;
- 29- Inventário de (ilegível), 1856, m.19, A.C.S.O;
- 30- Inventário de Anna Maria de Goes, 1856, m.17, A.C.S.O;
- 31- Inventário de Martinho Gomes de Oliveira, m.7, A.C.S.O;
- 32- Inventário de José Jorge Teixeira, 1856, m.2, A.C.S.O;
- 33- Inventário de Francisco Duarte Santos, 1857, m.3, A.C.S.O;
- 34- Inventário de Antonio Rodrigues de Abreu, 1857, m.3, A.C.S.O;
- 35- Inventário de Maria Romana da Conceição, 1857, m.3, A.C.S.O;
- 36- Inventário de Anna Maria da Conceição, 1857, m.21, A.C.S.O;
- 37- Inventário de Vicente Ferreira Britto, 1858, m. 21, A.C.S.O;
- 38- Inventário de Estevão Bandeira Gondim, 1859, m. 4, A.C.S.O;
- 39- Inventário de Lourencianna da Conceição, 1859, m.4, A.C.S.O;
- 40- Inventário de Miguel da Cunha Rego e Espicioza Maria da Conceição, 1858, m.4, A.C.S.O;

- 41- Inventário lde João Ferreira dos Anjos, 1860, m.1, A.C.S.O;
- 42- Inventário de Alexandrina Maria de Moura, 1860, m.1, A.C.S.O;
- 43- Inventário de Constancia Maria, 1862, m.18, A.C.S.O;
- 44- Inventário de José Joaquim Barboza, 1862, m.18, A.C.S.O;
- 45- Inventário de Joaquim Francisco de Macedo, 1863, m.12, A.C.S.O;
- 46- Inventário de Maria Joaquina da Conceição, 1863, m.21, A.C.S.O;
- 47- Inventário de João Pereira Marques, 1863, m.21, A.C.S.O;
- 48- Inventário de Manço Paes Toscano e Maria Bernardina de Jesus, 1864, m. 1864/99, A.C.P.O;
- 49- Inventário de Gonçalo Duarte Ribeiro, 1864, m.7, A.C.S.O;
- 50- Inventário de Francelina Maria de Jesus, 1865, m. 1864/1899, A.C.P.O;
- 51- Inventário de Antonio da Costa, 1865, m.14, A.C.S.O;
- 52- Inventário de Manoel José Pinto, 1865, m.14, A.C.S.O;
- 53- Inventário de Luzia Carneiro da Cunha, m.1864/99, A.C.P.O;
- 54- Inventário de Antonio Nobre do Nascimento, 1866, m.8, A.C.S.O;
- 55- Inventário de Francisca do Nascimento, 1866, m.7, A.C.S.O;
- 56- Inventário de João Onofre Barboza, 1867, m.7, A.C.S.O;
- 57- Inventário de Maria Joanna da Conceição, 1867, m.1, A.C.S.O;
- 58- Inventário de Antonio Máximo do Nascimento, 1868, m.4, A.C.S.O;
- 59- Inventário de Joaquim Soares da Silva, 1868, m. 4, A.C.S.O;
- 60- Inventário de Maria da Conceição, 1868, m.4, A.C.S.O;
- 61- Inventário de Francisco Pereira da Silva, 1868, m.4, A.C.S.O;
- 62- Inventário de Antonia Justina da Conceição, 1869, m.14, A.C.S.O;
- 63- Inventário de Athanásio Barbaza da Silva, 1869, m.4, A.C.S.O;
- 64- Inventário de Joaquim José de Souza, 1869, m.4, A.C.S.O;
- 65- Inventário de Antonio Serrão de Carvalho, 1870, m.8, A.C.S.O;
- 66- Inventário de Pedro Guedes de Moura, 1870, m.8, A.C.S.O;
- 67- Inventário de Anna Joaquina do Espírito Santo, 1871, m.8, A.C.S.O;
- 68- Inventário de Francisca Maria da Conceição, 1871, m.8, A.C.S.O;
- 69- Inventário de Joaquina Theodora da Conceição, 1872, m.6, A.C.S.O;
- 70- Inventário de Antonio Bezerra da Silva, 1873, m.11, A.C.S.O;
- 71- Inventário de Jozé Fernandes Pereira, 1876, m.11, A.C.S.O;
- 72- Inventário de Eufrozina Maria da Conceição, 1875, m. 2,

- A.C.S.O;
- 73- Inventário de José Nicolas de Alenco e D. Ponciana Barboza da Conceição, 1877, m. 1864/99, A.C.P.O;
- 74- Inventário de Maria Francica de Lima, 1877, m.6, A.C.S.O;
- 75- Inventário do vigário José Paulino de Borba Grillo, 1879, m.2, A.C.S.O;
- 76- Inventário de Manoel Moura da Silveira, 1879, m.2, A.C.S.O;
- 77- Inventário de Rosalina Maria da Conceição, 1879, m.11, A.C.S.O;
- 78- Inventário de Antonio Freire de Amorim, 1879, m.11, A.C.S.O;
- 79- Inventário de Martiniano José Francisco Freire, 1880, m.21, A.C.S.O;
- 80- Inventário de João Manoel de Espírito Santo, 1880, m.21, A.C.S.O;
- 81- Inventário de Maria Martins de Lima, 1880, m.20, A.C.S.O;
- 82- Inventário de João Fernandes de Souza e Anna Lopes da Silva, 1880, m. 1864/99, A.C.P.O;
- 83- Inventário de Antonia Maria da Conceição, 1880, m.1864/99, A.C.P.O;
- 84- Inventário de Francisco Duarte dos Santos e Joanna de Moraes Melo, 1881, m.1864/99, A.C.P.O;
- 85- Inventário de Angela Maria Mecacla, 1881, m.20, A.C.P.O;
- 86- Inventário de Joaquim Pereira de Sant'Anna, 1881, m.20, A.C.S.O;
- 87- Inventário de Miguel Antonio do Nascimento, 1881, m.20, A.C.S.O;
- 88- Inventário de Joanna Maria da Conceição, 1881, m.20, A.C.S.O;
- 89- Inventário de Thereza Maria da Conceição, 1881, m.20, A.C.S.O;
- 90- Inventário de Manoel Joaquim de Sant'Anna, 1881, m.20, A.C.S.O;
- 91- Inventário de Anna Maria da Conceição, 1881, m.20, A.C.S.O;
- 92- Inventário de Manoel de Fontes de Moraes, 1881, m.20, A.C.S.O;
- 93- Inventário de Domingos Ferreira da Silva e Josefa Maria da Conceição, 1882, m.21, A.C.S.O;
- 94- Inventário de José Antonio Bezerra, 1882, m.18, A.C.S.O;
- 95- Inventário de Pedro Alves Chaves, 1882, m.7, A.C.S.O;
- 96- Inventário de Maria Jozé da Conceição, 1883, m.20, A.C.S.O;
- 97- Inventário de Jacob Rodrigues das Neves, 1883, m.20, A.C.S.O;
- 98- Inventário de Amélia Franklina de Queiroz, 1883, m.12, A.C.S.O;
- 99- Inventário de Pedro Pereira de Maria, 1883, m.12, A.C.S.O;
- 100- Inventário de João Barboza de Arruda, 1883, m.12, A.C.S.O;

- 101- Inventário de D. Ignácia Francisca de Fonseca, 1885, m.1864/99, A.C.P.O;
- 102- Inventário de Theodoro José da Silva, 1885, m.1864/99, A.C.P.O;
- 103- Inventário de Reinaldo Jozé do Carmo, 1885, m.21, A.C.S.O;
- 104- Inventário de João Baptista Firmo Praciros, 1885, m.21, A.C.S.O;
- 105- Inventário de Cosma Maria da Conceição, 1885, m.21, A.C.S.O;
- 106- Inventário de Jovina Maria da Conceição, 1885, m.21, A.C.S.O;
- 107- Inventário de Jozé Antonio de Oliveira, 1885, m.21, A.C.S.O;
- 108- Inventário de Antonio de Ferreira das Neves, 1886, m.16, A.C.S.O;
- 109- Inventário de Maria Thereza do Espírito Santo, 1886, m.16, A.C.S.O;
- 110- Inventário de Innocência Barboza de Farias, 1886, m.16, A.C.S.O;
- 111- Inventário de (ilegível), 1887, m. 16, A.C.S.O;
- 112- Inventário de Anna Francisca de Jesus, 1888, m.1864/99, A.C.P.O;
- 113- Inventário de Agostinho Ernesto Rodrigues, 1887, m.6, A.C.S.O;
- 114- Inventário de Joanna Maria da Conceição, 1887, m.6, A.C.S.O;
- 115- Inventário de Simão Fernandes de Souza, 1888, m.16, A.C.S.O;
- 116- Inventário de Pedro de Alcantara Barboza, 1834, m.13, A.C.S.O;
- 117- Inventário de Joam Francisco do Rego, 1839, m. 3, A.C.S.O;
- 118- Inventário de Josefa Maria Gonçalves, 1841, m. 14, A.C.S.O;
- 119- Inventário de Miguel Roberto de Oliveira, 1844, m.9, A.C.S.O;
- 120- Inventário de Maria da Conceição, 1847, m.9, A.C.S.O.
- 121- Inventário de Rita Joaquina de Mello, 1851, m.19, A.C.S.O;
- 122- Inventário de Maria da Conceição, 1853, m.12, A.C.S.O;
- 123- Inventário de João Ferreira de Mendonça, m.22, A.C.S.O;
- 124- Inventário de Francisco Mendes Rodrigues, m.17, A.C.S.O;
- 125- Inventário de João Antonio Fernandes, 1856, m.2. A.C.S.O;
- 126- Inventário de Manoel Severino da Cunha e Maria de Jesus, 1857, m.3, A.C.S.O;
- 127- Inventário de João Nobre Nepomuceno Borges, 1867, m.8, A.C.S.O;
- 128- Inventário de Jingólia Brasiliana da Silva, 1869, m. 4, A.C.S.O;
- 129- Inventário de Roberto Rodrigues Chaves, 1861, m. 1, A.C.S.O;

- 130- Inventário de Belizária Umbelina de França, 1874, m.6, A.C.S.O;
- 131- Inventário de Manoel da Luz do Espírito Santo, 1870, m.8, A.C.S.O;
- 132- Inventário de Rita Maria dos Impossíveis, 1876, m.11, A.C.S.O;
- 133- Inventário de Trajano Ferreira Lima, 1881, m. 6, A.C.S.O;
- 134- Inventário de Silvestre Ferreira dos Santos e Antonia Maria da Conceição, 1882, m.18, A.C.S.O;
- 135- Inventário de Hermenegildo Ferreira de Macedo, 1884, m.20, A.C.S.O;
- 136- Inventário de (ilegível), 1884, m. 16, A.C.S.O;
- 137- Inventário de (ilegível), 1886, m.16, A.C.S.O;
- 138- Inventário de Antonio Rodrigues d'Assumpção, 1888, m.16, A.C.S.O.

III.II. Os donos de pequenos plantéis (trabalhamos com uma amostra de 20 % da lista que segue para elaborar a tabela 3):

- 1- Inventário de Gonçallo Pereira, 1830, m.13, A.C.S.O;
- 2- Inventário de Maria Nunes dos Anjos, 1830, m.13, A.C.S.O;
- 3- Inventário de Francisca, 1830, m.13, A.C.S.O;
- 4- Inventário de Margarida Joaquina do Espírito Santo, 1831, m. 13, A.C.S.O;
- 5- Inventário de João Chaves, 1831, m.13, A.C.S.O;
- 6- Inventário de Manoel Vieira do Nascimento, 1831, m.6, A.C.S.O;
- 7- Inventário de Francisco de Paula Montenegro, 1834, m. 13, A.C.S.O;
- 8- Inventário de Antonia Francisca, 1837, m.2, A.C.S.O;
- 9- Inventário de (ilegível), 1838, m.22, A.C.S.O.
- 10- Inventário de Josefa de Barros Gadelha, 1839, m.17, A.C.S.O;
- 11- Inventário de D.Maria Alexandrina Gomes, 1839, m.13, A.C.S.O;
- 12- Inventário de Vicente Ferreira da Silva, 1839, m.3, A.C.S.O;
- 13- Inventário de José Anacleto, 1841, m. 14, A.C.S.O;
- 14- Inventário de Ignácia Maria Coelho, 1841, m. 14, A.C.S.O;
- 15- Inventário de Maria Francisca, 1841, m.14, A.C.S.O;
- 16- Inventário de Joaquim José, 1842, m. 9, A.C.S.O;
- 17- Inventário de Jozé Barboza Coitinho, m. 22, A.C.S.O;
- 18- Inventário de Antonio José Pessoa, m. 6, A.C.S.O;
- 19- Inventário de Rita Maria da Conceição, 1843, m.22, A.C.S.O;
- 20- Inventário de Anna Maria da Conceição, 1843, m.7, A.C.S.O;
- 21- Inventário de Izabel Maria de Jesus, 1843, m.7, A.C.S.O;
- 22- Inventário de Vicente Candido de Oliveira, 1844, m.9, A.C.S.O;
- 23- Inventário de Manoel de Oliveira Mendes, 1844, m.9, A.C.S.O;

- 24-Inventário de Angélica Maria do Espírito Santo, 1845, m.21, A.C.S.O;
- 25-Inventário de Maria Joaquina da Luz, 1846, m.22, A.C.S.O;
- 26-Inventário de Maria José da Rocha, 1846, m.22, A.C.S.O;
- 27-Inventário de Maria da Costa, 1847, m.9, A.C.S.O;
- 28-Inventário de Anna do O', 1847, m. 9, A.C.S.O;
- 29-Inventário de Fidelis Bezerra de Moura, 1848, m.20, A.C.S.O;
- 30-Inventário de Vicência Maria da Conceição, 1848, m.12, A.C.S.O;
- 31-Inventário de João Baptista Remígio, 1849, m.11, A.C.S.O;
- 32-Inventário de Felesmina Pessoa de Albuquerque, 1850, m.1, A.C.S.O;
- 33-Inventário de Manoel José Correia de Araújo, 1851, m.19, A.C.S.O;
- 34-Inventário de Lourença Maria da Conceição, 1851, m.19, A.C.S.O;
- 35-Inventário de Maria das Flores de Jesus, 1851, m.19, A.C.S.O;
- 36-Inventário de Francisca Ignácia da Conceição, 1851, m.19, A.C.S.O;
- 37-Inventário de (ilegível), 1853, m. 22, A.C.S.O;
- 38-Inventário de Ignácia Maria Gomes, 1853, m.12, A.C.S.O;
- 39-Inventário de Antonio Soares dos Santos, 1853, m.12, A.C.S.O;
- 40-Inventário de Gonçalo Rodrigues das Neves, 1854, m.22, A.C.S.O;
- 41-Inventário de Joanna do Monte, 1854, m.22, A.C.S.O;
- 42-Inventário de Josefe Maria da Conceição, 1855, m.22, A.C.S.O;
- 43-Inventário de Manoel de Araujo Pereira, 1855, m. 22, A.C.S.O;
- 44-Inventário de Manoel Firmino de Carvalho Brito, 1855, m.22, A.C.S.O;
- 45-Inventário do vigário Francisco Antonio Gonçalves Ourique de Vasconcelos, 1855, m.22, A.C.S.O;
- 46-Inventário de Josefa Maria da Purificação, 1855, m.22, A.C.S.O;
- 47-Inventário de Maria de Sant'Anna Bezerra, 1856, m.17, A.C.S.O;
- 48-Inventário de Joaquim Valério dos Santos e Joaquina Maria da Luz, 1856, A.C.S.O;
- 49-Inventário de Herculano da Costa Gadelha e Carlota Guilhermina da Silva Pedroza, 1856, m. 17, A.C.S.O;
- 50-Inventário de Victorina Maria de Moura, 1856, m.7, A.C.S.O;
- 51-Inventário de Maria Quintina dos Santos, 1856, m.7, A.C.S.O;
- 52-Inventário de Paulo Barboza de Mello, 1856, m.2, A.C.S.O;
- 53-Inventário de Anna Joaquina do Nascimento, 1856, m.2, A.C.S.O;
- 54-Inventário de Romualdo Cavalcante de Albuquerque, 1857, m.3, A.C.S.O;
- 55-Inventário de Manoel Freire Pimenta, 1857, m.3, A.C.S.O;

- 56-Inventário de Joaquina Maria da Conceição, 1857, m.3, A.C.S.O;
57-Inventário de José do Monte Poleciano, 1857, m.3, A.C.S.O;
58-Inventário de Cosme Ferreira de Mello, 1857, m. 3, A.C.S.O;
59-Inventário de Luzia Cesar de Andrade, 1857, m.3, A.C.S.O;
60-Inventário de Francisco Pereira da Silva, 1858, m.4, A.C.S.O;
61-Inventário de Francisco Barboza Coitinho, 1858, m.4, A.C.S.O;
62-Inventário de Antonio Tolentino de Freitas, 1859, m.19, A.C.S.O;
63-Inventário de João Paulo Ribeiro, 1859, m.19, A.C.S.O;
64-Inventário de Maria Cavalcante de Oliveira, 1859, m.4, A.C.S.O;
65-Inventário de José Soares Mendonça, 1860, m.1, A.C.S.O;
66-Inventário de Maria Roza do Carmo, 1861, m.1, A.C.S.O;
67-Inventário de Anna Luzia da Silva, 1861, m. 1, A.C.S.O;
68-Inventário de Maria das Dores de Jesus, 1861, m.1, A.C.S.O;
69-Inventário de Anna Joaquina, 1862, m.18, A.C.S.O;
70-Inventário de Anna Pereira da Palma, 1862, m.1, A.C.S.O;
71-Inventário de Francisco de Souza Teixeira, 1863, m.12, A.C.S.O;
72-Inventário de João Rodrigues de Araújo, 1863, m.12, A.C.S.O;
73-Inventário de Ignácio Gonçalves de Macena, 1865, m.14, A.C.S.O;
74-Inventário de Anna Joaquina das Neves, 1865, m.1., A.C.S.O;
75-Inventário de Izabel Gomes Pedroza, 1866, m.12, A.C.S.O;
76-Inventário de Ignácia Eufrozina de Mello, 1867, m.1, A.C.S.O;
77-Inventário de Luis da Silva Barboza, 1868, m.4, A.C.S.O;
78-Inventário de Anna Robertha do Espírito Santo, 1868, m.4, A.C.S.O;
79-Inventário de Luzia Rachel Freire, 1869, m. 1864/99, A.C.P.O;
80-Inventário de Florência Maria da Conceição, 1869, m.10, A.C.S.O;
81-Inventário de Felipe de Souza Revoredo e D. Maria Francisca da Conceição, 1869, m.1., A.C.S.O;
82-Inventário de Antonio de Pereira da Silva, 1869, m.4, A.C.S.O;
83-Inventário de Izabel Maria da Conceição, 1870, m.8, A.C.S.O;
84-Inventário de Maria José de Moura, 1870, m.8, A.C.S.O;
85-Inventário de Manoel Narciso Ribeiro, 1871, m. 1864/99, A.C.S.O;
86-Inventário de José Pereira Ramos, 1872, m. 8, A.C.S.O;
87-Inventário de Manoel Salustiano de Albuquerque, 1873, m.18, A.C.S.O;
88-Inventário de Martiniano de Souza Rego Barros, 1873, m.

- 8, A.C.S.O;
 89-Inventário de Antonio Trindade Souza, 1876, m.11, A.C.S.O;
 90-Inventário de Manoel Antonio de Lima, 1877, m.1864/1899, A.C.P.O;
 91-Inventário de Felix João da Silva, 1877, m. 5, A.C.S.O;
 92-Inventário de Alexandrina Maria do Espírito Santo e João Correia de Melo, 1879, A.C.S.O;
 93-Inventário de Maria Joaquina da Conceição, 1879, m.12, A.C.S.O;
 94-Inventário de Bernarda Candida de Aguiar, 1879, m.11, A.C.S.O;
 95-Inventário de Joaquina Maria da Conceição, 1880, m.20, A.C.S.O;
 96-Inventário de Antonio Pereira Cavalcante, 1881, m.20, A.C.S.O;
 97-Inventário de Affonso Lins de Albuquerque, 1882, m. 1864/99, A.C.P.O;
 98-Inventário de Manbel Porfírio Delgado, 1882, m.18, A.C.S.O;
 99-Inventário de Rozania Maria da Conceição, 1884, m.20, A.C.S.O;
 100-Inventário de Luis Ferreira de Mello, 1884, m.16, A.C.S.O;
 101-Inventário de Constantina Freire dos Anjos, 1886, m.16, A.C.S.O;
 102-Inventário de (ilegível), 1886, m.16, A.C.S.O;
 103-Inventário de d. Francisca Telles de Menezes, 1888, m. 16, A.C.S.O;
 104-Inventário de (ilegível), 1888, m. 16, A.C.S.O;
 105-Inventário de (ilegível), 1888, m. 16, A.C.S.O;
 106-Inventário de (ilegível), 1888, m. 16, A.C.S.O.

III.III. Os donos de plantéis de tamanho médio (trabalhamos com uma amostra de 20 % da lista que segue para elaborar a tabela 4):

- 1- Inventário de Galdina Celina de Vasconcelos, 1833, m.5, A.C.S.O;
 2- Inventário do vigário Jozé dos Santos Coelho da Silva, 1839, m. 3, A.C.S.O;
 3- Inventário de d. Maria da Trindade, 1841, m.14, A.C.S.O;
 4- Inventário de Anna Joaquina, 1841, m. 14, A.C.S.O;
 5- Inventário de Francisco Cardoso e Mello, 1841, m.14, A.C.S.O;
 6- Inventário da Francisco Moreira de Lima, 1842, m.9, A.C.S.O;
 7- Inventário de Thimóthea Ferreira dos Anjos, 1843, m.22, A.C.S.O;
 8- Inventário de Cosma Maria da Conceição, 1845, m.21, A.C.S.O;
 9- Inventário de Manoel Ignácio da Crus, 1845, m.4, A.C.S.O;
 10- Inventário de Manoel Moreira de Souza, 1846, m. 22, A.C.S.O;

- 11- Inventário de Maria Bernardina dos Santos, 1846, m.22, A.C.S.O;
- 12- Inventário de Leocádia Candida Bezerra, 1849, m.11, A.C.S.O;
- 13- Inventário de Marianna Thereza de Tojos, 1850, m.22, A.C.S.O;
- 14- Inventário de Caetano Barbaza Sobrinho, 1851, m.19, A.C.S.O;
- 15- Inventário de Thereza Maria da Conceição, 1851, m.19, A.C.S.O;
- 16- Inventário de José de Farias Castro, 1852, m.3, A.C.S.O;
- 17- Inventário de Anna Maria de Jesus, 1852, m. 3, A.C.S.O;
- 18- Inventário de Damião Ferreira de Mello, 1853, m. 19, A.C.S.O;
- 19- Inventário de Manoel Luis de Mello Albuquerque, 1853, m. 12, A.C.S.O;
- 20- Inventário de Joaquina Barboza de Mello, 1853, m.12, A.C.S.O;
- 21- Inventário de Antonio Barboza de Lima, 1854, m.22, A.C.S.O;
- 22- Inventário de Sebastinna Maria da Conceição, 1855, m. 22, A.C.S.O;
- 23- Inventário de Manoel Honorato da Silva, 1855, m.22, A.C.S.O;
- 24- Inventário de (ilegível), 1856, m. 7, A.C.S.O;
- 25- Inventário de Antonio Dias de Araújo, 1856, m.2, A.C.S.O;
- 26- Inventário de Maria José da Consolação, 1856, m.2, A.C.S.O;
- 27- Inventário de Joanna Martins de Lima, 1857, m.3, A.C.S.O;
- 28- Inventário de Thomázia Pereira da Costa, 1857, m.3, A.C.S.O;
- 29- Inventário de (ilegível), 1858, m. 21, A.C.S.O;
- 30- Inventário de Maria Joaquina da Conceição, 1858, m.4, A.C.S.O;
- 31- Inventário de Luiza Francisca de França, 1859, m.4, A.C.S.O;
- 32- Inventário de Estevão Bandeira Gondim, 1859, m.4, A.C.S.O;
- 33- Inventário de Anna Pereira da Silva, 1861, m.1, A.C.S.O;
- 34- Inventário de João Pereira de Lucena, 1866, m.4, A.C.S.O;
- 35- Inventário de Luis de Andrade Lima, 1867, m.7, A.C.S.O;
- 36- Inventário de João Baptista Bezerra, 1871, m.8, A.C.S.O;
- 37- Inventário de Antonia Maria Barboza de Lucena, 1872, m. 8, A.C.S.O;
- 38- Inventário de Antonio Ribeiro Bessa, 1879, m. 21, A.C.S.O.

III.IV. Os donos dos grandes plantéis (todos os inventários deste grupo estão relacionados na tabela 5):

- 1- Inventário de Antonio de Freitas Chaves, 1850, m.19,

A.C.S.O;

2- Inventário de Simiana Maria da Conceição, 1858, m.21, A.C.S.O;

3- Inventário de Antonio Ferreira dos Santos, 1861, m.1, A.C.S.O;

4- Inventário de Francisco Neiva de Oliveira, 1863, m.12, A.C.S.O;

5- Inventário de Antonia Luzia Salles, 1876, m. 11, A.C.S.O.

B - Arquivo do cartório de Segundo Ofício da Comarca de Bananeiras.

Foram levantadas 206 escrituras de compra de venda de escravos dos Livros de Notas correspondentes à ordenação: 1860, 1861, 1865-67, 1867-77, 1876-79, 1884-1890.

C - Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Coleção de Relatórios, Exposições e Falas de Presidentes da Província da Paraíba.

1- Relatório apresentado à Assembléia Provincial da Paraíba do Norte pelo Excelentíssimo Presidente de Província, o Dr. Antonio Coelho Sá e Albuquerque, em 02 de agosto de 1851.

2- Relatório apresentado à Assembléia Provincial da Paraíba do Norte pelo Excelentíssimo Presidente da Província, o Dr. Antonio Coelho Sá e Albuquerque, em 03 de maio de 1852.

3- Relatório apresentado à Assembléia Provincial da Paraíba do Norte pelo Excelentíssimo presidente da Província, o Dr. João Capistrano Bandeira de Melo, (s/d).

4- Exposição feita pelo Dr. João Capistrano de Bandeira de Melo na qualidade de presidente da província da Paraíba do Norte no ato de passar a administração da província ao Excelentíssimo Sr. o Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, em 7 de agosto de 1854.

5- Exposição feita pelo Dr. Francisco Xavier Paes Barreto na qualidade de presidente da província da Paraíba do Norte no ato de passar a administração da província ao Excelentíssimo Sr. o Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, em 16 de abril de 1855.

6- Relatório apresentado à Assembléia Provincial da Paraíba do Norte pelo Excelentíssimo Vice-presidente da mesma o Dr. Flávio Clementino da Silva Freire, em 02 de outubro de 1855.

7- Fala recitada na abertura da Assembléia Legislativa da Paraíba do Norte pelo presidente o Dr. Antonio da Costa Pinto Silva, em 05 de agosto de 1856.

8- Relatório recitado na abertura da Assembléia Legislativa da Paraíba do Norte pelo vice-presidente da província o Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857.

9- Exposição feita pelo Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha na qualidade de vice-presidente da província da Paraíba do Norte no ato de passar a administração da província ao Excelentíssimo presidente o tenente-coronel Henrique de Beaurepaire Rohan, em 9 de dezembro de 1857.

10- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte em 20 de setembro de 1858, pelo presidente Henrique de Beaurepaire Rohan.

11- Relatório apresentado ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. o Dr. Ambrósio Leitão da Cunha no ato de tomar posse do cargo de presidente da província da Paraíba do Norte, pelo tenente-coronel Henrique de Beaurepaire Rohan, em 1859.

12- Relatório com que o Ilmo. e Exmo. Sr. o Barão de Mamanguape recebendo do Ilmo. e Exmo. Sr. o Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes a administração da província da Paraíba do Norte, em 17 de março de 1861.

13- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Exmo. Sr. o Dr. Francisco de Araújo Lima na abertura da sessão ordinária de 1863.

14- Exposição feita pelo presidente Exmo. Sr. Odorico de Moura da província da Paraíba do Norte em 29 de julho de 1865.

15- Exposição com que o Exmo. Sr. o Dr. Sinbal Odorico de Moura passou a administração da província da Paraíba do Norte ao Exmo. Sr. o Dr. Felisardo Toscano de Brito.

16- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Vice-presidente o Exmo. Sr. Dr. Felisardo Toscano de Brito, em 3 de agosto de 1866.

17- Exposição com que o Exmo. Sr. presidente o Dr. Theodoro Freire Pereira da Silva, passou a administração da província da Paraíba do Norte ao segundo vice-presidente o padre Francisco Pinto Pessoa, em 9 de abril de 1869.

18- Relatório com que o Exmo. Sr. Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, primeiro vice-presidente passou a administração da província da Paraíba do Norte ao Exmo. Sr. Venância José de Oliveira Lisboa, em 11 de junho de 1869.

19- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, no dia 2 de outubro de 1869, pelo Exmo. Presidente Dr. Venâncio José de Oliveira Lisboa.

20- Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte, pelo Exmo. Sr. terceiro vice-presidente da província, Dr. José Evaristo da Cru Gouvea, em 16 de outubro de 1871.

21- Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Exmo. Sr. terceiro vice-presidente da província Dr. Evaristo da Cruz Gouvea, em 7 de junho de 1872.

22- Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Exmo. Sr. presidente da província Dr. Francico Teixeira Sá, em 6 de setembro de 1873.

23- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 7 de agosto de 1874 pelo presidente Exmo. Sr. Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha.

24- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Exmo. Sr. Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, em 9 de outubro de 1875.

25- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Exmo. Sr. Silva Freire, em 9 de janeiro de 1877.

26- Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Gregório José de Oliveira Costa Junior, em cumprimento do disposto no Regulamento de 1 de março de 1860, artigo 26, parágrafo 11, pelo inspetor do tesouro público provincial da mesma, Dr. Antonio de Souza Carvalho, em 30 de março de 1880.

27- Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo presidente o Exmo. Sr. Dr. Manoel Ventura de Barros Leite Sampaio, em 4 de outubro de 1882.

D - Biblioteca da Faculdade de Direito da USP

I Recenseamento da População do Brasil a que se procedeu no dia 1 de agosto de 1872. 21 vols., Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger & Filhos, 1873-1876.

E - Biblioteca do Instituto de Economia da UNICAMP

Investigações sobre os Recenseamentos da População Geral do Império e Resumo Histórico dos Inquéritos Censitários Realizados no Brazil. In: Publicações do IPE/USP. 1986. (edição fac-similada).

Bibliografia

Livros e Teses

ALGRANTI, Leila Mezan - "O Feitor Ausente - Estudos sobre a Escravidão Urbana no Rio de Janeiro: 1808-1822". R.J., Petrópolis, 1988.

ANDRADE, Manoel Correia - "A Terra e o Homem do Nordeste". S. Paulo, Ciências Humanas, 1980. Quarta edição.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho - "Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das elites do século XIX". S.P., Paz e Terra, 1987.

CARDOSO, Ciro Flamarion - "Agricultura, Escravidão e Capitalismo". Petrópolis, Vozes, 1979.

CARDOSO DE MELLO, Zélia - "Metamorfoses da Riqueza em São Paulo, 1845-1895". São Paulo, Hucitec, 1985.

CASCUDO, Luis da Câmara - "História do Rio Grande do Norte". Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, s/d.

CASCUDO, Luis da Câmara - "Tradições Populares da Pecuária Nordestina". Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro, 1956.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de - "Ao Sul da História". S.P., Brasiliense, 1987.

CHALHOUB, Sidney - "Visões de Liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na corte". São Paulo, Cia. das Letras, 1990.

CONRAD, Robert - "Os Últimos Anos da Escravatura no Brasil". Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

DEAN, Warren - "Rio Claro: Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura, 1820-1920". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

DIEGUÉS JÚNIOR, Manuel - "Regiões Culturais do Brasil". Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, Rio de Janeiro.

EISENBERG, Peter L. - "Modernização sem Mudanças". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

FARIA, Sheila - "Terra e Trabalho em Campos dos Goitacases - 1850/1920". ICHP/UFF, Niterói, 1986, dissertação de mestrado.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral - "Terra, Trabalho e Poder". São Paulo, Brasiliense, 1988.

- FRAGOSO, João Luis Ribeiro - "Sistemas Agrários em Paraíba do Sul". IFCS/UFRJ, 1983, dissertação de mestrado.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho - "Homens Livres na Ordem Escravocrata". São Paulo, Kairós, 1983.
- FUNES, Eurípedes Simões - "Goiás, 1800-1850. Um Período de Transição da Mineração à Agropecuária". ICHF/UFF, Niterói, 1983, dissertação de mestrado.
- GAMA, Ruy - "Engenho e Tecnologia". S. Paulo, Liv. Duas Cidades, 1983.
- GALIZA, Diana - "O Declínio da Escravidão na Paraíba, 1850-1888". João Pessoa, Ed. Universitária/UFPB, 1979.
- GORENDER, Jacob - "O Escravismo Colonial". São Paulo, Atica, 1978. 2a. edição.
- GORENDER, Jacob - "A Escravidão Reabilitada". São Paulo, Atica, 1990.
- JOFFILY, Irineu - "Notas sobre a Parahyba". Brasília, Thesaurus ed., 1978. (fac-símile da edição de 1892).
- LAMOUNIER, Maria Lúcia - "Da Escravidão ao Trabalho Livre". Campinas, Papyrus, 1988.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte - "A Transformação do Trabalho". Campinas, Unicamp, 1988.
- LAPA, José Roberto do Amaral (Org.) - "Modos de Produção e Realidade Brasileira". Petrópolis, Vozes, 1980.
- LARA, Silvia - "Campos da Violência". S.P., Paz e Terra, 1988.
- LIBBY, Douglas Cole - "Transformação e Trabalho em uma Economia Escravista". São Paulo, Brasiliense, 1988.
- LINHARES, Maria Yedda - "História do Abastecimento: Uma Problemática em Questão (1530-1918)". Brasília, Binagri, 1979.
- LINHARES, Maria Yedda e SILVA, F. - "História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias". São Paulo, Brasiliense, 1981.
- LINHARES, Maria Yedda (Org.) "História Geral do Brasil". Rio de Janeiro, Campus, 1990. 3a. edição.
- LISANTI FILHO, Luis - "Comércio e Capitalismo. O Brasil e a Europa entre o fim do século XVIII e o início do século XIX: o exemplo de três vilas paulistas, Campinas, Itu e Porto Feliz, 1798-1828". USP, 1962, tese de doutorado em História.

- LUNA, Francisco Vidal - "Minas Gerais: Escravos e Senhores - Uma análise da Estrutura Populacional de alguns Centros Mineratórios". USP, 1981, tese de doutorado.
- KOSTER, Henry - "Viagens ao Nordeste do Brasil". São Paulo, Cia. Nacional, 1942.
- MARIZ, Celso - "Evolução Econômica da Paraíba". J. Pessoa, A União, 1939.
- MACHADO, Maria Helena P.T. - "Crime e Escravidão". São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MAIOR, Armando Souto - "Quebra-kilos. Lutas Sociais no Outono do Império". São Paulo, Cia. Nacional, 1978.
- MARSON, Izabel Andrade - "O Império do Progresso. A Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)". São Paulo, Brasiliense, 1987.
- MARTINS, Roberto B. - "Growing in Silence: The Slave Economy of Nineteenth Century Minas Gerais, Brazil". Vanderbilt University, 1980, tese de Doutorado.
- MATTOSO, Kátia de Queirós - "Ser Escravo no Brasil". São Paulo, Brasiliense, 1982.
- MATTOSO, Kátia de Queirós - "Família e Sociedade na Bahia do Século XIX". São Paulo, Corrupio, 1988.
- MELLO, Evaldo Cabral de - "O Norte Agrário e o Império". Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984.
- MOTTA, Marcia Maria Menendes - "Pelos Bandas d'Além (Fronteira Fechada e Arrendatários-Escravistas em uma Região Policultora - 1808-1888)". ICH/UFF, Niterói, 1989, dissertação de mestrado.
- MILLET, Henrique Augusto - "Os Quebra-kilos e a Crise da Lavoura". São Paulo, Global/INL, 1987. (fac-simile do opúsculo de 1876).
- NOVAIS, Fernando - "Portugal e Brasil na crise do antigo Sistema colonial (1777-1808)". São Paulo, Hucitec, 1983.
- OLIVEIRA VIANNA, Francisco José - "Evolução do Povo Brasileiro". S. Paulo, Monteiro Lobato & Cia, 1923.
- PETRONE, Maria Thereza Schorer - "A Lavoura Canavieira em São Paulo". São Paulo, Difel, 1968.
- PRADO JÚNIOR, Caio - "Formação do Brasil Contemporâneo". Brasiliense, São Paulo, 1983. A primeira edição é de 1942.

- PINHEIRO, Paulo Sérgio - "Trabalho Escravo, Economia e Sociedade". Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.
- SCHWARTZ, Stuart - "Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial". S. Paulo, Cia. das Letras, 1988.
- SCHMIDT, Carlos Borges - "Lavoura Caiçara". Documentário da vida rural, n.14. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura/Serviço de Informação Agrícola, 1958.
- SCHMIDT, Carlos Borges - "Técnicas Agrícolas Primitivas e Tradicionais". Conselho Federal de Cultura/Departamento de Assuntos Culturais/Departamento de Imprensa Nacional, 1976.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da - "Camponeses e Criadores na Formação Social da Miséria. Porto da Folha no Sertão do São Francisco. 1820-1920". Dissertação de mestrado, UFF, Niterói, 1981.
- SILVA, Marilene Rosa Nogueira - "Negro na Rua: A Nova Face da Escravidão". S.P., Hucitec, 1988.
- SLENES, Robert - "The Demography and Economics of Brazilian Slavery: 1850-1888". Tese de doutoramento, Stanford University, 1976.
- STEIN, Stanley J. - "Vassouras. A Brazilian Coffee County, 1850-1900". Princeton, Princeton University Press, 1985. Segunda edição.
- TOLLENARE, L. F. - "Notas Dominicais, tomadas durante uma residência em Portugal e Brazil nos annos de 1816, 1817 e 1818". Trad. Alfredo de Carvalho, Salvador, Livraria Progresso Editora, 1956. Originalmente publicado em português em 1904.
- TOPLIN, Robert B. - "The Abolition of Slavery in Brazil". New York, 1972.
- VIANNA, Marly de Almeida Gomes - "A Estrutura de Distribuição de Terras no Município de Campina Grande, 1840-1905". Campina Grande, 1985, dissertação de mestrado, UFPb-II.
- VIOTTI DA COSTA, Emília - "Da Senzala à Colônia". S.P., Ciências Humanas, 1982. Segunda edição.
- VIOTTI DA COSTA, Emília - "Da Monarquia à República". Segunda edição, São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- WRIGHT, Gavin - "The Political Economy of the Cotton South". New York, 1978.

Artigos

CARDOSO, Ciro Flamarion - "As concepções acerca do "sistema econômico mundial" e do "antigo sistema colonial"; a preocupação obsessiva com a extração do excedente". In: LAPA, Jose Roberto do Amaral (Org.) - Modos de Produção e Realidade Brasileira. Petrópolis, Vozes, 1980.

CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.) - "Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas". Rio de Janeiro, Zahar, 1988.

CASTRO, Hebe Maria Mattos - "A Escravidão fora das Grandes Unidades Agroexportadoras". In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org.) Escravidão e Abolição no Brasil. Novas Perspectivas. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1988.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de - "O Estranho e o Estrangeiro (Algumas considerações sobre as relações entre "liberdade" e "negação ao trabalho" no pós-abolição)". In: Cativeiro & Liberdade. (Seminário do IFCH/UERJ), 1989.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de - "Beyond Masters and Slaves: Subsistence Agriculture as a Survival Strategy in Brasil during the Second Half of Nineteenth Century". H.A.H.R, v.68,n. 3, ago. 1988.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de - "Trabalho Familiar e Escravidão: Um ensaio de interpretação a partir dos inventários post-mortem". Estudos sobre a Escravidão II. Cadernos do ICFH/UFE, n.23, ago. 1990.

COSTA, Iraci & LUNA, Francisco V. - "Posse de Escravos em São Paulo no Início do Século XIX". Estudos Econômicos, v.13, n.1, jan./abr. 1983.

DEAN, Warren - "Comments on Slavery in a Nonexport Economy (II)". H.A.H.R, v.63, n.3, ago. 1983.

EISENBERG, Peter L. - "Senhores de Engenho e Plantadores de Cana em Campinas, 1798-1829. (Relatório de Pesquisa)". In: Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores Livres do Brasil dos séculos XVIII e XIX. Campinas, Unicamp, 1989.

EISENBERG, Peter L. - "Açúcar e Mudança Social no Brasil: Campinas, São Paulo, 1767 - 1830" In: Homens Esquecidos. Escravos e Trabalhadores Livres do Brasil dos séculos XVIII e XIX. Campinas, Unicamp, 1989.

ENGERMAN, Stanley L. e GENOVESE, Eugene D. - "Comments on Slavery in Nonexport Economy (III)". H.A.H.R, v. 63, n.3, ago. 1983.

FARIA, Sheila - "Escravidão e Relações Familiares no Rio de

Janeiro". Estudos sobre a Escravidão II. Cadernos do ICFH/UFF, n. 23, ago. 1990.

FARIA, Sheila - "Família e Produção: Mobilidade Social na Colônia Brasileira". Mimeo. Trabalho apresentado na Mesa de Redonda de História Agrária no XVI Simpósio da ANPUH, 1991.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva - "A Capitania Real da Paraíba. Bases Históricas de sua Formação Econômica". Cadernos NDIHR/UFPb, n. 25, abr. 1991.

FRAGOSO, João Luís - "O Império Escravista e a República dos Plantadores. A Economia Brasileira no Século XIX: Mais do que uma plantation escravista-exportadora". In: LINHARES, Maria Yedda (Org.) História Geral do Brasil. Terceira edição, Rio de Janeiro, Campus, 1990.

GALLOWAY, J.H. - "The Last Years of Slavery in Sugar Plantations of Northeastern Brazil". H.A.H.R., v.51, n.4, nov. 1971.

IRWIN, James R. - "Escravidão e Trabalho em Sistema de Plantation: Notas sobre Minas Gerais e o Piedmont Virginiano em Meados do Século XIX". Revista do Departamento de História/UFGM, n. 6, jul. 1988.

KLEIN, Herbert - "The Internal Slave Trade in Nineteenth Century Brazil : A Study in Slave Importations into Rio de Janeiro in 1852". H.A.H.R., v. 51, n.4, nov. 1971.

KNOX, Miridan Britto - "Demografia Escrava no Piauí". História e População: Estudos sobre a América Latina. Cedhal - Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina/USP, 1990.

LAPA, José Roberto do Amaral - "O Mercado Urbano de Escravos (Campinas; segunda metade do séc. XIX)". Primeira Versão, IFCH/UNICAMP, n. 37, 1991.

LIBBY, Douglas Cole - "Proto-industrialization in a Slave Society: The Case of Minas Gerais". Journal of Latin American Studies. v.23, p.1, feb. 1991, p.1-35.

LUNA, Franciso Vidal e CANO, Wilson - "A Reprodução Natural de Escravos em Minas Gerais (século XIX): Uma Hipótese". Cadernos IFCH UNICAMP, n. 8, out. 1983.

MARTINS, Roberto e MARTINS FILHO, Amilcar - "Slavery in a Nonexport Economy: Nineteenth-Century Minas Gerais Revisited". H.A.H. R., v. 63, n. 3, ago. 1983.

MARTINS, Roberto e MARTINS FILHO, Amilcar - "Slavery in a Nonexport Economy: A Replay". H.A.H.R., v.64, n.1, fev. 1984.

MOTTA, Márcia Maria Menendes - "Os "sem terra" e os Minifundistas em Face à Crise do Trabalho Escravo (1850-1888)". In: Cativeiro &

Liberdade. (Seminário da IFCH/UERJ), 1989.

NERY, Tânia Maria Gomes - "Compadrio de Escravos em Três Grandes Plantéis no Norte Fluminense". Mimeo. Trabalho apresentado na Mesa Redonda de História Agrária XVI Simpósio da ANPUH, 1991.

QUEIROZ, Sueli Robles Reis de - "Algumas Notas sobre a lavoura de açúcar em São Paulo no período colonial". Anais do Museu Paulista. São Paulo, 1967.

RIOS, Ana Maria Lugão - "Família e Compadrio entre Escravos das Fazendas de Café: Paraíba do Sul, 1871-1888". Estudos sobre a Escravidão II. Cadernos do ICH/UFF, n. 23, ago. 1990.

SCHWARTZ, Stuart B. - "Padrões de Propriedade de Escravos nas Américas: Nova Evidência para o Brasil". Estudos Econômicos, v. 13, n. 1, 1983.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da - "Produção de Alimentos e Trabalho Escravo no Brasil Colonial". História: Questões & Debates, v.9, n.16, 1988, Curitiba.

SILVA, Vera Alice Cardoso e - "Da Batéia à Enxada: Aspectos do Sistema Servil e da Economia Mineira em Perspectiva, 1800 - 1870". Revista do Departamento de História/UFMG, n. 6, jul. 1988.

SLENES, Robert A. W. - "Grandeza ou decadência ? Mercado de Escravos e a Economia Cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850-1888". In: COSTA, Iraci del Nero (Org.) Brasil: História Econômica e Demográfica. São Paulo, IPE-USP, 1986.

SLENES, Robert A. W. - "A Escravidão numa Economia ligada à Exportação (Perspectivas Alternativas sobre Minas no século XIX)". Cadernos IFCH, UNICAMP, n. 17, jun. 1985.

SLENES, Robert A. W. - "Comments on Slavery in a Non-Export Economy (I)". H.A.H.R., v. 63, n.3, ago. 1983.

SLENES, Robert A. W. - "Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escravista de Minas Gerais no Século XIX." In: Cadernos IFCH, UNICAMP, n. 17, jun. 1985.